

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva, Secretariado pelos Senhores António Luís da Fonseca e Grifo – Segundo Secretário e José Alves da Silva - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da ata n.º 15;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Relatório de Auditoria - execução do plano de saneamento financeiro – exercício de 2008 e 2009 - Conhecimento e tomada de posição;* =====

===== **Ponto quatro:** *Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2012 - Aprovação;* =====

===== **Ponto cinco:** *Mapa Anual de Pessoal para 2012 – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *Empréstimo de curto prazo para o ano económico 2012 – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais e taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas – Aprovação;* =====

===== **Ponto oito:** *Contrato – Programa Desenvolvimento Desportivo com Associações/Clubes – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Contrato-Programa Formação Desportiva 2010/2011 (Clube Desportivo Loureiro, Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta e Leões do Monte) – Autorização;*

===== **Ponto dez:** *Contrato-Programa Desenvolvimento Desportivo com o Sporting Clube Bustelo – Autorização;* =====

===== **Ponto onze:** *Contrato-Programa com a Banda Musical de S. Martinho de Fajões - Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração financeira com a Fundação La-Salette – Autorização;* =====

===== **Ponto treze:** *Ratificação de despacho e adenda ao protocolo com a Fundação La-Salette – Ratificação / Autorização;* =====

===== **Ponto catorze:** *Protocolo de Colaboração com a Associação de Pais da EB 2,3 Comendador Ângelo Azevedo – Autorização;* =====

===== **Ponto quinze:** *Protocolo com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – Ratificação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a mentora do Projeto Clube de Inteligência Emocional na Escola - “Aprender a Ser Feliz” – Dr.ª Maria Manuela Queirós – Autorização;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Protocolo de colaboração financeira com o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo – Autorização;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração financeira com o Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta – Autorização;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de cedência de instalações com o Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte:** *Protocolo de colaboração financeira com a UAC – Autorização;* ==

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo de delegação de competências com a freguesia de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Adenda ao protocolo de delegação de competências com a freguesia de S. Roque – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Protocolos de delegação de competências com as várias freguesias do Município – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Contrato-Programa formação desportiva 2010/2011 a celebrar com Associações / Clubes Desportivos – Autorização; =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Contrato-Programa desenvolvimento desportivo 2010/2012 a celebrar com a Escola Livre – Autorização; =====

===== **Ponto vinte e seis:** Contrato-Programa com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Autorização; =====

===== **Ponto vinte e sete:** Programa de Financiamento a Projetos Promotores de Voluntariado no âmbito do Programa Municipal do AEV/2011 – Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia que apresentaram candidaturas de acordo com as respetivas normas do programa; =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de Isenção de taxas – “Casa do Monte” – Freguesia de Cesar – Aprovação; =====

===== **Ponto vinte e nove:** Deliberação de redistribuição do capital estatutário da ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto – Ratificação; =====

===== **Ponto trinta:** Aditamentos ao Contrato de Concessão de Exploração do Estacionamento de Superfície, celebrado com a Costa Parques – Estacionamentos, SA – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e um:** Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e dois:** Retificação da Declaração de utilidade pública para a Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro – Retificação / Aprovação; =====

===== **Ponto trinta e três:** Aquisição de combustíveis (Gasóleo e Gasolina) – para 2011 e 2012 – Alteração de repartição de encargos - Ratificação de despacho; =====

===== **Ponto trinta e quatro:** Protocolo de colaboração com a Fundação Manuel Brandão – Autorização; =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António da Silva Xará, Marco António Guimarães de Castro Azevedo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernando Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões. =

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela, Ana Lúcia Costa Guedes. =====

===== **Independente:** Rodrigo Moreira da Silva. =====

===== **Ausência dos Membros:** Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena, António Manuel da Costa Alves Rosa, José Francisco Brandão de Oliveira, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, do Partido Social Democrata (PSD); João Carlos Amaral Osório Nunes Silva, do Partido Popular (CDS/PP), faltas estas que foram consideradas justificadas. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Marco António Guimarães de Castro Azevedo, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Francisco Brandão Oliveira e Ana Lúcia Costa Guedes marcou presença para substituir o seu colega de Partido João Carlos Amaral Osório Nunes Silva em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão. =====

===== *Muito boa tarde a todos. Espero que todos tenham tido um Bom Natal. Vamos dar início à última Assembleia Municipal do ano de 2011. Quero pessoalmente agradecer a todos a colaboração prestada durante este ano e que se têm revelado numas Assembleias Municipais com um grande espírito de civilidade, portanto estão todos de parabéns e eu congratulo-me muito com isso e com essa postura pondo sempre à frente de todos os interesses partidários o concelho de Oliveira de Azeméis que é isso que interessa relevar. Posto isto, iríamos então iniciar esta Assembleia. Eu tenho aqui três votos do Grupo Parlamentar do PSD: um Voto de Pesar e dois Votos de Louvor.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de pesar: “O Grupo Parlamentar do PSD da Assembleia Municipal propõe a aprovação de um voto de pesar pelos seguintes falecimentos: Sr. António Augusto Almeida e Costa – Ex-Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, Sr. Joaquim Godinho – Ex-Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul e Antero Silva Ribeiro – Ex-Tesoureiro da Junta de Freguesia de Palmaz. Pessoas que foram autarcas e desenvolveram funções de relevo e de responsabilidade nas respetivas freguesias, no nosso concelho e que são dignas do nosso reconhecimento e homenagem. Mais se propõe que se guarde um minuto de silêncio em suas memórias e, após aprovação, se dê conhecimento deste nosso reconhecimento público às respetivas famílias.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento dos Senhores António Augusto Almeida e Costa, Joaquim Godinho e Antero Silva Ribeiro, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de louvor: “O Grupo Parlamentar do PSD propõe a aprovação de um voto e louvor aos órgãos sociais cessantes da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, na pessoa do Provedor cessante Arquiteto Gaspar Domingues. Efetivamente não podíamos deixar de enaltecer e salientar o trabalho desenvolvido ao longo das últimas décadas pelo Arquiteto Gaspar e a sua equipa, designadamente na área social, junto das crianças, dos mais idosos e dos mais desfavorecidos, bem como no contributo para a valorização do património da instituição. Mais se propõe que se dê conhecimento deste louvor público à instituição Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, bem como ao Sr. Arquiteto Gaspar Domingues. Formula desde já este Grupo Parlamentar do PSD votos de sucesso no mandato que se iniciará no próximo mês, aos novos órgãos sociais, recém-eleitos, na pessoa do Provedor Dr. Victor Machado.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Obrigado. É só para dizer que ainda não tomaram posse, a nova direção só vai tomar posse a partir do dia 13 de Janeiro. Vou-me retirar da votação porque faço parte da atual direção.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade. Não participou na votação o Senhor Ricardo Bastos, por se considerar impedido.* =====

===== *Grupo Parlamentar do PSD apresentou o seguinte voto de congratulação: “O Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de congratulação ao Arquiteto Carlos Castanheira por ter vencido a 1ª Edição do Prémio Nacional de Arquitetura em madeira com o projeto da Casa de Adropeixe, no Gerês. O arquiteto Carlos Castanheira apesar de ser natural de Lisboa, reside há vários anos no concelho de Oliveira de Azeméis, mais propriamente na Vila de Cucujães, e já realizou vários projetos e obras que enobrece o edificado no nosso concelho. É dos arquitetos portugueses mais premiados com várias publicações de livros e com reconhecimento nacional e internacional e que muito honra este nosso concelho, que se distingue não só pela já reconhecida vocação industrial e empreendedora, mas também, por acolher pessoas com grande prestígio mundial no domínio da arte e cultura. Mais se propõe que, após aprovação, se dê conhecimento ao visado deste nosso louvor público e da honra que temos em tê-lo no meio de nós.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de congratulação apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi colocado à votação o agendamento por 2/3 do seguinte assunto: Transportes Escolares – Passes – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico, tendo dado de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Dar-lhe a seguinte nota: a solicitação do agendamento por 2/3 é por uma questão preventiva e cautelar relativamente aos procedimentos a termos nessa matéria, portanto há entendimentos que devemos aprovar e foi isso que fizemos na Reunião de Câmara por unanimidade, numa Reunião de Câmara Extraordinária na última quarta-feira e por isso não constar na Ordem de Trabalhos e solicitar à Mesa e à Assembleia o favor de agendar por 2/3 para que possamos discutir e conseqüentemente aprovar essa mesma questão. Tem a ver com a divisão por anos económicos dos transportes escolares e também com necessidade de ser visado pelo Tribunal de Contas o contrato, porque é valor superior a 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) e portanto como aqui não se colocam questões de concorrência, nem outras matérias, porque temos de aproveitar aquelas que são as carreiras*

*que já existem, hoje e adapta-las aos transportes escolares, mas há neste momento um entendimento fruto das últimas inspeções feitas a diversas câmaras que isto deve ser aprovado em Reunião de Câmara como foi na passada quarta-feira e depois também em Assembleia Municipal, daí a razão de não ter constado da Ordem de Trabalhos. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

*===== Não havendo objeções foi aprovado por unanimidade o agendamento por 2/3 passando assim a constar como ponto trinta e cinco da ordem de trabalhos: Transportes escolares – Passes – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico.*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Xará, do PSD =====*

*===== Senhor Presidente, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, comunicação social, público. Em primeiro lugar gostaria de registar a visita do Ministro da Economia ao nosso concelho que teve a oportunidade de constatar in loco, algumas das muitas referências e exemplos empresariais que o nosso concelho dispõe. É sempre positivo termos oportunidades de evidenciarmos não o potencial mas a certeza, com provas mais que dadas, da pujança do tecido industrial oliveirense. Espero sinceramente que estes registos amanhã proporcionem mais reconhecimento e mais oportunidades, não só às empresas instaladas mas também ao abrir portas do nosso concelho a novos investimentos, ou seja, á implantação de ainda mais empresas. Segunda nota, é relativamente ao possível encerramento da linha do Vale do Vouga. Eu e mais alguns presentes ainda somos do tempo em que o comboio fazia parte do dia-a-dia dos oliveirenses. Em que o apitar do mesmo várias vezes ao dia era uma habitação instalada, o tal apito que servia inclusive como indicador meteorológico. Esse tempo foi-se. Esta linha padece de doença prolongada, já de há muitos anos a esta parte que vimos assistindo ao definhamento da mesma. O que foi feito? O que poderia e deveria ter sido feito? Vamos ser realistas e perceber que pouco ou nada, pena é que quem gere a mesma, tenha tido até agora a estratégia de iludir os afetados com terapias pontuais que custaram mais uns milhões só para iludir e adiar por mais algum tempo uma morte anunciada. É verdade que nenhum de nós, nenhum oliveirense, deseja ver esta linha morrer, mas no íntimo realista todos sabemos que esta situação é inevitável. Aliás muitas das vezes que se vão ouvindo e que se dizem contra o encerramento, não mostram convicção no que dizem pois carregam muito mais na tecla da forma como poderá vir a ser aproveitada essa via no futuro, isto é sinónimo de clara resignação. Por isso quero apelar ao Senhor Presidente para em articulação com outros*

*municípios afetados, unidos possam gerar uma só voz, uma voz forte e influenciadora na decisão e se amanhã se vier a confirmar o encerramento, que pelo menos seja salvaguardada possibilidade desse troço poder ficar aberto para outros projetos. Por último queria falar da revisão do PDM. Gostaria Senhor Presidente que confirmasse a esta Assembleia, se é verdade que está previsto para o início de 2012 a entrada em discussão pública da revisão do PDM. Alerto desde já, para a importância deste processo e para a necessidade de não se cometerem erros do passado. A transparência e a comunicação terão que imperar. Esta questão toca a todos os oliveirenses e a todos sem exceção, devem ser incentivados a serem participativos, contributivos. Para isso torna-se obrigatório que o Município, vá além dos mecanismos legais previstos para esta situação e, promova em todo o concelho e em todas as freguesias ações de divulgação, sessões de esclarecimento com envolvência de técnicos qualificados, enfim, um verdadeiro debate de esclarecimento. Já agora deixo nesta Assembleia a sugestão de se levar a efeito uma assembleia extraordinária sobre este tema. Aproveito a oportunidade para desejar a todos, sem exceção, um 2012 em conformidade com os vossos desejos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Armindo Nunes, Presidente da Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta. =====*

*===== Muito boa tarde. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas Membros desta Assembleia, Caros Oliveirenses. Três assuntos me trazem a esta tribuna: O primeiro é recorrente, tem a ver com o estado em que se encontra o pavimento de grande parte das ruas e caminhos da minha e de outras freguesias. No ano que está a terminar foi feita na minha freguesia a pavimentação a tapete de algumas vias, cujos protocolos vão ser submetidos à aprovação desta Assembleia e que representam um esforço da Câmara que me apraz registar. Mas o que está pela frente é muito mais. A idade do pavimento de grande parte das ruas, a sua fragilidade, a falta de conservação e os invernos deixaram os pavimentos da nossa rede viária em muito mau estado. A Junta não tem meios, financeiros, humanos nem técnicos para resolver este problema que é da responsabilidade da Câmara, está e sempre esteve pronta a colaborar com os poucos meios de que dispõe. Não venho pedir tapete, porque tenho a noção do que é possível e do que não é, mas venho pedir apoio para este problema, para se encontrarem soluções de conservação que permitam remediar gradualmente os casos mais críticos com critérios e com definição de prioridades. Porque o sentimento que fica da experiência de dois anos, é de que a Junta não tem do lado Câmara um interlocutor com quem possa discutir com empenho estes problemas. Por isso insisto num pedido que aqui fiz e que o Senhor Presidente não acolheu, argumentando que ficariam satisfeitos os primeiros contemplados, mas que protestariam os últimos. Há um trabalho de natureza técnica que é indispensável e que é uma atribuição dos técnicos, que é um levantamento das necessidades do concelho no que respeita à reparação das ruas, para a partir daí se fazer um planeamento rigoroso das intervenções*

possíveis, para que todos saibamos com o que contar e nos entendamos com as nossas populações. A dimensão do problema a meu ver, não se compadece com a resolução casuística desta ou daquela urgência. Por mim, aceito ser o último da fila, desde que conheça o plano e saiba com o que contar. O outro assunto, bem mais agradável, é uma referência à recente inauguração do novo Lar de Idosos do Centro Social Paroquial de Pinheiro da Bemposta. É uma obra de grande alcance social para a freguesia e para o concelho, que demonstra bem como se conseguem bons frutos quando se unem esforços e se criam parcerias com missões bem definidas, como neste caso. A obra é um orgulho para a minha freguesia e por isso é meu dever enaltecer aqui o contributo do Estado através do Programa Pares, da Câmara Municipal e da Freguesia, na realização deste projeto. E por último, queria fazer uma primeira e breve abordagem à nova Lei da reforma administrativa, no que respeita à fusão de freguesias. Todos lemos e ouvimos as mais diversas justificações para a reforma, todos e ninguém são senhores da razão. Não vou preocupar-me com rebuscados argumentos do que é melhor ou pior, se poupa ou gasta mais dinheiro, se serve melhor ou pior as populações. Preocupo-me sim com outros aspetos, estes na verdade os que têm real importância, que afetam a vida e a alma das pessoas e que são diferentes, conforme se tratem de freguesias duma cidade ou freguesias de aldeia, sempre de aldeia, independentemente do rótulo que os governantes lhe atribuíram de freguesias predominantemente rurais (APR), de freguesias predominantemente urbanas (APU) ou freguesias maioritariamente urbanas (AMU). Valorizo especialmente o serviço público de proximidade que prestamos às populações, proximidade pelo conhecimento mútuo, pela facilidade do acesso ao contacto, pela confiança que faz do Presidente da Junta o conselheiro, o moderador, o juiz de pequenos conflitos, o apoio em momentos de dificuldade. Valorizo também a gestão, financeira, económica e de pessoal, seguro de que conseguimos fazer mais com menos, nas funções que são da competência da Junta de Freguesia, mas ciente de que o que se pode e deve ser feito na necessária reestruturação administrativa e na redefinição de funções das autarquias pode perfeitamente ser feito sem necessidade de mexer no atual mapa das freguesias. E valorizo sobretudo a história de séculos, a identidade, a cultura, a tradição, a coesão territorial e humana, a mística, os valores sedimentados. Vale a pena? Não sei, digo que não, por intuição, por sentimento. Mas nem por isso estou fechado a novas soluções, se for essa a vontade dos meus conterrâneos e dos meus vizinhos. Seria um regresso à história, que reza ter sido a hoje freguesia de Pinheiro do Bemposta sede do Município da Bemposta, de fundação antiquíssima e ao qual o rei D. Manuel deu foral em 13 de julho de 1514 (estamos quase a celebrar o quinto centenário), chegando a abarcar uma grande área de território, a que hoje correspondem as freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz, Loureiro, Travanca, Macinhata da Seixa, Ul, Branca, Ribeira de Fráguas, Fermelã, Canelas, Salreu, Santiais e Assequins. Município que veio a ser extinto por decreto de 24 de setembro de 1855, na chamada reforma de Mouzinho da Silveira. Pela proximidade geográfica, pela facilidade dos acessos, pela partilha que já hoje fazemos de vários equipamentos públicos, pela familiaridade das populações, a união entre o Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, seria encarada como a mais natural.

*Fiz questão de incluir um debate sobre este assunto na ordem de trabalhos da nossa Assembleia de Freguesia de hoje, para que os representantes do povo possam livremente apresentar as suas ideias sobre tão importante tema. Aproveito a ocasião para desejar a todos um bom Ano, Próspero e em Paz. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul. =====*

*===== Boa tarde, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, saúdo e cumprimento todos os presentes. Venho aqui apenas dar três pequenas notas. A primeira prende-se com a colocação de rails de proteção que finalmente foram colocados muito provavelmente na curva mais famosa do nosso concelho, refiro-me obviamente à curva do Zeca, no lugar de Carcavelos e famosa infelizmente não pelos melhores motivos mas sim pelas dezenas e dezenas de acidentes e pelo perigo e falta de segurança que esta curva apresentava. Poderão desvalorizar os mais críticos o trabalho agora feito pela Câmara Municipal, relativamente à solução agora implementada, que seria o alargamento da curva e conseqüentemente da faixa de rodagem a solução ideal. Eu digo também, tudo que seja feito para e em prol da segurança é sempre bem aceite, mas também digo que, há muitos, repito, há muitos anos se falava neste assunto e que até hoje nunca nada foi feito, portanto esta solução pelo menos veio minimizar o perigo que constituía a curva e portanto já terá valido a pena, além do mais se os condutores circularem com precaução e respeitarem as regras de segurança e condução, estarão a salvar vidas, as dos peões e é bom não esquecer a dos utentes da fonte que existe na zona inferior. Só a título informativo: este foi o primeiro passo de um conjunto de várias intervenções que estão previstas para o troço que atravessa Santiago de Riba-Ul tendo em vista a dignificação da artéria principal de acesso à cidade e à zona industrial. O segundo assunto está relacionado com um artigo que vi com bastante agrado, esta semana, no Correio de Azeméis e que dá conta da intervenção que a Câmara Municipal está a fazer com a pintura de inúmeras passadeiras no centro urbano e um pouco por todo o concelho. Regozijo-me com este facto porque é sem dúvida das maiores solicitações que nos são feitas em grande parte pelo desgaste natural das pinturas e principalmente quando falamos de zonas escolares ou outras zonas frequentadas por crianças, a segurança tem e deve ser salvaguardada com o máximo de rigor e cuidado. Aproveito a oportunidade para solicitar ao executivo e endereçar também a sua atenção para os sinais de trânsito espalhados um pouco por todo o nosso concelho, muitos deles apresentam-se também num estado bastante avançado de degradação pela idade, existe mesmo um número considerável de sinais que simplesmente não conseguem ser já identificados, sei que trata-se de um investimento grande mas seria conveniente o mais breve possível pensar na sua substituição e reposição até para impedir alguns possíveis dissabores. Para finalizar e não querendo alimentar polémicas, longe de mim, até porque muito provavelmente trata-se de mais uma notícia infeliz, novamente a visar a Freguesia que represento e mais concretamente a minha pessoa: queria dar*

*nota de intervenção feita pelo CDS/PP, ao Correio de Azeméis, relativamente às pavimentações efetuadas no lugar do Salgueiro, mais concretamente ao ênfase que foi dado a uma pequena situação a qual não temos qualquer responsabilidade porque está relacionada com as obras que estão a ser feitas pela freguesia vizinha, do meu caro amigo de Cucujães, e peço desculpa por trazer aqui este assunto, mas o teor de grande parte dos comentários lá reproduzidos denota, como classificar os próprios moradores posteriormente e em resposta ao mesmo artigo alguma má intencionalidade e passo a citar algumas das afirmações: “não houve preocupação por parte do Presidente da Junta de pelo menos passar por lá”; “que passaram na junta mas o Presidente, lá não estava”; “que foi uma situação não previste e acautelada”, são comentários na minha opinião deselegantes porque recordo que os mesmos não foram da autoria do Correio de Azeméis, mas sim afirmações enviadas para serem lá reproduzidas, felizmente que esta não foi a opinião de maioria dos moradores, felizmente também que grande parte das respostas a estes comentários foram já dadas e bem pelos moradores. E porquê? Porque eles sabem que o Presidente da Junta preocupou-se e empenhou-se muito por eles. Há mais de vinte anos que estes moradores suplicavam por atenção, viviam num lugar completamente esquecido e que apenas agora, depois de enumeras promessas viram a sua qualidade de vida aumentar totalmente. Estradas esburacadas, grande parte em terra, cheias de buracos e no inverno em lama, um autêntico caos, foram substituídas por estradas novas, largas, pavimentadas e todas elas com saneamento e não estamos a falar apenas de uma rua, mas sim de todas as ruas que compõem aquele lugar. Tal como disse no início não é minha intenção entrar em polémicas, mas não posso aceitar situações sem fundamento e a forma como são feitas, como foi o caso. Gostava de dizer ao CDS/PP que tivesse um pouco mais de bom senso em algumas matérias. Continuo a dizer como já o disse aqui, uma vez, eu agradeço muito que visitem a minha freguesia. Sinceramente estamos recetivos a sugestões e a críticas positivas e à forma democrática de expressão, mas quando bem-intencionada. Um Feliz Ano para todos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, público, imprensa. Eu queria se calhar um bocado já fora de tempo, mas queria abordar o tema Centro Escolar de S. Roque e manifestar aqui o quão satisfeito eu estou e até para responder ao desafio feito pelo Senhor Presidente da Câmara aquando da última Assembleia em Loureiro que ninguém se congratulava com o Centro Escolar de S. Roque. Eu tinha previsto manifestar a minha satisfação só que esperava faze-lo na inauguração, que eu pensei seria em breve, que por acaso só viria a acontecer a 25 de novembro foi um bocadinho fora de tempo, queria na altura manifestar a minha imensa satisfação, não foi possível, quero acreditar que tenha sido por falta de tempo, não tive a oportunidade o de fazer de comunicar o quão grato eu estava, mas vou faze-lo agora com toda a*

sinceridade. Eu ainda sou do tempo em que eu sei o que passei para criar uma simples Pré-escola, porque nós não tínhamos ainda há bem pouco tempo uma simples Pré-escola e quanto me custou e agora felizmente com a colaboração da Câmara, com a colaboração de toda a gente foi possível em pouco tempo disponibilizar um Centro Escolar com muita dignidade. Este novo Centro Escolar é resultado do empenhamento do Gabinete da Educação Câmara Municipal, Junta de Freguesia, agrupamento de Escolas e Associação de Pais todos puxando no mesmo sentido junto da equipa técnica do Ministério da Educação que em 2004/2005 elaborava a carta educativa onde com sucesso se propuseram acrescentar: havendo espaço disponível na EB 2,3, para construção de um edifício independente, será de considerar a aglutinação das escolas da Igreja e da Covada no referido edifício. Porque havia muitos alunos, estando estas escolas a funcionar em regime de desdobramento, o que na altura já não era aceitável. Andou pois bem a Câmara Municipal e seu Vereador da Educação, ao promoverem em tão pouco espaço de tempo esta construção fazendo ainda a dotar de ensino Pré-escolar não considerado na proposta original. A Câmara Municipal e o Ministério da Educação sentem-se naturalmente confortáveis pois compreenderam e assumiram a urgência desta obra e agiram com rigor e determinação, honra para eles. Partilhará desta honra o patrono da Escola o Senhor Comendador Ângelo Azevedo, pois este equipamento vem valorizar e enriquecer a escola porque tanto lutou e providencialmente havia deixado o terreno de reserva, bem-haja Senhor Comendador Ângelo Azevedo. Esta escola, esta terra, este povo tem memória e sentir-se-á eternamente grato, eu gostava de dizer isto na presença dele conforme ele lá estava naquele momento. A Direção do Agrupamento, particularmente o seu Diretor Professor António Figueiredo sentir-se-á compensado pois investiu empenhadamente neste equipamento vendo reconhecido todos os seus esforços que hão-de contribuir para o ensino de excelência mais integrado e mais moderno, “quem sabe faz a hora e não espera acontecer”, mais coisas bonitas ainda nos hão-de surpreender, bem-haja Professor António Figueiredo. As famílias, particularmente as crianças a quem a escola é dedicada sentem-se privilegiadas e felizes por mais esta benfeitoria em seu proveito e benefício, muitos gostariam de partilhar a vossa sorte usem-na com brio e com responsabilidade. As associações, os empresários e os operários que neste momento lutam com tenacidade e coragem para manter os padrões de vida, o trabalho justo e digno para todos, rejubilam por mais este equipamento social que muito contribui para a elevação do bom nome de S. Roque, eles merecem a persistência da autarquia e saborear o progresso e desenvolvimento que estes equipamentos sempre proporcionam, são todos uns heróis. A Junta de Freguesia teve neste caso um papel muito facilitado pois ao contrário do que se passara no processo da EB 2,3, os agentes educativos, Ministério da Educação, a Câmara Municipal, a Direção da Escola e a Associação de Pais agiram todos desde início com eficácia, competência, solidariedade e transparência. Ao Senhor Ministro da Educação, ao Senhor Presidente da Câmara e seu Diretor da Escola que acolham este sincero reconhecimento da Junta de Freguesia de S. Roque. Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara muito obrigado por ter intervindo para que eu pudesse ter oferecido uma prenda ao Senhor Ministro, à Câmara e

*à Escola, pois parece que não constava do protocolo mas o Senhor Presidente ajudou a que isso pudesse acontecer. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, Colegas da Assembleia Municipal, Senhores Jornalistas, estimada Audiência, Senhoras e Senhores. Como todos temos observado as medidas de contenção do governo têm afetado todos os sectores de atividade da sociedade portuguesa. Algumas das preocupações dos portugueses de alguns anos a esta parte mantêm-se e algumas agravaram-se substancialmente com as medidas de austeridade. Na área da saúde não é segredo para ninguém que nos últimos anos a sensação de desconforto na nossa população tem sido por demais evidente e que de dia para dia perdemos serviços e qualidade na saúde da nossa população. Há cerca de um ano pedi mais uma vez a atenção ao nosso presidente que a comissão de saúde deveria reunir com carácter de urgência pois precisávamos estar alertas para apoiar esta área tão sensível da nossa população. Se a comissão existe deverá reunir e desempenhar o seu papel, caso contrario não serve os interesses das populações e perde a sua razão de existir. Não tinha preparado mas em resposta ao meu estimado amigo, olhos nos olhos e da outra vez quis falar consigo já tinha saído. Eu estou aqui por todos os oliveirenses, não leu bem a reportagem porque eu fui chamado lá porque tinham-me dito que a junta de freguesia não estava a ir ao local e se o CDS poderia ir lá com eles e se poderia levar a imprensa, a imprensa não pode ir por problemas de agenda e foi enviado as declarações que o Senhor aqui proferiu foram dos populares. A única coisa que o CDS disse foi, uma situação que realmente não estaria prevista e que acreditávamos que a junta iria resolver. Posteriormente à reportagem a população voltou a me ligar “o Senhor Presidente da Junta continua a não vir aqui”, eu disse, acho que é um assunto que não deve voltar a envolver nem o CDS nem a imprensa mas provavelmente a Junta. O CDS foi eleito para representar todos os Oliveirenses e não há pessoa que chame o presidente do CDS que eu não vá lá e tente ajudar as pessoas, nunca em tempo algum eu fui desonesto ou desleal para com a junta. Estimo a junta de Santiago como estimo todas as outras, estimo mas não diferencio quando tenho de falar de alguma posição menos boa, tenho de o fazer e lamento ter de o fazer. Não considero o Senhor Presidente da junta um mau presidente, não o considero que seja desleal para com os seus populares, mas eu não posso fugir à minha responsabilidade de ouvir a população e se eles me pedirem a mim para os representar fá-lo-ei sempre. Agora quero que entenda que o estimo muito, por mais que não goste da minha postura, mas eu estou aqui para os oliveirenses, quando quiser falar comigo esteja à vontade. Se quiser quando eu for à sua freguesia, antes de lançar uma reportagem, falo consigo como já tenho falado com outros colegas seus. Acho que o caminho não é por aí, o caminho é de abertura e o CDS nunca vai deixar que nos metam medo ou que sempre que vamos*

*a algum lado que nos persigam que digam foram lá fizeram e aconteceram. Se eu errar sou o primeiro a dizer, peço-lhe desculpa, estive errado, não fui o meu melhor procedimento. Neste caso, os reparos que fez foi à população que nos chamou lá, foram as palavras que eles proferiram, eles sim, disseram: o Senhor Presidente não nos atende; o Senhor Presidente não vem cá. Acredito. Eu não estou a dizer que é verdade ou mentira. Mas não ponha no CDS as declarações que a população fez. A população terá sido injusta consigo? Até aceito. Até aceito. A população não. Os populares. Se senhor tem lá um grupo anonimo que não se identificou a defende-lo, acredito que terá mais seguidores do que aqueles que mandaram a carta, se não, não ganhava a junta. Nunca pus isso em questão. Agora temos de ser leais neste jogo político e o CDS de Oliveira de Azeméis não se envolve em jogos menos claros, o que é, é, o que não é, não é. O CDS foi lá a pedido da população, não foi lá para denegrir a imagem de ninguém, foi lá dizer exatamente que não estava prevista aquela situação e que acreditávamos que ia ser resolvida. Agora se não fomos bem entendidos lamento, mas o nosso papel é mesmo esse é ouvir quem nos pede. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Permitam-me que em nome da Câmara Municipal, aliás porque foi também aprovada na Reunião do Executivo da Câmara Municipal, que nos associemos aos votos de pesar aqui apresentados e aprovados por unanimidade, naquilo que diz respeito ao Senhor Antero da Silva Ribeiro enquanto membro da Junta de Freguesia de Palmaz, ao Senhor Joaquim Godinho presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul e ao Senhor Capitão Almeida e Costa que foi autarca do CDS em S. Martinho da Gândara. Quanto aos restantes votos ao Arquiteto Carlos Castanheira também, deixem-me dizer-vos que tive oportunidade ainda recentemente de desafiar o Arquiteto Carlos Castanheira para poder tendo em conta a sua ousadia, irreverencia, sua classe e qualidade poder intervir em espaços públicos em Oliveira de Azeméis, a bola ficou do lado dele ia partir para a China nessa altura, não sei se já regressou? Espero que tenha regressado e o desafio aqui fica para ele se quiser poder também aí trabalhar e mostrar a sua grande classe, é um orgulho para nós como é evidente, para todos nós oliveirenses ver a forma como tem programado a sua carreira. Relativamente ao voto da Santa Casa da Misericórdia também a Câmara Municipal se associa, aprovou um também em Reunião do Executivo enaltecendo o trabalho que foi desenvolvido ao longo dos últimos anos pelos órgãos cessantes e em especial ao seu provedor e também desejarmos independentemente do preciosismo do Ricardo Bastos, de entrou ou não entrou já em funções, desejar aos novos órgãos eleitos um excelente mandato, não é fácil hoje ser dirigente associativo e portanto aos novos órgãos eleitos que disputaram eleições, venceram, merecem de todos nós também o desejo de um bom mandato e cá estamos para colaborar com eles como colaboramos com os anteriores. Quanto às questões que foram*

*colocadas, em primeiro lugar pelo Senhor António Xará. Permitam-me só que possa enaltecer ou reforçar aquilo que foi dito relativamente à visita do Senhor Ministro da Economia pelo alcance que tem em termos nacionais, ou seja, o Senhor Ministro da Economia dedica as sextas-feiras à tarde às empresas, às indústrias do nosso país e portanto já vimos que ele percorreu boa parte do país, mas em Oliveira de Azeméis ele veio visitar três áreas que nós consideramos muito importantes e que temos imenso orgulho. Uma foi o cluster dos moldes, ou seja, o Senhor Ministro da Economia quando quis perceber como é que funciona a indústria dos moldes, não escolheu a Marinha Grande, escolheu Oliveira de Azeméis para o fazer e ficamos naturalmente satisfeitos e acho que foi reposta uma justiça que há muitos anos que as pessoas quando queriam perceber como é que funcionavam as indústrias dos moldes iam à Marinha Grande não tem mal nenhum, mas pela primeira vez alguém escolheu Oliveira de Azeméis para perceber e entender o funcionamento dos moldes, do cluster dos moldes em Portugal. Relativamente à inovação o Senhor Ministro escolheu a Polisport, uma empresa em Carregosa, que tem ganho prémios atrás de prémios naquilo que diz respeito à inovação onde se destaca o prémio Cotec entre muitos outros, aliás na semana da visita do Senhor Ministro tinha acabado de receber dois prémios inovação numa feira, da mais importante feira que se realiza na Alemanha e portanto também essa visita ganha uma redobrada importância. E uma terceira, não menos importante, é que a primeira empresa de calçado que o Senhor Ministro da Economia visitou foi em Oliveira de Azeméis e portanto, eu sei que os Senhores sabem a importância que tem estes pequenos sinais e portanto fico-me por aqui, acho que é gratificante percebermos que para estes clusters tão importantes na nossa economia o Senhor Ministro tenha escolhido o nosso concelho. Quanto à Linha do Vale-do-Vouga, que o Senhor deputado António Xará também falou, deixem-me dizer-vos que esta é uma matéria à qual temos dedicado especial atenção tendo em conta a apresentação do plano nacional de transportes e tudo aquilo que vinha a ser preparado e preconizado aquando do memorando de entendimento que foi aprovado pelo Governo anterior, que foi aprovado pelo PSD e que foi aprovado pelo CDS e portanto, independentemente daquilo que nós hoje possamos dizer, temos de ter a noção em várias matérias entre as quais: a reforma administrativa, que são matérias que foram discutidas, acertadas, assinadas pelo Governo de então liderado pelo Eng.º Sócrates, pelo PSD liderado na oposição pelo Dr. Pedro Passos Coelho e CDS/PP liderado pelo Senhor Dr. Paulo Portas. Hoje vê-se de repente um foguetório de alguns partidos, nalgumas medidas, esquecendo-se que muito daquilo que é hoje impopular foi tudo acordado, está tudo assinado são públicos os documentos e portanto às vezes temos de ter um bocadinho mais de cuidado naquela fúria mediática que algumas pessoas nos últimos tempos têm demonstrado, visitando tudo e mais alguma coisa, acreditando em tudo o que lhes dizem ao ouvido e mais alguma coisa e depois esquecendo-se há compromissos que foram assinados ao mais alto nível e esses compromissos valem porque Portugal é um país de bem, se quer ser um país respeitado e credível tem de cumprir com os seus compromissos, podem custar muito, é verdade, custar muitos sacrifícios, é verdade, mas se queremos ser reconhecidos, se queremos ter essa credibilidade que infelizmente perdemos nos últimos anos, temos de cumprir*

*nem que seja com estas medidas difíceis e com planos de austeridade que muitos de nós não estávamos à espera e sobre esta matéria foram feitos contactos com Municípios vizinhos, naquilo que diz respeito a Oliveira de Azeméis para norte, Santa Maria da Feira, S. João da Madeira e Espinho, naquilo que diz respeito à ligação Oliveira de Azeméis – Espinho foram feitos contactos com a Junta Metropolitana do Porto e com a Autoridade Metropolitana de Transportes, sabendo que vai haver concessão da linha chamada da concessão Porto e que fica com ligação à linha do Norte, procuramos influenciar quem decide e quem emite pareceres, neste caso a autoridade Metropolitana dos Transportes, das virtualidades das potencialidades da linha do Vale-do-Vouga naquilo que diz respeito ao troço Oliveira de Azeméis – Espinho, como sabem a linha do Vale-do-Vouga é mais do que isto vai até ao concelho de Águeda e tem depois um outro troço que é Águeda – Aveiro. Naquilo que nos diz respeito nós temos trabalhado numa solução e não é de hoje, deixem-me dizer-vos que já em reuniões com a REFER, há muito tempo, ainda antes do memorando de entendimento da Troika, há muito tempo que, nós tínhamos falado com a REFER que já vinha a fazer investimentos na linha e foram investimentos avultadíssimos na eliminação das passagens de nível e na criação de outras passagens, nós tínhamos chamado à atenção para as questões financeiras e disponibilizamos inclusive a zona adjacente à estação de Oliveira de Azeméis para a colocação de umas oficinas da REFER garantindo sempre a linha até Oliveira de Azeméis, neste caso para o norte. Neste momento o que está em cima da mesa e foi também falado com o Senhor Secretário do Estado dos Transportes e Obras Públicas, Dr. Sérgio Monteiro, foi falado com ele a possibilidade, na questão da concessão, de incluir este troço Oliveira de Azeméis-Espinho. É vontade de todos os autarcas a norte de Oliveira de Azeméis na manutenção da linha e portanto, antes de falarmos nas ciclovias, antes de falarmos nisto ou falarmos naquilo, porque também já nos foi falado a questão de se criar uma via rodoviária, ou seja, alargar as os trilhos da automotora e fazer só uma via rodoviária onde só podiam circular e mais nada autocarros de passageiros, devemos é procurar a sustentabilidade da linha, precisamos é do comboio com outros horários, outra comodidade, outra segurança, outra velocidade isso seguramente que vem melhorar a mobilidade entre estes Municípios e a ideia que está neste momento nas mãos de quem tem de decidir é a ligação, tal como foi feito em Guimarães que era uma linha secundária e hoje é uma linha com uma utilização intensíssima, esta linha possa servir de acesso ferroviário à linha do norte. Tem sido um trabalho intenso se calhar não é muito visível porque não tem jornais, não tem comunicação social, é um trabalho de bastidores, é um trabalho onde os autarcas têm naturalmente e as forças vivas de toda esta região têm demonstrado todo o seu empenho e portanto vamos esperar por boas notícias e se não houver boas notícias teremos de optar pelos planos B, estarmos a falar de planos B nesta altura julgo que retira argumentos para quem defende a manutenção da ligação ferroviária. Quanto ao PDM, em janeiro de 2012 (finalmente) inicia-se o período de discussão pública do PDM, Foi uma longa história, chegarmos até aqui, não vale a pena estar a olhar para o passado, importa é que esse processo de discussão pública seja o mais transparente e participado possível. Quanto á sugestão do Senhor Deputado António*

*Xará, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal estiver de acordo, julgo que o processo de discussão pública deve arrancar (isto já foi falado também na reunião de Camara) com uma Assembleia Municipal onde os técnicos apresentem o Plano Diretor Municipal (PDM), a proposta do plano Diretor Municipal a todos nós e todos nos sentemos do mesmo lado e tecnicamente nos possa ser mostrada a proposta que vai para discussão pública. Este período de discussão pública são 40 dias. E nós vamos querer realizar ações em todas as freguesias. Ações devidamente publicitadas e portanto fica já também aqui o meu pedido à comunicação social presente possa dizer que em todas as freguesias e se for preciso nós até faremos um anúncio nos jornais regionais para as pessoas saberem quais são os dias e as horas pelas dezanove freguesias do concelho onde vai ser apresentada a proposta para que ninguém diga: eu não soube; ninguém me disse. Portanto pedia e aproveitava esta oportunidade para pedir o máximo empenho de todos, porque como sabem todos os esclarecimentos que forem solicitados no período de discussão pública, todos, os mais “disparatados ou os menos disparatados”, todos têm resposta, todos vão ter resposta e portanto, eu julgo que era muito importante aproveitar esse período de discussão pública para melhorarmos aquela que é a proposta do PDM e começarmos aqui em sede de Assembleia Municipal. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Armindo Nunes. A questão dos pavimentos, dos buracos nas estradas. É assim, eu podia dizer que, esta intervenção do Senhor Armindo tinha lugar em qualquer parte deste país. Eu não ando só em Oliveira de Azeméis e Senhor Armindo também não anda, o Senhor Armindo vai a Aveiro, vai à Segurança Social só naquela estrada veja lá os buracos que lá estão no centro da cidade, mas se for lá para outras freguesias e se andar por outros concelhos, infelizmente aquilo que o Senhor disse qualquer Presidente de Junta aqui presente o podia ter dito, em vez de dizer Pinheiro da Bemposta dizia a Freguesia dele. Nós temos de ter noção disso, temos uma rede viária muito grande, os nossos recursos são escassos e vamos procurando naturalmente responder com a prontidão que não é satisfatória para os dezanove presidentes de junta. Dou aqui um exemplo, eu nem sou a melhor pessoa para o fazer mas o Senhor Vice-Presidente que tem a responsabilidade das Obras Municipais, das Obras por Administração Direta e das Obras Públicas melhor do que eu sente isso, temos uma semana ou cinco dias de chuva seguidos, ninguém telefona, ninguém diz nada, vem um dia de Sol, está Sol, o Senhor Vice-Presidente recebe normalmente dezanove telefonemas. Porque todos os Presidentes de junta querem tapar os buracos naquele dia de Sol. É impossível. Vamos procurando como digo e acho que, pelo menos pelas pessoas que cá venham e que vêem o esforço que está a ser feito, procuramos de certa forma resolver os problemas nomeadamente aqueles que são mais graves e o Senhor Armindo também já teve exemplos disso, situações mais graves e fazer um esforço suplementar para os resolver, mas eu compreendo a sua intervenção e não estou a dizer que ela tenha qualquer outro tipo de intenção, não. Digo-lhe é que, aquilo o Senhor fez e que o Senhor disse qualquer outro presidente de junta o podia fazer, vamos é procurar em conjunto com paciência, com resistência ultrapassar essas questões procurando criar soluções de conservação. E também permita-me que diga que tive oportunidade de falar com alguns Presidentes de junta*

*nesta preparação do Orçamento. Fazer algumas intervenções de prevenção, eu julgo que já uma altura falei isso consigo Senhor Armindo que é não deixar deteriorar nem degradar até ao limite, mas se fizermos uma intervenção preventiva, vamos evitar que tenhamos aqueles grandes buracos, grandes crateras, que infelizmente depois temos de reparar, mas estamos sempre a afinar, estamos sempre a melhorar, estamos sempre disponíveis também para melhorar a nossa atuação e nessa matéria todos os contributos são positivos, eu agradeço por ter aqui levantado o problema. Naturalmente que estamos satisfeitos e comungamos da sua satisfação na inauguração da obra social do Lar do Pinheiro da Bemposta uma obra fantástica, fantástica e dizer-lhe que até aí colaboramos e vamos hoje aprovar um protocolo para resolver um problema que tinha a ver com os acessos, com a parte exterior que não estavam nem de longe nem de perto nas melhores condições, mas que chovia torrencialmente naquela semana e foi preciso um esforço grande para cumprirmos, mas naturalmente que queria aqui felicitar a freguesia do Pinheiro da Bemposta e os Dirigentes da Associação e da Instituição pelo trabalho notável que fizeram para a concretização daquela infraestruturas social. Quanto à reforma das freguesias e aproveitando a sua questão e se calhar perdendo um bocadinho mais de tempo, perdendo ou ganhando um bocadinho mais de tempo, dar-lhe nota que, no início de janeiro vamos reunir um grupo de trabalho que constituímos no seio da Câmara Municipal, já está constituído, tem a minha presença, do Dr. Jorge Oliveira e Silva, do Dr. Miguel Portela, do Dr. Ricardo Tavares e do Eng.º. Joaquim Jorge representando os Partidos com representatividade aqui na Assembleia Municipal, para definirmos uma metodologia de ação relativamente a esta matéria. Eu sou daqueles que acho que vai haver reforma. Eu sei, que, se calhar nesta sala a grande maioria acha que não via haver reforma nenhuma. Eu acho que vai haver. E acho que devemos olhar para o “Livro Verde” como uma oportunidade, podemos discordar de muitas coisas que lá estão, eu discordo de muitas coisas que lá estão, como muitos dos que aqui estão uns concordam outros discordam, mas seguramente que vamos em Oliveira de Azeméis ter a inteligência necessária e a clarividência necessária e o bom senso para podermos encontrar boas soluções. No início do mês janeiro teremos essa reunião e vamos colocar, um conjunto, receber sugestões das pessoas que fazem parte deste grupo e depois então implementar um conjunto de ações que passará também por todas as freguesias do nosso concelho. Quanto ao Senhor Presidente, Carlos Silva, de Santiago de Riba-Ul. É verdade e é indesmentível a Curva do Zeca já tem rails, eu que me lembre toda a gente falava dos rails do Zé da Curva, agora fala-se que os rails podiam estar 30 centímetros para dentro, 20 centímetros para fora, podia-se cortar a curva e fazer uma estrada, o que é certo é que, os rails estão lá e nunca estiveram e toda a gente os pedia. Não há soluções perfeitas, tecnicamente e naquilo que diz respeito à prevenção rodoviária há uma teoria, uma teoria não, uma técnica que é defendida pelas pessoas que trabalham nessa matéria, que é: quando se estreite-se a via naturalmente se reduz a velocidade e garanto-lhe que se toda a gente cumprir os limites de velocidade não há ali nenhum problema com aquela solução, nenhum problema, portanto eu sinceramente Senhor Presidente de Junta deixe-me dizer-lhe com toda a sinceridade, achava que toda a gente ia ficar*

*satisfeita com aquela solução, mas também já começo a perder a esperança de quando se resolve um problema de vinte anos, de trinta ou de dez ou de cinco, sempre que se resolve um problema, há sempre uma “alma” que diz que devia resolver-se de outra maneira, portanto temos de estar preparados para tudo e o Senhor Presidente da Junta de Santiago vem o sabe, vem o sabe, porque também na zona do Salgueiro há anos e anos que era prometida a questão do saneamento e da reposição das vias, eu também lá andei, eu também lá sujei os sapatos, eu também lá falei com as pessoas, a mim ninguém me disse nada, estavam chateados com a lama, então este ano de 2012 preparem-se para essas chatices vai haver muita lama no município de Oliveira de Azeméis, boa lama na minha opinião que é para fazer o saneamento, mas nessa altura as pessoas só diziam: - façam rapidamente, reponham o piso, porque estamos todos contentes, eu depois também li que apareciam umas pessoas a dizer isto ou aquilo, temos de estar preparados para isto, o Senhor Presidente prepare-se para estas coisas, o Senhor é novo foi a primeira vez que foi eleito e então olhe, vou-lhe dizer quanto mais o tempo passa, quanto mais o tempo se aproxima das eleições pior vai ser, portanto prepara-se para muito piores coisas nesta matéria. Essa questão do Salgueiro entronca na outra da Rua Visconde Carregoso em Cucujães também era uma questão que se arrastava, eu até vou ter cuidado em dizer se era há dez, se há quinze, se há vinte anos, eu digo assim: - há anos; - está resolvida, ainda não está resolvida definitivamente mas felizmente que demos aí também um grande avanço. Quanto à intervenção do Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, há uma coisa Senhor Amaro que eu acho que nós em conjunto, Junta e Câmara Municipal, ainda não conseguimos fazer mas acho que não devemos desistir, nós já temos o Centro Escolar mas ainda não temos a oferta formativa da Pré ao 12º Ano em S. Roque e acho que isso não devemos desistir, devemos trabalhar todos em conjunto para que isso aconteça, tenho cá um feeling que vai ser mais fácil, agora, mas também não posso garantir nada, mas pelo menos uma das forças de bloqueio que era devidamente identificada já não existe, portanto vamos ver se há lá mais e por isso acho que devemos persistir e fazer isso mesmo. Também sem qualquer questão agradecer a forma como o Senhor Presidente, Amaro Simões, aqui apresentou e falou sobre o Centro Escolar, eu sabia perfeitamente que era também para ele um momento de grande satisfação e ninguém pense que possa ter havido alguma situação menos agradável, mas na minha opinião também houve coisas que no dia da inauguração não correram como eu gosto que corram e uma teve a ver com este pequeno “quiprocó” que não foi porque o Senhor Presidente da Junta percebeu também, houve ali alguma questão temporal do Senhor Ministro porque tinha um compromisso (que aliás depois até foi pública) às três horas em Lisboa numa cerimónia (a memória não me consegue agora dizer o que é que era) e o protocolo do Senhor Ministro procurou limitar ao mínimo as intervenções a fazerem-se, em circunstâncias normais usaria da palavra o Senhor Presidente da Junta de S. Roque, até o Senhor Presidente da Junta de Nogueira do Cravo porque aquele Agrupamento diz respeito às duas Freguesias, isso não aconteceu mas e como disse e bem o Senhor Presidente da Junta, depois isto leva-se tudo ao limite, depois quando vem o protocolo de estado leva-se tudo ao limite, o Senhor Presidente da*

*Junta nem podia oferecer duas lembranças ou três lembranças simpáticas que tinha para oferecer e aí é verdade que eu próprio intervi na frente do Senhor Ministro e na frente do Senhor Presidente da Junta, logicamente o Senhor Presidente da Junta tinha todo o direito de oferecer as lembranças e muito mais como assim aconteceu, mas ainda bem que o Senhor aqui também falou sobre essa matéria para ficarmos todos esclarecidos. Já agora que estamos a falar em escolas, também só para vos dar nota que, ontem mesmo foi publicado em Diário da República, depois de uma Reunião Extraordinária na quarta-feira, foi publicado no Diário da República o anúncio, o caderno de encargos e o programa de concurso do Centro Escolar de Ul para ser objeto de uma candidatura. Quanto às questões colocadas pelo Senhor Dr. Miguel Portela e sobre as questões da Saúde, nós temos um conjunto significativo de situações de Saúde que nos preocupam, procuramos tratar dentro dos canais próprios não utilizando a comunicação social porque nem sempre a comunicação social resolve os problemas. Mas dizer-lhe também Senhor Deputado Miguel Portela, que quando às vezes e julgo que o Senhor tem abertura suficiente para isso e da parte da Câmara Municipal tem essa total disponibilidade, porque muitas vezes e deixe-me dizer-lhe isto com toda a amizade, entenda isto com toda a amizade e entenda isto de uma forma construtiva: Às vezes há pessoas que pedem o impossível e vão à Câmara Municipal, falam com técnicos e vão às Juntas de Freguesia e pedem coisa que são impossíveis de fazer porque são ilegais e que atribuem responsabilidades sancionatórias reintegratória e até criminais aos Presidentes de Junta, aos Vereadores e às vezes essas pessoas procuram sempre um “ouvido” que depois lhes faz eco na comunicação social desse seu pedido. Um pedido ilegal. Não estou a falar de nenhum caso concreto. E não custa nada ligar ao Presidente da Junta e dizer: - isto é verdade ou não é? Ou à Câmara Municipal e evitar como o Senhor Dr. Miguel Portela também disse e a forma como sei que está na política, porque vou vendo, é uma forma séria, disse ao Senhor Presidente da Junta – eu até lhe peço desculpa se fiz alguma coisa mal. Senhor Deputado se tivesse falado com o Senhor Presidente da Junta antes de lá ir, não estou a dizer que não fosse lá, se calhar já estava esclarecido e a reação já não era dessa forma, é só uma questão de metodológica e na Câmara Municipal também as vezes nós podemos rapidamente fazer um esclarecimento, sabe porquê? Na Câmara Municipal nós recebemos imensas denúncias de coisas às vezes as mais esquizofrénicas que pode imaginar. E vamos ver, e quem é? O Vizinho do lado, o vizinho da frente, ou alguém com quem se zangou no café a semana passada, ou um doente de um clube e o outro é doente do outro, coisas que não fazem qualquer sentido, isto que eu lhe estou a dizer é válido por exemplo para denúncias que chegam ao Ministério Público e à Policia Judiciaria, porque se hoje eu não gosto de si e pimba, isto não é assim, pelo menos eu acho que não deve ser assim e devemos naturalmente procurar encontrar as soluções e depois com os esclarecimentos necessários atuarmos da forma que entendermos melhor, mas tudo tranquilo sem grandes problemas. Senhor Presidente peço-lhe desculpa porque me alonguei mas havia aqui assuntos muito importantes que era preciso procurar esclarecer. Muito obrigado. =====*

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer: No que diz respeito ao desafio feito, pois com certeza, não podia estar mais de acordo como Presidente da Assembleia Municipal de providenciar-se para a marcação de uma Assembleia Municipal para se discutir o Plano Diretor Municipal (PDM), acho que é perfeitamente indiscutível essa minha disponibilidade e de todos os deputados estou certo também, para realizarmos uma Assembleia para um problema tão importante como é o problema em causa.==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara que está de parabéns hoje, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia Municipal, colaboradores da Câmara, jornalistas, caros Oliveirenses. A minha intervenção vai ser feita em termos telegráficos. São alguns assuntos, alguns têm a ver com a imagem de Oliveira de Azeméis, outros preocupações, de qualquer maneira não sei se terão resposta ou não? De qualquer maneira será mais como reflexão. Uma tem a ver com as marcações que ficam nas estradas, nos pinhais e em todo o lado acerca dos eventos que vão sendo feitos em Oliveira de Azeméis e que depois ninguém retira essas marcações de placas, dos plásticos que ficam pendurados por todo o lado. Outro tem a ver com a palavra “Oliveira de Azeméis” mal escrita em todo o lado, aquele acento está lá é para ser escrito, faz parte da nossa palavra, faz parte da palavra “Oliveira de Azeméis”. A nova estrada tem em todo o lado a palavra “Oliveira de Azeméis” bem escrita, mas na maior placa que existe logo no Porto “Oliveira de Azeméis” está mal escrito, quase todas as placas em Oliveira de Azeméis estão mal escritas, eu acho que se deveria, quem põem uma placa mal, dá tanto trabalho a pôr uma placa mal como a pôr bem. O terceiro assunto era saber em que ponto é que está o estudo global sobre o trânsito em Oliveira de Azeméis, o ponto da situação. Outro tem a ver com algo que eu já falei com o Dr. Pedro Marques, acho que é uma oportunidade que Oliveira de Azeméis não pode perder, que tem a ver com os Caminhos de Santiago. Os Caminhos de Santiago, nós temos o privilégio de estarmos neste eixo que atravessa Portugal de uma ponta à outra e Oliveira de Azeméis está nesse percurso. Sei que Albergaria A Velha está, se não esta já em andamento está, num processo avançado de criação do Albergue, se S. João da Madeira pensar fazer o mesmo, em Oliveira de Azeméis deixa quase de fazer sentido a criação do Albergue. A sugestão que eu dei e reitero sem prejuízo de outras, porque os Bombeiros estão ali mesmo ao lado, o edifício antigo, marcar o Albergue de Oliveira de Azeméis naquelas instalações para que fique marcado, para que fique o sinal. Já me falaram nisto e eu tive a preocupação de ir ver, lá em cima no Centro de Saúde, no Centro de Saúde novo, tem lá uma placa que está datada de 28 de maio de 2004 onde diz: - Primeira pedra da construção do Albergue, Caminho Real Português de Santiago, Caminhos de Santiago, não sei se era intenção fazer lá em cima, não o façam porque fica muito longe e quem anda a pé não vai certamente para Lações para um albergue, está lá a

*placa, está bonita e é a primeira pedra, mas ali não faz qualquer sentido - 2004, não sei se a intenção seria marcar o lugar. Outro assunto tem a ver com placa que está em frente à igreja que assinala, por acaso já roubaram de lá o quilómetro, que era o quilómetro 292 está fora do circuito, ninguém que vai nos caminhos de Santiago passa por aquela placa e ao passar ali deveria saber que está a 292 km precisamente de Santiago de Compostela. Uma outra preocupação tem a ver com o que vi numa fotografia e decidi ir ver in loco e penso que a Câmara estará a par do assunto e terá isso nas suas preocupações, tem a ver com os Caulinos, aquilo que lá está é quase assustador, aquelas escavações vão avançando, a exploração vai sendo feita e o que é certo, é que, aquilo está ali mesmo encostado à estrada, quem for para Bustelo se passar ali a pé e olhar, aquilo está ali encostadinho aos rails, não sei se qualquer dia a estrada não desaparecerá e com a estrada muito mais coisas. Para terminar só para dizer e porque foi hoje anunciada aqui, também anunciar aqui o encerramento das corridas solidarias, hoje mesmo vai ser feita a entrega da verba aos Bombeiros e aos Vicentinos, vai estar cá a Jéssica Augusto a ajudar nesse encerramento e irei entregar uma verba superior a 6.800,00€ (seis mil e oitocentos euros), aos Bombeiros e aos Vicentinos. Obrigado.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Secretários da Assembleia Municipal, Senhores. Vereadores, Caros Colegas, Comunicação Social, Público. Oliveira de Azeméis - Terra de Campeões, bem poderia ser o título de um documentário sobre o desporto no nosso Concelho, senão vejamos: O mais novo campeão Nacional absoluto de Ténis é de Oliveira de Azeméis, João Domingues, é atleta do Clube de Ténis de Azeméis e recentemente também se sagrou Campeão Nacional de Sub-18, pelo que ao João e ao Clube de Ténis de Azeméis, os nossos Parabéns pelo sucesso e desejar-lhes as maiores felicidades para o futuro. De parabéns está também a União Desportiva Oliveirense, pelos seus 89 Anos de conquistas e pelo inédito apuramento para as meias-finais da Taça de Portugal em Futebol, feito que nos deve encher de orgulho. Mas o nosso Concelho tem muito mais, a Escola Livre de Azeméis completou este ano os seus 88 anos de existência e continua empenhada na formação de jovens atletas para o Hóquei Patins não descurando o plantel sénior que está a fazer um excelente campeonato Nacional da 2ª Divisão. Já falamos de Ténis, de Futebol e de Hóquei, mas no Basquetebol também somos bons, pois na 5ª Gala da Associação de Basquetebol de Aveiro foram distinguidos diversos atletas Oliveirenses, bem como a União Desportiva Oliveirense, fruto do trabalho, dedicação e espírito combativo que os nossos atletas demonstram. Oliveira de Azeméis joga forte na organização de grandes eventos nacionais e internacionais, a exemplo da Gala do Basquetebol, realizou-se no início de Dezembro o XII Congresso Nacional e III Internacional de Gestão Desporto onde foram debatidos vários temas de interesse transversal a toda a Europa e onde participaram vários*

*oradores nacionais e estrangeiros bastante credenciados nestas matérias. Para não alongar muito mais e não querendo esquecer nenhum evento termino congratulando-nos com a organização do 1º Campeonato de Boccia da Área Metropolitana do Porto que coincidiu com o IV Torneio Municipal, que contou com a participação de 6 equipas, onde mais uma vez os grandes vencedores foram atletas de Oliveira de Azeméis, os atletas da CERCIAS. A todos os atletas e dirigentes que sempre dignificam e elevam o bom nome de Oliveira de Azeméis, os nossos mais sinceros Parabéns. A todos quero desejar um excelente ano de 2012.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Rui Cabral, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro. =====*

*===== Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa e os Membros desta Assembleia, Caros Colegas. Venho cá só dar uma simples informação, rapidamente, visto que vamos ter de discutir isto agora proximamente, que é sobre: a organização ou agregação de freguesias, o documento Verde, já aqui foi referido também hoje. E porque estive presente no XIII Congresso da ANAFRE, aliás mais dois ou três colegas aqui das Juntas de freguesia de Oliveira de Azeméis também lá estiveram e puderam presenciar os trabalhos que lá decorreram. Essa informação, prometo que, na próxima semana, vou compilar todas as moções que lá foram entregues e enviarei a todos os Presidentes de Junta, para que tenham a noção daquilo que foi lá discutido e outros documentos que também foram lá tratados, basicamente daquilo foi um congresso de ponto único e para discutir este documento “Verde” da Reforma da Administração Local. Mais uma informação, das 4259 Juntas que existem mais ou menos 55%, dessas é que são sócias da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) e dessas 55% talvez metade é que tenham estado representadas nesse congresso. A Mesa Nacional, ou a Direção Nacional da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias) a única coisa que aceita discutir é mais competências para as freguesias e não aceita discutir uma mudança, ou alguma alteração, ou que se mexa no território a nível nacional. A esse ponto não aceita discutir, parte para uma discussão não abicando desse ponto. O que pessoalmente, e tive a ocasião de o referir lá porque também apresentei lá uma moção ao congresso, julgo que não é muito correto partir-se desse pressuposto. Já que se tem de mexer no território, porque já não se mexe no território basicamente há 175 anos ou 180 a não ser para se criar mais unidades, ou Juntas, ou Câmaras Municipais, mas a ter que se mexer, obviamente que, fomos todos unânimes e julgo que somos autarcas de freguesias que o documento “Verde” feito como está não é uma solução para o território porque é cego nos pressupostos que enumera, julgo que já chegamos todos a esse entendimento e esperamos que o Senhor Ministro também perceba e que tenha aí algum espaço de manobra para poder em alguns critérios podermos mexer nisso. E portanto, deixava aqui esta informação que vamos ter obviamente oportunidade de a discutir agora no mês de janeiro e portanto, se calhar vamos poder colher a opinião de todos, eu tenho a minha opinião também, mas com esses documentos que vos vou passar depois poderemos também pensar a nível de*

*concelho de Oliveira de Azeméis aquilo que de melhor diz respeito às nossas freguesias em particular e ao Conselho na sua generalidade. Portanto era só essa informação que eu queria aqui deixar e já agora desejar um Bom Ano de 2012, a todos os presentes, a todos os oliveirenses. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra a Senhora Dr.ª Ana Neves, do PSD. =====*

*===== Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Neste último trimestre, a autarquia Oliveirense, nomeadamente através da Divisão da Ação Social, desenvolveu diversas atividades, entre as quais se destacam: - A 8ª edição das Olimpíadas Seniores, inseridas no programa “Viver Melhor”. Este programa visa promover um estilo de vida mais ativo e contribuir para a melhoria da saúde, autonomia e qualidade de vida dos Sêniores do Concelho, bem como fomentar a sua participação social e comunitária. Através deste programa, os idosos aumentam o seu bem-estar geral e reforçam a sua confiança pessoal, sentindo-se mais integrados e motivados. O programa encontra-se implementado em todas as freguesias do concelho e conta com mais de 8 centenas de idosos; - Além do programa de atividade física, foram também realizadas ações de sensibilização sobre a segurança dos idosos em a colaboração com a GNR, no âmbito das “Tardes Maiores”, sessões cujo objetivo é proporcionar novos conhecimentos, experiências e saberes, promover momentos de convívio, alegria e bem-estar e combater o isolamento social; - Divulgar as ações e os projetos de âmbito social e de voluntariado é refletir sobre temas ligados a várias áreas de intervenção, são os princípios orientados da iniciativa “Azeméis é Social”, que se realizou entre os dias 17 e 23 de Outubro, no pavilhão municipal de Oliveira de Azeméis. É um evento de enorme importância para a sociedade oliveirense. Incluído na mostra “Azeméis é Social”, assistiu-se entre outras atividades à “Tarde de Talentos mais de 65”. O programa cultural diversificado com as várias freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis, cada uma a apresentar o seu talento. A mostra foi constituída por vários encontros temáticos, espetáculos culturais, assinatura de protocolos, a entrega de prémios de mérito social, entre outros, tendo estado presente na sessão de abertura o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Dr. Marco António; - No início do mês de dezembro, o Centro Social e Paroquial de Nogueira do Cravo, comemorou o vigésimo quinto aniversário de apoio às famílias, crianças, jovens e idosos. É de enaltecer o “esforço extraordinário” desenvolvido pelas instituições particulares de solidariedade social para responderem ao aumento de solicitações, apesar da redução dos seus próprios recursos financeiros, pois estas desenvolvem um inestimável trabalho em prol das populações, em particular dos que mais necessitam de apoios. As IPSS têm de ser encaradas como verdadeiros parceiros do Estado na prossecução do bem comum e da solidariedade. Estas representam um grande apoio à ação social no Concelho e uma grande oportunidade de emprego para as*

populações; - Cerca de 30 instituições de solidariedade social e 10 conferências vicentinas do nosso concelho, receberam numa iniciativa única das mãos do Presidente da Câmara Municipal bens de primeira necessidade, angariados no âmbito das campanhas “Venha encher o carro” e “Natal solidário”. Pretendeu-se com esta iniciativa, ajudar todos aqueles que menos têm, tornando deste modo, o concelho mais justo e solidário; - No dia 14 do corrente mês, a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro completou 4 anos de vida, tendo mesmo ficado assinalado pela apresentação do Serviço Municipal de atendimento online da Biblioteca. No entanto, a Biblioteca Municipal iniciou a 12 de dezembro as comemorações do 4º aniversário com um conjunto de iniciativas destinadas a todos os públicos. As ações que envolveram a apresentação de obras, a interpretação de contos tradicionais, o espetáculo Taças Tibetanas e a dramatização de contos e canções de natal; Mais uma vez o Orfeão de Loureiro, organizou o 23º (vigésimo terceiro) encontro de coros em terras de La-Salette. O espetáculo teve entrada livre e contou com o apoio da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, tendo sido a receção feita na Biblioteca Municipal e o encontro propriamente dito realizou-se no auditório da junta de freguesia do Pinheiro da Bemposta; - Dr. Pedro Mota Soares Ministro da Solidariedade e da Segurança Social inaugurou o lar de idosos do Centro Social e Paroquial de Pinheiro da Bemposta, uma mais-valia para a aludida freguesia. Neste contexto, importa referir, que no que tange ao nível do apoio social, é indispensável um trabalho em conjunto, que é a única forma de garantir uma resposta eficaz às famílias e combater a exclusão social. Para combater os problemas neste domínio, a autarquia trabalha com mais de 30 instituições em estreita colaboração com a rede social. Esta inauguração foi apenas uma entre muitas etapas a vencer, pois as questões sociais são prioritárias para o executivo, que procura diariamente encontrar as melhores soluções em parceria com o Estado, as escolas e as empresas que colaboram do ponto de vista da responsabilidade social. Aproveito para desejar a todos um Bom Ano. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Carlos Afonso, do PS. =====

===== Boa tarde a todos. Um dos eixos fundamentais da Reforma da Administração Local tem a ver com a organização do território, com a criação de novas freguesias com maior dimensão e escala. Pretende o Governo que na metodologia usada deverá passar pela definição de uma matriz de critérios que servirá de base ao debate local, numa perspectiva orientadora visando o reforço do poder de proximidade das novas freguesias. Pretende-se que o debate local seja: ambicioso - “assumindo o Governo o seu papel de promotor e agente estimulador deste dialogo” (SIC). O cronograma da Reforma da Administração Local prevê que em 31-12-2011 termine os trabalhos preparatórios do novo regime de criação e extinção de freguesias, prevê ainda que em 31-01-2012 termine a discussão pública em Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais, o prazo iniciou-se em 01-11-2011 portanto os 90 (noventa) dias da discussão pública. É pretensão do Governo, a definição de uma matriz de critérios, a

*ponderação de critérios relacionados com os serviços de proximidade prestados pelas freguesias à população e respeito pelas freguesias agregadas. As novas freguesias devem consagrar uma agregação de territórios com respeito pela identidade histórica e cultural das freguesias, para além da regra da continuidade territorial. No caso de novas freguesias a designação deverá ser definida com base numa ampla discussão entre os cidadãos e os seus representantes nos órgãos autárquicos de freguesias e municipais devendo as propostas serem submetidas à Assembleia da República. Tendo em conta os critérios de organização territorial propostas, neste Município temos três freguesias: Palmaz; Cucujães e S. Roque e as outras dezasseis. Que critérios têm o Senhor Presidente ou o Executivo para o agrupamento/fusão das freguesias? Que pensa o Senhor Presidente ou o Executivo do agrupamento/fusão das dezasseis freguesias? Que ideias tem o Senhor Presidente ou o Executivo sobre a Reforma Administrativa Local para o Município de Oliveira de Azeméis? Quando pretende o Senhor Presidente ou o Executivo apresentar às Assembleias de Freguesia e á Assembleia Municipal o mapa das novas freguesias deste Município? A comissão criada para este efeito já reuniu alguma vez, a que conclusão já chegou? Os órgãos autárquicos das freguesias atuais já foram ouvidos? O que promoveu o Senhor Presidente e o seu Executivo para o debate local da criação das novas freguesias ou fusão das freguesias? Já promoveu a discussão entre os cidadãos e os seus representantes autárquicos para a criação das novas freguesias? Já tem algum mapa com a configuração das novas freguesias, quando pretende apresentar? Pretende ouvir as populações na definição dessas novas freguesias, quando? =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente de Câmara e restante Vereação aqui presente, Excelentíssimos Membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Juntas, comunicação social, Oliveirenses, Senhoras e Senhores. Oliveira de Azeméis sempre foi terra de grandes escritores e se assim foi no passado também o é no presente e certamente será no futuro. Terei de destacar nos últimos tempos o livro do Dr. Samuel Oliveira “ Subsídios para o Culto dos Defuntos” integrado no centenário do cemitério paroquial de Fajões e contou com a ilustre presença de D. Manuel Silva Martins, bispo e mérito de Setúbal; O romance do nosso amigo Óscar Amorim “ A Violação”, que encheu este mesmo espaço que estamos aqui hoje presentes. Destaca-se igualmente o livro de poesia “ Escrever é Reviver” do antigo chefe dos escoteiros, chefe Armando, cujo a sua receita reverte a favor de instituições que serviu durante mais de cinquenta anos. Igualmente é de referenciar Escola Soares de Basto uma monografia, livro de Adelino Soares Cabral, que é um trabalho de grande pesquisa e um grande legado para as próximas gerações e uma escola que se transformou radicalmente nos últimos tempos, preserva-se assim a identidade do passado. Noutra ótica terei que destacar a exposição dos nossos*

*artistas da Villa Cesari que decorreu com muito êxito onde as artes e os saberes se mantêm vivos e se transmitido de geração em geração. Por último já aqui referido, mas farei outra nota, referir e felicitar pelo 1º prémio nacional de arquitetura em madeira, atribuído ao Arquiteto Carlos Castanheira, a residir no nosso concelho, com um projeto de uma casa em madeira no Gerês. Estas novas formas de construção mais eficientes e mais amigas do ambiente com novos materiais vão ter um grande crescimento no futuro. Pelo que, muito nos orgulha ter alguém próximo de nós na vanguarda com tão mérito reconhecido, felicito a Câmara pelo convite feito ao arquiteto para trabalhar com o Município. Muito obrigado. A todos, um Bom Ano de 2012. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Sintam-se todos cumprimentados e espero que tenham tido um momento de Natal em família e saudável convívio. Pedia aos serviços, com a autorização do Senhor Presidente, se podiam projetar um pequeno documento que ilustrará a apresentação/reflexão que vou fazer. Na última Assembleia Municipal tive a oportunidade de refletir sobre os dados dos últimos Censos, especificamente sobre a perda de população que o concelho sofreu. Tive o cuidado de salientar que não me limitava a uma leitura dos números, nem fazia do seu valor a minha questão central, pelo contrário e cito o que disse então: “ isso seria a leitura dos números, não a sua análise” como consta da ata que votaremos no ponto um da ordem de trabalhos, apresentei primeiramente os números que enquadram os dados dos censos, desmontei em seguida alguns argumentos que, embora parecendo, não o explicam e por isso não nos permitem uma reflexão mais aprofundada, apresentei depois o que se entende por fatores protetores do conselho e que deveriam contrariar a realidade que enfrentamos. Dadas estas premissas, coloquei para reflexão conjunta a questão – O que nos leva a perder pessoas e paralelamente a não captar população? Só então tomei e fiz considerações, explicando sempre as razões que me parecem justificar os valores do Censos. Concorde-se ou não com elas a questão continua a ser importante, refutem-se os argumentos não se negue a questão. Por um lado porque isso nos impede de pensar os problemas e propor soluções e por outro porque facilmente se entra num discurso que apenas critica a forma e nada diz sobre o conteúdo. Era sinceramente isto Senhor Presidente e porque na altura não pude usar novamente a palavra para lhe dizer, que esperava que tivesse feito, não desvalorizar os números, mas refutar os argumentos que apresentei se deles naturalmente discordar. Continuo a entender que a questão é central, mas sobretudo que só discutindo o problema e pensando as suas causas podemos efetivamente tentar inverte a situação. Apresentarei por isso, nestas Assembleias, sempre que possível, um conjunto de variáveis e indicadores que enquadrem essa intervenção central sobre os Censos e nos permitam continuar a refletir sobre ela. Foi recentemente publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, um estudo sobre o poder de compra concelhio. Para além de nos dar valores nacionais, permite-nos uma comparação concelho a concelho e daí tirar*

conclusões e ilações sobre as suas diferentes realidades. Em 2009, o ano a que reporta o estudo, o concelho de Oliveira de Azeméis apresenta um índice de poder de compra semelhante a outros, - Oliveira de Azeméis e os concelhos de S. João da Madeira; Santa Maria da Feira; Albergaria-A-Velha; Arouca; Aveiro; Ovar. Embora neste caso S. João da Madeira como os próprios autores do estudo destacam, a dimensão e sobretudo o facto de ser uma única freguesia urbana não permite uma comparação direta, diga-se. Tomando como referencia o indicador 100 para a média nacional vemos e conseguimos perceber a posição do nosso concelho e também em relação ao valor médio da região norte, como podemos perceber estamos como quase todos ligeiramente abaixo. Mas de maior utilidade do que isso é perceber, no nosso próprio caso, como temos vindo a evoluir em resultado das opções que vamos fazendo e dos horizontes que entendemos trilhar. Se considerarmos os resultados dos estudos anteriores desde 2000, disponíveis nos vários relatórios do INE (Instituto Nacional de Estatística), podemos perceber e analisar os valores dos últimos anos. De uma forma geral, o padrão mantém-se e os concelhos vizinhos parecem ter valores semelhantes. A partir de 2000 vamos avançando de dois em dois anos até 2009. Façamos agora um simples exercício e tomemos como referência o valor mais antigo de 2000 e vejamos a evolução ao longo do tempo. Efetivamente o que podemos observar é que os oliveirenses não só têm perdido poder de compra, como esta parece ser uma realidade que se tende infelizmente a agravar e que parece sustentada. Ao invés vemos nos municípios vizinhos uma tendência de crescimento. O poder de compra dos oliveirenses tem piorado mas esta não é uma realidade que se explica exclusivamente pelo panorama nacional e internacional, porque se assim fosse seria expectável um comportamento semelhante dos municípios vizinhos e não o é. Temos aqui o valor zero, para cima é o crescimento, para baixo será o contrário, excetuando aqui estes casos iniciais de Aveiro e aqui Oliveira de Azeméis tem vindo paulatinamente a perder poder de compra. Da mesma forma e considerando agora a percentagem do poder de compra como um todo do município, podemos verificar que estamos num patamar bem acima dos outros concelhos, o número de residentes bem superior do município explica esta diferença. No entanto, fazendo o mesmo exercício de há pouco e considerando a evolução dos últimos anos, verificamos que Oliveira de Azeméis vai perdendo poder de compra e neste indicador somos quase exceção. Os números degradam-se com as consequências diretas que isso tem nas pessoas, nas famílias, nas empresas que aqui laboram e nas que equacionam fixar-se. Os indicadores económicos resultam: em muitas das opções que fazemos para o nosso concelho. Como muitas vezes salientamos um concelho que gera riqueza é um concelho que atrai populações e um concelho que atrai populações é um concelho que gera ainda mais riqueza. Como disse: refutem-se os argumentos, não se negue a questão - O que nos leva a perder pessoas e paralelamente a não captar população? Não a considerar pode significar que não corrigimos problemas crónicos como teremos oportunidade de analisar na discussão do Orçamento e das opções para o Plano. Aproveito igualmente para desejar a todos um Ano de sucessos profissionais e pessoais e dessa soma de sucessos resulte também um Concelho melhor.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor deputado Ricardo Bastos, dar-lhe nota naquilo que diz respeito aos caminhos de Santiago, também seguramente na discussão que iremos fazer e que o Senhor deputado Ricardo Bastos vai participar do PDM, vai perceber a importância estratégica que damos a essa questão é uma matéria que tem vindo a ser acompanhada com carinho e atenção aqui pelo Senhor Vereador Dr. Pedro Marques. Sofremos agora um pequeno grande revés porque a funcionária que estava a tratar desse assunto tivemos de a mandar para casa, porque terminou o contrato e portanto como o Município de Oliveira de Azeméis durante o ano de 2011, não admitiu um único funcionário que fosse, esse bom trabalho estava a ser feito mas a legislação em vigor impediu que essa pessoa pudesse continuar a fazer esse trabalho e terminamos esse vínculo contratual. Vamos ter de procurar novas soluções e boas soluções ainda por cima porque essa funcionária era reconhecida pelos outros municípios o qual também solicitavam a ela trabalho, já que estava a tratar de Oliveira de Azeméis nalgumas questões pudesse tratar de outros municípios tanto a sul como a norte. E portanto, é uma área interessante do ponto de vista turístico, tem a ver também com as caminhadas e temos que reconhecer que são cada vez mais os caminhantes de Santiago e portanto nós temos oportunidade de ver, porque eles passam em frente à Câmara Municipal, muitos deles até vão à Câmara Municipal carimbar a caderneta que trazem, e portanto acho que está aqui também uma questão do ponto de vista turístico, do ponto de vista desportivo a acompanhar com toda a tenção e seguramente que iremos encontrar boas e melhores soluções. Quanto à questão dos Caulinos, deixe-me dizer-lhe que, nós já fizemos, já avisamos as entidades respetivas para a situação e aquilo que nos dizem é que a laboração está a ocorrer lá, e está como o Senhor deputado Ricardo Bastos pode comprovar e pode dizer e ela está devidamente licenciada e portanto estamos a falar, eu não sei como é agora, com esta reforma a gente nunca sabe se acerta nos nomes mas era a antiga Direção Geral de Geologia e Minas que acompanhava esta matéria e portanto nós chamamos á atenção e aquilo que disseram era que estava tudo dentro do legalmente previsto e vamos voltar ao assunto naturalmente que não queremos colocar em risco nem pessoas nem bens, mas também temos de perceber se as pessoas que lá estão, estão a trabalhar ou não devidamente licenciadas e com tudo em dia. Há dias que há mais movimento do que outros, eu também não percebo bem, se calhar é a comprar matéria-prima, eu não sei bem como aquilo funciona, mas há dias que há ali muitos camiões, há outros dias que não se passa lá nada, mas fica registado e seguramente que voltaremos a este assunto. Quanto á intervenção do Senhor deputado Filipe Carvalho, é verdade que esse jovem, jovem, João Domingues é um oliveirense, já há bocado falamos aqui no arquiteto Gaspar, este jovem é neto do arquiteto Gaspar, é filho do arquiteto Paulo Domingues e é um campeão fantástico alguém que consegue no mesmo ano ser campeão de juniores e de seniores e alguém que é o campeão nacional de ténis mais novo da historia por alguns dias,

*alguns dias, até alguns dias valentes e portanto é para nós um motivo de orgulho, nós vamos também e a questão das datas este período não é agora um período bom para que isso aconteça, mas vamos recebe-lo na camara Municipal com toda a dignidade como recebemos os campeões das modalidades coletivas e não só, como jovens que se destacam como dois investigadores de Carregosa que ainda recentemente recebemos, também aqui prestar-lhe a nossa homenagem e criar-lhe condições para que ele também possa naturalmente crescer enquanto estudante porque é jovem estudante de arquitetura que entrou no ensino superior e portanto consegue conciliar os estudos com prática desportiva e é claramente um sobredotado não tenhamos dúvidas que alguém com esta idade consegue no mesmo ano ser campeão duas vezes e ainda por cima com a particularidade de não ter treinador quando foi campeão de seniores, ou seja tinha-se zangado com o treinador uma semana antes com o treinador é a chamada chicotada psicológica e que resultou bem. Acho que estamos todos satisfeitos. Quanto à referência que fez da nossa União Desportiva Oliveirense, do seu aniversário e de estar apurada para as meias-finais da Taça de Portugal, meu caro Filipe Carvalho, nós queremos é a Final, quem chega às meias-finais tem de ter como objetivo chegar à Final. E portanto espero que todos os que aqui estão possamos numa próxima quarta-feira irmos a Coimbra assistir a uma grande vitória da Oliveirense e que aqui isso também aconteça e depois lá vamos todos ao Jamor, uns com os rojões, outros com o porco assado, fazermos uma grande festa porque acho que nunca estivemos tão próximo de o fazer e eu digo isto com toda a sinceridade acredito que é possível e é importante também naturalmente para a valorização do nosso espaço territorial. O Senhor Deputado não falou e permita-me aproveitar a sua questão para lhe dar uma nota, mais uma, também de um jovem de Oliveira de Azeméis, que é o Eduardo Coelho, que é árbitro de Futsal e vai estar no Campeonato da Europa, foi o único árbitro português selecionado para estar no Campeonato da Europa de Futsal na Croácia já em janeiro e também muitas vezes passamos ali na La-Salette e vemos-lho a correr e é ele que vai lá estar, portanto também aqui ficam os nossos parabéns. O Congresso do Desporto correu bem, teve a presença do Senhor Secretário do Desporto, teve a presença também de ilustres palestrantes internacionais, porque era também o III Congresso Internacional de Gestão do Desporto, mas, julgo que importa aqui extrair também a vantagem de se ter organizado em conjunto com a APOGE e aqui com muito trabalho da GEDAZ e do Dr. Pedro Marques, nas margens do Caima, no Hotel do Caima, no Hotel Vale do Rio, porque foi uma oportunidade para que centenas de pessoas de fora de Oliveira de Azeméis visitassem aquele espaço pela primeira vez e pelo menos por o que diziam com vontade de voltar, pela forma como tudo decorreu, pela fantástica tranquilidade que a zona de Palmaz e de Ossela e o Caima oferece a quem visita. O primeiro campeonato metropolitana, pelo menos para a história está resolvido, foi em Oliveira de Azeméis, portanto se fizer a história daqui a muitos anos foi de Boccia que é uma modalidade que nós acarinhámos bastante aqui em Oliveira de Azeméis, correu bem, é o primeiro e portanto espero que seja o primeiro de muitos e já agora registar que se bem se recordam nós aprovamos aqui na Assembleia Municipal, começamos com a CERCIAZ como escola centro de treino de Boccia sem competição e naturalmente que eu também aqui na*

altura disse: “ o caminho faz-se caminhando” e neste momento a CERCIAZ já tem uma equipa, e portanto começar logo com uma equipa se calhar não tinha resultado e portanto foi à medida que o treino foi avançando que se foi sentindo essa necessidade e hoje existe uma equipa que também participa nas diversas competições por esse país fora na Boccia. Quanto à intervenção do Senhor Presidente Rui Luzes Cabral, já agora solicitar, já que vai mandar a todos os Presidentes de Junta as moções mande também para a Câmara para nós podermos ler e podermos ver. Deixe-me só dar-lhe esta nota, mas eu depois vou “en passant” dar duas ou três explicações ao Senhor Deputado Carlos Afonso, ou não leu o livro Verde ou leu a correr e não percebeu bem o que está no livro Verde e talvez o Rui Luzes Cabral lhe possa explicar porque eu sei que o leu bem, eu sei que preparou uma excelente intervenção no Congresso em Portimão e portanto pode-lhe explicar onde é que está no livro Verde o que o Presidente da Câmara tem de fazer ou deve fazer ou se há lá algum sítio onde o Presidente da Câmara tem de fazer alguma coisa. Eu não vi, o meu livro Verde pode ser mais verde que o do Deputado Carlos Afonso ou então ele não leu mesmo o livro. Mas deixe-me dizer-lhe que o memorando de entendimento da Troika e volto a falar nele porque é muito importante, porque a malta esquece-se com uma facilidade tremenda, foi assinado e já não vou falar nem do Governo anterior nem dos Partidos que o assinaram, mas nesta matéria da reorganização administrativa, foi assinado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses pelo Senhor Presidente Fernando Ruas e foi assinado pelo Senhor Presidente (para a fotografia bonita gravata) Armando Vieira da ANAFRE e que lá está dito que vai haver redução nas freguesias e o Senhor Armando Vieira assinou e bonito, agora quando começa a dizer que se tem de reduzir ele acha que já não é nada com ele, ele quer é mais competências e não quer é reduzir nada. Portanto, as pessoas têm de perceber que quando estão a assinar as coisas aquilo depois é para levar a sério, não é? Que isto não é só para assinar. Deixe-me dizer também que registo a participação de quatro Presidentes de Junta que, eu tenha tido conhecimento, estiveram no congresso, se calhar se fizermos, isto agora fica sugestão para o Senhor Deputado Bruno Aragão em termos estatísticos, se calhar estatisticamente o Concelho de Oliveira de Azeméis foi o mais representado, agora já percebemos que vamos ter sessões de estatística aqui em Assembleias Municipais, vamos ver quantos presidentes de junta foram dos outros concelhos e se calhar nós ali já podemos ter um gráfico grande lá de Oliveira de Azeméis, não sei porque não vi, não tive essas preocupações. Quanto à Senhora Deputada Ana Neves, do conjunto aquilo que falou demonstra bem e eu acho que isso nos deve deixar a todos satisfeitos, eu sei que às vezes alguns não ficam muito satisfeitos, mas deviam ficar, pelo dinamismo do nosso movimento associativo, dinamismo das nossas associações e neste aspeto a nossa rede social coordenada pela Senhora Vereadora Gracinda Leal faz um trabalho extraordinário e muito daquilo que disse e muito das organizações que foram levadas a cabo elas nasceram por impulso, por acompanhamento, por ajuda da própria rede social mas, depois as próprias associações vão elas próprias desenvolvendo esse trabalho, deixe-me dizer-lhe que ainda ontem mesmo, ontem mesmo e na semana passada a mesma coisa, num programa dos de maior share de audiências não de canal

por cabo mas no caso da RTP1 e no programa “Portugal no Coração”, a semana passada este programa “Viver Melhor” que falou esteve em grande destaque nas VIII Olimpíadas Seniores, teve a oportunidade de todo o país ver aquilo que se passava e que se fazia em Oliveira de Azeméis, vendo os nossos seniores a praticar atividade física, verem o coro da nossa Universidade Sénior também a cantar e ver o Mestre Lindolfo a abrir-nos o apetite para a ceia de Natal mas, ainda ontem uma embaixada de Cucujães com a Irmã Conceição esteve também no mesmo programa, em Lisboa, onde a Senhora Vereadora Gracinda Leal também teve a oportunidade de estar e portanto são aquelas coisas positivas de Oliveira de Azeméis, que tanto acontecem e que tantos procuram desvalorizar mas, que nós gostamos e ficamos naturalmente satisfeitos que se fale e se fale bem do nosso concelho. Quanto às questões que foram colocadas pelo Senhor Deputado Carlos Afonso, como eu já disse, vamos trabalhar, vamos trabalhar. Deixe-me que lhe diga que aqui à volta nos diversos municípios naquilo que diz respeito por exemplo à Associação de Municípios de Terras de Santa Maria a própria Camara de Oliveira de Azeméis e o seu Presidente em particular por parte dos seus quatro colegas foi-lhe dito que não se devia meter nisto, aliás a exemplo daquilo que se passa na grande maioria do país, ou seja, os Presidentes de Câmara fogem disto como o diabo foge da cruz. O seu Presidente veio aqui diretamente perguntar, então e isto? E aquilo? E aquilo? E aquilo? Eu enquanto cidadão Hermínio Loureiro gosto de ter opinião e aliás é uma prática, eu sei que alguns não gostam, mas eu gosto de emitir sempre a minha opinião, uns gostam, outros não gostam, sobre os mais diversos temas e também lhe garanto que o cidadão Hermínio Loureiro também vai emitir opinião sobre esta matéria. O Presidente de Câmara vai trabalhar com as forças políticas e, prontamente acederam quer o PS, o CDS e o PSD, vamos delinear um conjunto significativo de ações, estamos a fazer já só com isso muito mais do que aquilo que outros fizeram, porquê? Porque muitos deles dizem que não vão fazer rigorosamente nada, porque não vai haver reforma. Eu acho que nós não devemos pensar assim, acho que devemos trabalhar ouvindo muito. E Deixe-me que lhe diga Senhor Dr. Carlos Afonso, também com toda a frontalidade, se eu já tivesse publicamente dado a minha opinião eu estava a prestar um mau serviço ao Concelho. E todos os Presidentes de Junta que aqui estão sabem, nas reuniões preparatórias que eu tive perguntei a todos a opinião do ponto de vista informal, eu disse: agora no fim da reunião, estávamos a definir as obras para o PPI para o Orçamento entrávamos na fase das despedidas e eu dizia, antes de irmos embora: diga lá a sua opinião informalmente sobre isto, não conta para nada, mas diga. Todos disseram. Eu não tornei nada público daquilo que me disseram, está aqui neste caderno tudo e há aqui muitas coisas convergentes, houve Presidentes de Junta que me trouxeram mapas, já tinham feito o seu trabalho, a sua reflexão pessoal mas, quando nós estamos, se para discutirmos genuinamente esta matéria não devemos começar a construir a casa pelo telhado como o mapa. Quando o Senhor pergunta, qual é o mapa, qual é isto? Não, primeiro vamos discutir. Eu acho que em Oliveira de Azeméis, uma vez mais, iremos encontrar boas soluções. Se me perguntar se a solução que for encontrada, vier a ser encontrada, vai agradar a todos? Vai ser quase impossível, não é? Agora vamos é procurar que

*ela seja o mais abrangente possível e cá estaremos e o Senhor Deputado também vai ter oportunidade de dar a sua opinião enquanto autarca neste caso de Assembleia Municipal. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Marco Azevedo, sobre a produção literária dos últimos tempos, naturalmente que ficamos satisfeitos com aquilo que foi feito. Deixe-me já agora dizer que entretanto também se comemoraram os 40 anos da Escola Secundária Ferreira de Castro, foi também um momento muito interessante com exposições, com tertúlias. E os 25 anos da Escola Dr. Ferreira da Silva em Cucujães o Senhor Bispo D. Manuel Clemente esteve presente. E o aniversário da Villa Cesari onde foi atribuído o prémio carreira ao Senhor Comendador Ângelo Azevedo, julgo que foi um prémio justíssimo e merecido e também foi uma cerimónia um momento de grande elevação, mas isso também demonstra o dinamismo e a vivacidade cultural do nosso concelho. Quanto à intervenção do Senhor Deputado Bruno Aragão naturalmente que é uma intervenção interessante e que eu agradeço os seus contributos para as questões que apresentou, é um trabalho interessante, como digo a própria estatística é interessantíssima podemos fazer sobre as mais diversas situações e o Senhor Deputado está, espero que seja e tenho a certeza que é genuinamente interessado nesta questão dos Censos é uma questão importante não podemos fugir a ela e portanto agradeço-lhe esse trabalho que faz e que partilha com todos nós para que todos sem exceção possamos refletir sobre matérias tão importantes como a redução drástica da taxa da natalidade e muitas outras coisas que afeta não só o nosso concelho, mas o nosso país e portanto agradeço-lhe este trabalho e sempre disponível para o ouvir com toda a atenção e com todo o respeito. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito: =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Está encerrado o “ Período de Antes da Ordem do Dia”. Vai ser recolhido o livro de ponto e se houver algum deputado que ainda não tenha assinado a sua presença faz favor de se dirigir à Mesa. Entretanto, em termos de tempo gasto: o PSD tinha trinta e seis minutos e trinta segundos e gastou quinze minutos e trinta e um segundos; o PS tinha dezanove minutos e trinta segundos e gastou vinte e seis minutos e vinte segundos e o CDS tinha três minutos e gastou cinco minutos e oito segundos. Posto isto, vamos iniciar então a ordem de trabalhos desta sessão ordinária o “Período da Ordem do Dia”. =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== **Ponto um:** Votação da ata nº 15. =====*

===== *Presente para aprovação a ata nº 15 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 30.09.2011. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a ata nº 15 =====*

===== ***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município. =====*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

===== *Senhor Presidente, foi distribuída a informação ela é bastante volumosa e se porventura alguém quiser colocar alguma questão em concreto eu depois respondia. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====*

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== ***Ponto três:** Relatório de Auditoria - execução do plano de saneamento financeiro – exercício de 2008 e 2009 - Conhecimento e tomada de posição. =====*

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Relativamente a esta matéria permita-me que faça uma abordagem, relativamente aquilo que possamos considerar pontos favoráveis do mesmo relatório do Tribunal de Contas, pontos desfavoráveis e pontos preocupantes. Naquilo que diz respeito e vamos começar pelas coisas boas, naquilo que são os pontos favoráveis, julgo que, aliás é dito pelos auditores que os procedimentos e as metodologias de acompanhamento e*

*controlo do Plano de Saneamento Financeiro se mostram adequados, e portanto não há grandes recomendações relativamente a esses procedimentos e á metodologia que foi definida para acompanhar e controlar o plano. Depois também em termos de evolução económica/financeira do Município no período de 2005/2009, há aqui um processo que também é indelével de recuperação económico/financeiro com melhorias progressivas, isso tem vindo também aqui a ser discutido ano após ano quando falamos do Orçamento, mas quando falamos mais concretamente ou quando aprovamos e discutimos a prestação de contas, mas essas melhorias referem-se concretamente aos rácios de solvabilidade, à própria autonomia financeira e aos resultados líquidos positivos, aquilo que diz respeito ao peso da dívida a fornecedores, portanto, também aqui tem havido evolução. Há também ainda como ponto favorável a aplicação, e foi aqui aprovado também e discutido em sede de Assembleia Municipal, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, ou seja, foram implementadas as medidas que foram preconizadas e portanto correspondemos em primeiro lugar aos nossos objetivos, o trabalho está feito e temos também cumprido com o cronograma e depois também já mais tarde com o Código de Conduta do próprio Município. Pontos desfavoráveis que são apresentados pelo Tribunal de Contas - há aqui alguns desvios, aliás, eles têm sido aqui discutidos e assumidos até com discussões calorosas e apostas gastronómicas, naquilo que tem a ver com alguns desvios. Naquilo que diz respeito por exemplo ao volume de investimentos e há aqui uma matéria que nós já implementamos para 2012 e aliás está a decorrer o prazo de 180 dias para darmos nota ao Tribunal de Contas quais é que foram as medidas que adotamos relativamente quer à contenção económica/financeira e julgo que no plano económico/financeiro previsto para 2012 elas são bem visíveis e portanto, também essas próprias medidas de contenção se podem verificar na análise que faremos a seguir quando discutirmos o Orçamento e o Plano. Já no plano económico/financeiro para 2012 há um conjunto de medidas adotadas tendo em conta esta preocupação que eu considero também um ponto desfavorável do Tribunal de Contas. Quanto ao ponto preocupante: o ponto preocupante havia dois, eu digo havia dois porque na minha opinião há um, havia um que tinha a ver com os Serviços Sociais e com os pagamentos aos Serviços Sociais da Câmara Municipal que foram cancelados e portanto foi dada essa informação, terminaram esses mesmos apoios, relembro que sobre essa matéria houve uma grande discussão entre as Câmaras, Associação de Municípios, o Governo, o Tribunal de Contas porque havia diversas interpretações havia despachos de Adjuntos e Chefes de Gabinetes de Membros do Governo que punham em causa decisões de outros Membros do Governo e portanto houve ali alguma confusão do ponto de vista da análise de quem tinha que fazer essa mesma análise, mas da nossa parte também o Tribunal de Contas entendeu que o assunto está encerrado. Onde ainda temos algo ou muito a trabalhar, porque é uma situação que eu reputo de preocupante, foi um contrato que foi feito de publicidade desportiva com a União Desportiva Oliveirense, no ano em que a Oliveirense ascendeu às competições profissionais e portanto houve um contrato de publicidade, não um contrato-programa de desenvolvimento desportivo mas sim um contrato de publicidade que o Tribunal de Contas*

*discorda e considera ilegal, naturalmente que foi exercido o contraditório, o Tribunal de Contas voltou a reafirmar a sua posição, deixem-me dizer-vos que houve um conjunto significativo de Camaras Municipais, que têm clubes desportivos a participar em competições profissionais nas mais diversas modalidades que contactaram a Camara Municipal e que nos pediram para conversar connosco, o porquê desta orientação do Tribunal de Contas, ou seja, o Tribunal de Contas aponta aqui o caminho da ilegalidade desta decisão, aponta mesmo a eventual responsabilidade sancionatória e reintegratória de quem tomou esta decisão, estamos a falar de três membros do executivo de então que participaram diretamente nesta decisão, portanto é uma matéria que ainda está em aberto, mas que naturalmente nos deixa preocupados, pelo valor, pela dimensão, e portanto vamos estar atentos e seguramente que as pessoas em causa e em questão também irão apresentar os seus argumentos e a sua defesa e há necessariamente também que olhar para isto com preocupação, mas esta é uma prática corrente a publicitação da marca, da logomarca de diversos concelhos, basta estarmos atentos às imagens de televisão ou às fotografias de jornais para percebermos quantos municípios é que têm as suas logomarcas e seus logotipos inscritos nos têxteis das diversas modalidades que participam nas competições profissionais, calhou ao Município de Oliveira de Azeméis esta situação, repito é uma situação preocupante, não podemos enterrar a cabeça na areia, é uma situação preocupante mas, vamos procurar naturalmente corresponder, isto não voltou a acontecer, este contrato de publicidade não voltou a ser feito, há outras formas naturalmente de apoiar e como sabem naquilo diz respeito á construção, á requalificação, á melhoria das infraestruturas desportivas isso sim e há apoio também à formação desportiva, aliás, nós hoje mesmo vamos aprovar mais para a frente na ordem de trabalhos, quer uma coisa quer outra, contratos de requalificação e melhoria das infraestruturas desportivas e também contratos de formação desportiva. Portanto, Senhor Presidente eram estas as indicações repito, pontos favoráveis, pontos desfavoráveis e um ponto que repito de elevada preocupação sendo certo que também daremos depois conhecimento daquilo que for enviado ao Tribunal de Contas relativamente às medidas de intensificação do plano e de reforço da nossa contenção económica/financeira para o ano de 2012. Muito obrigado. =====*

*===== Ausentou-se o Senhor Presidente da Assembleia, ficando a presidir a Sessão o Segundo Secretário António Luís Fonseca Grifo. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente, José Campos, Dr. Miguel Portela e Bruno Aragão. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo - Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====*

===== *Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas. Afinal o Tribunal de Contas veio-nos dizer aquilo que repetidamente nós temos vindo a dizer aqui nesta Assembleia. O Plano de Saneamento não tem sido cumprido, as conclusões a que chega o Tribunal de Contas acompanha-nos praticamente em todas as medidas e creio que o Senhor Presidente da Câmara desvalorizou aquilo que são as conclusões e esqueceu-se das recomendações. Nas conclusões, também não vou ser muito longo nesta intervenção, elas estão escritas, qualquer um de nós as pode ler e não é pelas minhas palavras que elas vão ter mais força ou menos força. Mas a verdade é que, eles vão dizendo aquilo que tínhamos vindo a dizer e dizem entre outras que, os custos de estrutura apresentaram um desvio face ao previsto e em especial no exercício de 2009, e eu pergunto, se isso não seria por ser um ano de eleições? Depois dizemos que realmente a redução da dívida Municipal é insuficiente para cumprir os limites do PSF (Plano de Saneamento Financeiro), também já o dissemos montes de vezes. Não vamos falar do prazo médio de pagamentos, porque este relatório ainda só se refere até ao ano de 2009, porque se referisse ao atual 2011, então o desvio seria astronómico, não seria largamente ultrapassado em 76 dias como diz o relatório, seria larguissimamente ultrapassado em mais de 100 dias. É com alguma preocupação que vimos isso. Vimos realmente que as medidas até agora não foram muito rigorosas e dizemos mesmo, e diz o relatório que a receita embora tenha aumentado não faz face ao aumento da despesa e passo a ler: “situação que poderá comprometer a integral recuperação financeira prevista para o exercício de 2013, caso o Município de Oliveira de Azeméis não tome medidas adicionais tendo em vista a concretização dos objetivos previstos no Plano de Saneamento Financeiro”, eu acho que isto é o mais importante, repetimos novamente, é preciso fazer alguma coisa, é preciso cumprir o Plano de Saneamento Financeiro, é preciso leva-lo a sério e não pensar que isto é só um conjunto de números de relatório que se tem de mandar para que alguém leia e faça um relatório quando lhe apetecer. Eu não deixo de louvar realmente a equipa que faz o controlo as medidas de acompanhamento estão feitas, mas quero dizer que aquilo que o Senhor Presidente da Câmara fala sobre o contrato com a Oliveirense acho que é muito mais complicado do que aquilo que vem no próprio relatório, a responsabilidade naturalmente é desses Senhores Vereadores que votaram o que aí está, sabem melhor do que nós não me preocupa muito em termos de Município porque alguém vai pagar ou irá. Mas não deixo de chamar atenção aqui e fazer paralelismo com o Centro de Línguas, será que no próximo relatório vamos ter um problema semelhante? Tomem atenção nesse sentido. As recomendações para mim são importantes, acho que as recomendações devem ser tomadas em conta, porque todas as recomendações do Tribunal de Contas vão no caminho exato daquilo que temos vindo a dizer e diz várias: reforçar as medidas de contenção económica/financeira ao nível dos custos de estrutura e de investimento, adotar medidas de reforço de redução da dívida a fornecedores, fiquei com a ideia que o Senhor Presidente da Câmara até estava satisfeito com a redução da dívida a fornecedores, eu diria e repito, adotar medidas de reforço de redução da dívida a fornecedores, bem como do prazo médio de pagamentos de modo a cumprir as metas previstas*

*no Plano de Saneamento Financeiro, garantir o efetivo acompanhamento e monitorização do desempenho económico/financeiro da GEDAZ, já dissemos aqui, parafraseando alguém que isto pode ser o tal, “elefante branco” do Município de Oliveira de Azeméis; adotar um conjunto de medidas e de procedimentos rigorosos e exigentes susceptíveis de assegurar a concretização dos objetivos previstos no Plano de Saneamento Financeiro e a integral recuperação financeira projetada para o exercício de 2013. O financiamento às instituições dos trabalhadores diz que está tudo resolvido, congratulo-me por isso, não será mais um problema e aliás pede as recomendações para respeitar o regime jurídico-legal que define a disciplina aplicável à concessão de apoios ao desporto por parte dos Municípios, vimos que isto também está resolvido e cessar o financiamento público às instituições constituídas pelos trabalhadores municipais, se assim é acho que estão no bom caminho. Penso e reforço, que aquilo que é importante é que a Câmara entenda, acho que já é tempo de o fazer, que o Plano de Saneamento Financeiro não é meramente um conjunto de documentos decorativos, é um instrumento de trabalho que deve ser encarado com muito rigor para que a dívida do Município de Oliveira de Azeméis efetivamente possa ser reduzida. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos. Muito naturalmente, e à semelhança do que ocorre relativamente a outros relatórios que versam sobre a temática do plano de saneamento financeiro do nosso Município, é possível que a visão sobre o relatório do Tribunal de Contas para o biénio de 2008 a 2009 seja tendencialmente diferente, dependendo sempre de quem o analisa. De facto, como em qualquer relatório que realiza uma análise, implementa procedimentos de controlo e apresenta sugestões de melhoria, como é o caso deste relatório do Tribunal de Contas, existem sempre aspetos positivos, e outros não tão positivos e passíveis de melhoria, dependendo de quem os analisa optar por valorizar determinadas questões em detrimento de outros. Felizmente, na nossa ótica, são bem mais os aspetos positivos do que os negativos. É certo que o relatório aponta desvios parciais em alguns aspetos, mas que claramente também aponta para que esses desvios não põem em causa os desígnios e o âmbito do plano de saneamento. Debruçando-me em concreto sobre as conclusões do relatório, é de destacar em termos genéricos e no que diz respeito às principais variáveis, a execução do plano está a ser cumprida, estando deste modo reunidas as condições essenciais para que tanto no presente como nos próximos anos o plano possa ser cumprido. Analisando detalhadamente a execução do plano de saneamento financeiro, destacamos a avaliação bastante positiva que os auditores do Tribunal de Contas realizaram aos mecanismos e procedimentos de controlo da execução do plano, desta forma, que permitem controlar e acompanhar a evolução do mesmo com rigor e fiabilidade. É igualmente motivo de realce o cumprimento dos objetivos*

*estabelecidos para a contratação e custos com pessoal. Relativamente a esta temática, recordamos a contenção de admissões, com uma redução efetiva de 10 trabalhadores no biénio em análise. Uma referência também muito importante para o facto de os limites da dívida de médio e longo prazo nos anos de 2008 e 2009 terem sido cumpridos. Podemos retirar várias conclusões sobre a execução do plano, umas positivas e outras naturalmente não tão positivas, como já mencionei anteriormente. Em relação às conclusões menos positivas do relatório, verifica-se que apesar de um aumento das receitas, o investimento de capital efetuado, nomeadamente pelas transferências para as autarquias, foi elevado, pelo que as despesas cresceram a um ritmo superior, e conseqüentemente os resultados dos exercícios foram inferiores ao previsto. Sobressai no entanto a predisposição demonstrada pelo executivo para adotar medidas de correção dos desvios detetados. De salientar que essas medidas já têm vindo a ser preocupação e alvo de implementação quer em 2010 quer em 2011, pelo atual Executivo. As conclusões do relatório apontam claramente para uma evolução positiva da situação económico-financeira do Município. É destacado o processo de recuperação económico-financeiro do município no relatório. Em comparação com outros municípios e, face aquilo que acontecia no passado, relativamente à nossa situação financeira, nos dias que correm a mesma já não apresenta os índices de desequilíbrio detetados no passado e seguramente já não estamos no ranking dos municípios com maiores debilidades. Em 2008 e 2009 foi reduzido o grau de dependência face a capitais alheios e a autonomia financeira, tem registado uma clara melhoria desde 2006. Da análise da documentação sobressai a postura e o compromisso adotados pelo Sr. Presidente, para que a ação do executivo tem como objetivo o cumprimento dos objetivos e metas de recuperação financeira nos próximos anos. Estamos certos de que com responsabilidade e as medidas adequadas, mesmo tendo em conta a conjuntura económica mundial e do país desfavorável, será possível atingir as metas estabelecidas e acordadas ao abrigo do plano de saneamento financeiro. No relatório do Tribunal de Contas são apresentadas duas situações que os auditores consideram negativas, e que foram objeto de esclarecimento por parte do executivo. A primeira, uma questão colateral à própria execução do plano de saneamento financeiro, (mas de grande relevância), diz respeito ao contrato de publicidade desportiva com a União Desportiva Oliveirense, entendido pelos auditores como um subsídio a esta Instituição. Sobre esta matéria, consideramos e que estamos perante um contrato de prestação de serviços de publicidade, pelo que acreditamos que toda esta questão, sendo objeto de uma devida explicação detalhada por parte dos intervenientes, acabará por de facto ser entendida no seu âmbito como um contrato de prestações de serviços publicitário ao Município. Estou certo que todos concordam sobre a relevância e mais-valia que a Oliveirense tem proporcionado ao Município, sobretudo pela visibilidade que alcança a nível nacional e pela projeção do nome do nosso Concelho, que dificilmente outra instituição local poderá proporcionar. É também de difícil compreensão as conclusões sobre este contrato tendo inclusive em conta a realidade semelhante que se passa noutros concelhos, falo por exemplo dos concelhos de Paços de Ferreira e Portimão. Relativamente ao ponto 4.3.2 do relatório, relativo*

*a transferência financeiras para os serviços sociais do pessoal, parece-nos claro que a própria recomendação do tribunal de contas foi já incorporada pelo município, pelo que a situação se encontra ultrapassada. Em suma, somos da opinião que na sua generalidade o relatório, expondo as naturais debilidades e pontos negativos que ainda terão de ser corrigidos, aponta claramente para o facto da execução do plano de saneamento financeiro no seu cômputo geral estar a ser bem conseguida. =====*

*===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Da análise do Plano de Saneamento Financeiro continuo preocupado com o quadro económico da Camara Municipal de Oliveira de Azeméis que, depois, temo se vá refletir no não cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro até porque a evolução das receitas não me parece que irá ser a que se estima. Estamos perante a comprovação de que o cumprimento deste plano se encontra difícil e que apesar das contas apresentadas nos anos referidos em sede de Assembleia Municipal terem sido consideradas equilibradas pelo executivo, não parece ser a realidade observada pelos auditores. As recomendações do Tribunal de Contas (página 9 de 41) são evidência de que a Câmara Municipal tem mantido uma postura de pouca atenção na condução de processos e decisões. Falando das contas propriamente ditas percebemos que o esforço observado nos proveitos teima em ser suplantado pelos custos de estrutura e investimento levando a uma derrapagem na ordem dos 4.600 milhões de euros face ao previsto. A dívida contínua bastante acima do valor estimado, 3.400 milhões acima do previsto e a luta para conseguir reduzir o peso da dívida aos fornecedores continua 10% acima do esperado e estipulado. Pior ainda é o agravamento deste prazo no período a que esta avaliação se referiu, contudo neste aspeto acreditamos que a situação neste ano tenderá a ser mais positiva pois estamos perante a possibilidade de fazer um pagamento extraordinário aos fornecedores (e corrijam-me se estiver errado) na ordem dos 700.000,00€ (setecentos mil euros) valor dos subsídios de Natal e Férias dos funcionários da autarquia. O endividamento líquido à data de 31-12-2009 ficou aquém do esperado mas tendo cumprido nesta rubrica o estipulado pelo Plano de Saneamento Financeiro, aqui cumpriu-se a percentagem apontada de redução anual faltou apenas mais um esforço para cumprir o valor previsto, perto de 1.600 milhões de euros a mais. Neste biénio apesar de termos um aumento da receita a despesa aumentou mais ainda levando ao desequilíbrio das contas e ao não cumprimento das metas. Registamos o agrado dos auditores nos procedimentos de controlo e monitorização orientada numa gestão mais adequada e eficiente dos recursos, mesmo assim o CDS acha, e tem dado sinais disso aqui, que haveria mais apostas a fazer na gestão dos recursos de forma a ter resultados mais positivos e condizentes com as metas do Plano de Saneamento Financeiro. A conclusão em que se refere*

*que mais medidas são necessárias vem de encontro às conclusões que tenho vindo a trazer perante esta Assembleia, o esforço é evidente, a tendência no sentido do cumprimento também, contudo temos ficado consecutivamente aquém do esperado e se nada mais for feito 2013 apresenta-se difícil para este Plano Saneamento Financeiro. O caminho percorrido pela autarquia vai no sentido traçado e sabemos que as contrariedades surgidas e que não eram esperadas aquando da elaboração deste Plano Saneamento Financeiro foram contrárias ao esperado. As reduções nas transferências por parte do governo para as autarquias têm sido constantes e bastante penalizadoras, contudo isso tem que ser um estímulo para se arranjar meios para se fazer melhor e não desculpa para não se conseguir cumprir. Voltamos a salientar os custos com o pessoal e os recursos externos sendo que o pessoal pode ser aproveitado para reduzir os recursos a serviços externos. Outro caso vertido neste relatório que me parece paradigmático é a campanha "Azeméis é vida" nos equipamentos da União Desportiva Oliveirense, não terá cumprido as normas legais de adjudicação, neste caso, o que mais uma vez me deixa perplexo (e corrijam-me se estiver enganado) é que foi ignorado o parecer e sublinho correto dos técnicos da autarquia que desaconselhavam tal contrato, este não pode ser o procedimento da autarquia, é legítima a vontade de autarquia querer ajudar a União Desportiva Oliveirense mas tem que ser de modo legal, a legitimidade sem legalidade não pode funcionar. Para terminar achamos que o caminho tem que ser tendencialmente o da autonomização financeira e da criação de valor interno, as transferências por parte da tutela, como atrás referi são cada vez mais magras, se compararem as discussões de Orçamento/Plano dos últimos anos, as questões são sempre as mesmas, os métodos não variaram, portanto os mesmos resultados. =====*

*===== Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer: ==*

*===== Deputado Bruno Aragão agradecia que as inscrições em cada ponto se fizesse logo e não quando eu desse a palavra ao Senhor Presidente, a não ser para rebater ou na defesa da honra, se não nunca mais saímos disto. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Senhor Presidente agradeço a palavra e também o reparo, mas interpretei o Regimento porque no Regimento está contemplada esta inscrição após uma primeira explicação por parte do Senhor Presidente da Câmara. Nem sequer é uma questão que nos deva prender. Senhor Presidente, agradeço as suas explicações mas, obviamente, não podia deixar de tecer alguns comentários sobre isso. Oliveira de Azeméis não vivia na altura tempos de abundância, já, infelizmente. Podemos quase dizer que a Troika entrou aqui alguns anos antes e não deixa de ser, enfim, na minha opinião, lamentável que se compare a dezoito municípios e não aos outros*

*duzentos e noventa que não têm a mesma situação. E obviamente dizer que devíamos estar satisfeitos. Não devemos. Devíamos esperar muito mais e não achar que o cumprimento do mínimo legal é aquilo que nos deve satisfazer, não é. Aquilo que estamos a fazer e temos feito é exclusivamente cumprir os mínimos legais. Obviamente e o relatório diz isso e foi isso que dissemos, cumprimos os mínimos legais, porque a isso somos obrigados. O Plano de Saneamento Financeiro nunca, o Plano de Saneamento Financeiro nunca foi cumprido, aliás aquilo que eu sugiro é que faça um exercício, que deve fazer, a partir do momento que não temos esse cumprimento, tendo em perspectiva o ano de 2020, que era o ano que o plano de saneamento financeiro previa que nós devíamos ter um endividamento a rondar cerca de 1.000.000,00€ (um milhão de euros), como é que nós estaremos nessa altura. É isso que tem de dizer. Não é dizer que não vai cortar às juntas de freguesia. Pudera, cortamos 42% ainda há pouco tempo atrás. Sim há pouco tempo, o passado não é assim tão distante Senhor Presidente. Eu acho que não fica bem apresentar isto como se fosse bom. Isto é o possível, não é possível fazer melhor. É possível fazer melhor, sim. Cumprir o mínimo legal, é o que toda a gente tem estado a fazer, agora conseguir fazer mais do que cumprir o mínimo legal, sobretudo tentar respeitar o Plano de Saneamento Financeiro que nunca foi respeitado. Volto a dizer, isso sim é conseguir uma gestão muito mais criativa do que aquela que nos oferecem. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu não vou naturalmente responder porque não me foi feita nenhuma questão. Mas deixo aos Senhores Presidentes de Junta que reflitam sobre estas palavras e depois posso responder, até informalmente. Muito obrigado. =====*

*===== Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer: ==*

*===== Quero dizer ao Senhor deputado Bruno Aragão que o Partido Socialista excedeu no “Período de Antes da Ordem do Dia” sete minutos e o Senhor teve a última intervenção que demorou cinco minutos e doze segundos, se eu cumprisse o Regulamento o Senhor não falava. =  
===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido documento.*

*===== **Ponto quatro:** Orçamento e Grandes Opções do Plano/ 2012 – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas, elaborados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Dar nota que este Orçamento e este Plano não foram nada fáceis de fazer atendendo a tudo aquilo que se passa, nós em Oliveira de Azeméis não somos uma ilha e portanto naturalmente que foi um exercício difícil. Ouvimos as dezanove juntas de freguesias naquelas que eram as suas legítimas expectativas para o futuro, enviamos um projeto de Orçamento às forças Partidárias e recolhemos sugestões vindas do CDS, do PS e do PSD. Como disse, é naturalmente um documento, foi complicado preparar esta peça Orçamental, pelas razões que todos perceberão, mas achamos que poderemos apresentar aqui hoje um orçamento equilibrado. Um orçamento equilibrado que, em muitas perspectivas, vai ao encontro daquilo que tem sido o discurso dos últimos anos e por isso se demonstra bem neste Orçamento o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, como disse no ponto anterior, com especial e particular colaboração e compreensão das Juntas de Freguesia. Este Orçamento prevê uma redução de cerca de 8%, nas despesas correntes, face á estimativa orçamental para o ano de 2011. Também comparando os mesmos dados ou seja, é muito recorrente nestas Assembleias não falar naquilo que é o executado para fazer comparação com o previsto, dizer-vos que, as despesas de capital irão crescer mais de 120% devido ao aumento de investimento que consta no Orçamento, relativamente ao aproveitamento dos fundos estruturais e ao crescimento dos encargos com as amortizações do empréstimo conforme eu acabei de dar nota. Nós podemos verificar também uma diminuição das receitas correntes em 1% face à estimativa de execução para 2011, isto tem a ver, conforme também não é novidade nenhuma para os senhores, com a arrecadação dos impostos diretos que me escuso de explicar. O nível de investimento que apresentamos nestas peças, como disse, procura a exemplo do que todos os municípios têm feito, procura o aproveitamento das oportunidades do financiamento QREN, mas não é só o QREN, há outros, há financiamentos do PRODER, de outros programas comunitários. Vamos finalmente em 2012 ter a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, este é um investimento claramente reprodutivo, é aquele investimento que toda a gente aqui pede e diz – Senhor Presidente a gente quer é investimento reprodutivo. Ora aqui está, excelente exemplo, acho que não há melhor exemplo de investimento reprodutivo, esta Área de Acolhimento Empresarial que vai criar emprego, criar riqueza, atrair novas empresas, criar condições para as nossa empresas se poderem expandir, também nesta matéria, porque tendo mais oferta e vamos ter mais industria, vamos ter mais movimento, vamos ter mais entidades empregadoras, mais empresas exportadoras, também precisamos de melhorar a mobilidade interfreguesias e portanto, também é uma das nossa apostas o lançamento quer da Via do Nordeste, da IV fase da Via do Nordeste há uma primeira fase que é uma ligação rápida de Cesar a Fajões e portanto, depois há o chegar a Fajões também que é uma vontade que temos em cumprir e há o lançamento da via do Sudoeste que é fundamental, na nossa opinião, para o sucesso da área de acolhimento empresarial e a sua ligação à freguesia de Cucujães, à*

*zona de Rebordões mais concretamente. Já aqui foi dito também nesta Assembleia a execução do Plano Diretor Municipal que consta também vai ser aprovado ao mesmo tempo e discutido com o Plano de Urbanização da Cidade, são duas peças fundamentais do ponto de vista daquilo que é o ordenamento do território, bem com a regeneração urbana do centro da cidade que tem a ver com a reabilitação do edificado no centro da cidade a construção do novo mercado municipal, a reconversão do atual mercado municipal, a construção de um Centro Coordenador de Transportes de um novo Centro Coordenador de Transportes e portanto, são investimentos que estão previstos no PPI para o futuro. A requalificação do Parque La-salette já se iniciou em 2011 mas terá o seu ano de maior obra, de maior investimento nas diversas tipologias e diversas vertentes no ano de 2012 e portanto estamos a falar de um investimento que rondará os 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros) em 2012, portanto avançará o Centro de Interpretação do Vidro e a questão do Núcleo Histórico do Parque, como sabem o Parque Infantil já está em obra e há já outras obras a decorrer tem a ver com a nova mata e outras questões que estão já contratualizadas e portanto haverá aqui também um avanço significativo nesta obra, que é para nós muito importante e quando se fala em regeneração urbana este investimento que está a ser feito no parque da La-Salette é um excelente exemplo de regeneração urbana. Também conforme é do conhecimento público, neste momento, já está o tempo a decorrer para o lado das empresas que foram previamente qualificadas na concessão da água e do saneamento, foram três empresas a INDAQUA, a AGS e a AQUAPOR, são as três empresas que foram qualificadas e que já estão a fazer os devidos estudos para apresentarem as propostas e portanto será também, também avançaremos neste objetivo que é um objetivo de todos. Queremos terminar a requalificação das Margens do Caima já durante o ano de 2012 e como também é do vosso conhecimento foi feito um ajustamento ao investimento que estava a ser feito, uma adaptação para melhor, nomeadamente a alteração do parque automóvel e isso fez com que a obra pudesse deslizar um bocadinho. Ontem mesmo, fechamos o processo do Centro Escolar de Ul, ontem não, na quarta-feira, na quinta-feira foi publicado em Diário da República o programa de concurso e o caderno de encargos e o júri e todos os procedimentos que tinham de ser feitos. Vamos também fazer a mesma coisa para o Centro Escolar de Lações. E em 2012 também está neste momento, já terminou o prazo de esclarecimentos às empresas qualificadas, previamente qualificadas para o Parque do Cercal e portanto já estamos só a aguardar a apresentação das propostas para decidir e portanto temos o início da obra para os primeiros meses de 2012, aqui estamos a falar de um investimento de 4.9 milhões de euros, como vêem temos que ser seletivos no investimento, até por aquilo que foi dito anteriormente, portanto nós não podemos querer ter sol na eira e chuva no naval, há é claramente que apostar e aproveitar ao máximo os recursos do QREN, o QREN termina em 2013, poderá ter ali, podemos ter um novo quadro comunitário de apoio até 2020, mas não vale a pena contar sem termos a certeza e portanto vamos aproveitar aquelas que são as oportunidades que se nos deparam das diversas candidaturas, hoje mesmo tivemos várias pessoas na Camara Municipal a trabalhar noutras candidaturas, aproveitando até à última hora do dia 30, que é sexta-feira, até à última hora do ano, para*

*trabalhar, não desperdiçando essas oportunidades. Deixem-me também dar-vos nota que, porque é um número, é um número muito grande, é um número muito grande e portanto importa dar nota, até porque se compararmos com a estimativa de 2011, aquilo tem a ver com os passivos financeiros, não é? Nós em 2011 temos uma estimativa de 2.074.621 e em 2012 de 5.577.760, não é? E portanto, há aqui, quando eu disse há, este ano é um ano de pagamento forte do empréstimo de saneamento financeiro. E ainda hoje, também já agora deixem-me partilhar convosco, ainda hoje um presidente de câmara que está nas mesmas circunstâncias que está Oliveira de Azeméis também lhe terminou o período carência, me ligava e dizia – ó Hermínio se calhar temos de ir à Caixa Geral Depósitos e tentar falar com eles, porque senão isto está tudo muito mau, e portanto, eu disse – Se nós estamos mal, a Caixa Geral Depósitos também não sei como estará? Porquê? Porque é verdade. Este ano é um ano onde vamos ter de pagar e não há volta a dar e por isso é que eu no início disse a dificuldade de construir este orçamento, com base nos cortes brutais que tivemos da receita e das outras coisas, não vou já aqui falar do aumento do IVA na luz, as pessoas às vezes dizem – aumentou o IVA, a Câmara Municipal só aí a despesa são mais 200.000,00€ (duzentos mil euros), é evidente que nós temos uma candidatura que vai nos reduzir a fatura energética, loucamente, naquilo que diz respeito à iluminação pública e esperemos já ter reflexos disso no próximo ano de 2012, mas isso são aqueles aumentos que nós não podemos, nem temos volta a dar, temos de pagar, ou então apagar as luzes todas, mas também é uma questão que está em cima da mesa reduzirmos drasticamente a nossa fatura energética. Há aqui também um número que eu gostava de salientar, que tem a ver com, que é sempre um número que está sempre muito em cima da mesa quando se estão a discutir orçamentos, não deixando de referir que estamos a falar de um documento e de uma peça previsional, mas naquilo que diz respeito às despesas correntes, ao total das despesas correntes, numa estimativa de despesa corrente de 2011 de 24.216.043, a previsão para 2012 em termos de total de despesas correntes são só de 22.052.000, ou seja, portanto há aqui, objetivamente, e os números não enganam, uma redução clara das despesas correntes. Naturalmente que a nossa ambição é fazer mais e fazer muito mais, é legítimo ter essa ambição, nas dezanove freguesias nos nossos mais de 160 quilómetros quadrados queremos sempre fazer mais, queremos fazer melhor, temos que ter em atenção os compromissos que temos de cumprir e as disponibilidades que temos também para investir. Portanto, Senhor Presidente peço desculpa se abusei da paciência dos membros da Assembleia mas procurei ser o mais concreto possível nesta matéria. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, Manuel Francisco Valente, Marco Azevedo, Dr. Fernando Pais, José Campos, e Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

===== Só dois pequenos apontamentos que também têm a ver com o Orçamento. Quando eu falei sobre os funcionários, não estou a dizer que são a mais, vai se despedir, o esforço vê-se, acho que é de aproveitá-los melhor, talvez dar-lhes tarefas que se estejam a ir fazer fora e aproveitar assim a moldura humana que temos, não estava a querer apontar que não estava a ser um esforço para reduzir. Também, o Dr. Hermínio saiu mas não o vai negar, quando se falou em diálogo há bocado, diálogo é o que o CDS tem tentado. Marquei reunião com o Dr. Hermínio para discutir a nossa proposta de Orçamento, que não foi possível realizar, acabei por não voltar a ser contactado pela autarquia para marcar a reunião. Maior prova de boa vontade que essa de diálogo não poderia haver, acredito que não foi má vontade do Senhor Presidente em receber-nos para discutir a proposta, terá sido falta de agenda, mas aí não nos poderão acusar de falta de diálogo. Qualquer um destes Vereadores já foi contactado por mim por situações que me são reportadas lá fora, umas estão como estavam na altura em que falei com eles, algumas outras estarão resolvidas. Por isso o diálogo é uma coisa que nós saudamos e estamos sempre abertos a isso. Falando relativamente ao Orçamento. Após a análise do orçamento e antes mesmo da avaliação propriamente dita do orçamento, começo por saudar o facto de termos sido consultados para dar a nossa opinião, ainda que em cumprimento do estatuto de direto de oposição, e entendemos que a inclusão das nossas propostas no orçamento e plano de atividades para 2012 seria uma mais-valia e que da nossa proposta sairia um orçamento mais enriquecido e certamente mais justo. Desta forma o executivo camarário poderia desta vez ter um orçamento verdadeiramente participativo tendo em conta as propostas da oposição, neste caso específico do CDS-PP. Na análise que efetuamos percebemos estar perante um orçamento prisioneiro da situação económica do município, sem capacidade para se esticar em grandes opções, sentimos que o concelho continua com o futuro adiado e que se perspectiva mais um ano que pouca ou nenhuma competitividade iremos ganhar em relação aos concelhos vizinhos. Em cada momento é necessário fazer opções e escolher poucos mas objetivos claros, que mobilizem, que permitam que se construa algo com alicerces para não cair na primeira ventania. É tudo assim, está tudo a trabalhar muito, isso é um facto, mas o produto final acaba por saber a pouco. A solução tem de passar por uma profunda reflexão das atividades da Câmara Municipal que permita concluir o que se deve fazer e o que se deve eliminar por completo (porque não acrescenta valor para a Sociedade/Cidadão), como exemplo disto e que sentimos não estar a dar o retorno espetável por exemplo a Volta a Portugal com um valor que se situa perto dos 60.000€. Este evento deverá levar-nos a pensar seriamente no custo de oportunidade e não estando especificamente reportado neste orçamento estará com certeza nalguma rubrica referida a eventos. Como já várias vezes aqui referi, de tostão em tostão se pode chegar ao milhão. Não concordamos com alguns aspetos do orçamento onde achamos ser possível reduzir custos para afetar a outros investimentos, nalguns casos como reforço noutros como investimento não contemplado. Nas rubricas Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria; Outros trabalhos especializados e Diversas Aquisições de Serviços, continuamos a achar que existe um gasto excessivo por parte da autarquia. Temos capacidade humana

*instalada com qualidade reconhecida e não achamos necessário o investimento no outsourcing como já temos referido inúmeras vezes. Os nossos recursos humanos têm que deixar de ser vistos como centro de custos e passar a ser vistos como centro de proveitos. Na rubrica publicidade (não obrigatória subentenda-se) da Câmara Municipal também pensamos ser uma área que poderíamos fazer um esforço por emagrecer mais os valores, sabemos que é uma área por vezes necessária, contudo em tempo de crise deverá ser uma das primeiras a dar o seu contributo. Nas rubricas Combustíveis e lubrificantes e Outras construções e infraestruturas pensamos que um aumento na sensibilização e controlo poderiam ser capazes de captar alguma poupança. Também em relação aos subsídios de Férias e de Natal dos funcionários da autarquia, achamos que como previsto na lei, estamos perante uma oportunidade única de reduzir o tal prazo de pagamento aos fornecedores, como disse, com certeza libertaria verbas para outras situações, nomeadamente outros investimentos. Para finalizar e após análise cuidada do PPI da autarquia verificamos a inscrição de algumas propostas do CDS-PP para anos vindouros com término de investimento em 2015. As obras tão necessárias para o nosso mercado municipal e a videovigilância para incremento da segurança, que lembro que quando consultados há dois anos já havíamos pedido, continuam em agendamento póstumo para um futuro que não é realista perante a grande necessidade destas intervenções. As más condições de algumas estruturas do funcionamento do mercado bem como o clima de insegurança que se vem instalando na nossa cidade tornam mais do legítimo o investimento nestas áreas, no entanto se for começada a reformulação do edifício do Mercado esta proposta perde sentido. Pelo atrás disposto e mostrando compreensão pela situação financeira do município, que impede grandes investimentos, e apesar de sentirmos o adiamento por mais um ano na evolução da competitividade de Oliveira de Azeméis a nossa posição será a abstenção neste ponto, lembrando que mais contenção nalguns parâmetros se aconselha e que achamos ser possível fazer mais esforço no orçamento. Aproveito para desejar um Bom Ano a todos. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====*

*===== Senhor Presidente da Câmara pagar a dívida pública toda, é coisa de crianças. Qualquer estudante do primeiro ano de economia sabe disso e até o nosso Primeiro-ministro está de acordo, não se deve, não se pode, não é aconselhável pagar a dívida toda, a dívida pública. O resto das dívidas, essas são para pagar e devem ser honradas. Mas deixemos isso á parte. A verdade é que as grandes linhas de desenvolvimento estratégico deste ano do Executivo Camarário, a toque de trombeta, convoca-nos para assumir responsabilidades (até estou perfeitamente de acordo) na luta contra a pobreza, exclusão social, desemprego, despesismo, mas e a igualdade e falta de auto estima? Aliás, desde os primeiros sinais de crise que se instalaram na Europa e no Mundo, sempre perseguimos esse objetivos e sempre o dissemos aqui, mas no entanto as nossas responsabilidades passadas presentes e as mesmas futuras,*

todavia o Orçamento do Estado em nada contribui para o desagravamento da situação, as grandes reduções de transferências para as autarquias locais e o forte agravamento da carga fiscal são disso exemplo: - “e a instabilidade económica – financeira, coloca-nos perante desafios importantes e preocupantes no sentido de saber qual a estratégia futura a seguir face à frágil e volátil política do Governo, sob o pretexto de um crónico défice e de um aumento da nossa dependência de um financiamento externo”, estas palavras que acabei de dizer não são minhas, tenho pena, assumo-as plenamente no contexto atual mais que provavelmente o próprio autor delas, qual cristão-novo agora convertido a nova religião, que muda convenientemente de opinião passando agora a responsabilizar a crise em que Portugal mergulhou pelo comportamento da economia Mundial e Europeia. Bonito. Obviamente que esta crise, que é muito, muito importante, esconde a nossa crise e falo da nossa crise, a crise do Município oliveirense, esta sim fruto de uma gestão ruinosa do PSD, ao longo de vários anos e que levou à interferência da Troika, a nossa Troika, para isso é que em 1998 o Empréstimo de Saneamento Financeiro foi a nossa Troika, por aquela crise que nós vivemos no Município criada, fomentada e acrescida pelo próprio PSD. E o combate a esta crise passa, como sempre repetidas vezes o afirmamos, pelo cumprimento do estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro, sem isso nós não conseguimos sair da crise autárquica, da crise oliveirense e pela redução da dívida e do endividamento, reparem que aqui não digo pelo pagamento da dívida, aqui digo pela redução da dívida e do endividamento, porque isso é que é gestão. Damos conta com agrado, todavia, que o Executivo Camarário se rende agora a esta nova estratégia, longo, longo tempo que peço, que tenho vindo a defender mas afinal como diz o ditado - é melhor tarde do que nunca. Contendo-se o despesismo mas sem perder a confiança social, também para nós as políticas sociais são uma das principais preocupações, mas isto não pode ser só um processo de boas intenções é necessário que o Orçamento Camarário reflita claramente esse objetivo. É que nas grandes linhas estratégicas de 2011 já este executivo afirmava hoje mais do que nunca os problemas originados pela instabilidade económico-financeira do país e a política adotada para os resolver, afeta essencialmente e em primeiro lugar o comum cidadão. O aumento da pobreza, do desemprego fazem hoje em dia a abertura dos noticiários e as primeiras páginas dos jornais às quais somos indiferentes, dizia o executivo há um ano. Para além das palavras, gostava de saber o que foi feito? O que foi feito pelos desempregados que cresceram exponencialmente no nosso concelho? O que foi feito pela pobreza envergonhada que não vive diretamente dos apoios das IPSS? Ouvimos aqui hoje, ouvimos um rol de coisas bem-feitas pela Câmara, que eu aplaudo, o apoio às IPSS, no apoio da Câmara que eu aplaudo, à terceira idade, mas não vimos nada sobre o apoio aos jovens desempregados, não vimos nada sobre a pobreza e acima de tudo dessa grande pobreza envergonhada. Era bom que daqui por um ano, algo de melhor fosse feito. Mas adiante, nós somos daqueles que acreditamos que em momentos de crise como este o investimento público é efetivamente absolutamente imperativo e fundamental, queremos acreditar que a afirmação, enfim, que é dita no PPI reflete um conjunto de investimentos prioritários, vai inverter a tendência dos últimos anos, que é, inscrever obras

*no PPI e não as concretizar. Dentro dos condicionalismos atuais pensamos que, com rigor e transparência, é possível fazer obra. Na redução da despesa supérflua: eu dou exemplo, por muito polémico que ele seja, o famigerado Centro de Línguas, a Volta a Portugal que já aqui foi dito, rendas que não têm sentido e etc. etc., que há para aí um conjunto delas. Conjuntamente com os fundos comunitários que a Câmara se prepara e bem, para angariar, encontraremos seguramente meios financeiros para poder fazer mais e melhor, é que infelizmente neste Orçamento não encontramos novas fontes de receita ou simplesmente foram ignoradas. E com isso cada vez mais com isso o Município de Oliveira de Azeméis torna-se subsídio dependente do Orçamento do Estado ou das verbas da União Europeia. Do lado da despesa, o Senhor Presidente da Câmara já falou, os passivos financeiros 5,5 milhões de euros, doem, doem, mas este é o custo da falta de rigor do PSD em décadas de má gestão e a falta de rigor no Orçamento em gastar os dinheiros de qualquer maneira e feitio, e costuma-se dizer: se não for neste mundo no outro pagará, mas como o outro eu não sei se ele existe, cá temos de o pagar e portanto, o executivo tem de o pagar, acho bem, mas que não caia no erro de voltar a fazer o mesmo. Sabemos que os tempos são difíceis mas precisamente por isso, talvez mesmo por isso, esperava-mos que este Orçamento fosse elaborado com mais rigor e com mais consciência social. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Marco Azevedo, do PSD. =====*

*===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia e restante Mesa, Senhor Presidente de Câmara e Vereação, Membros da Assembleia, Presidentes de Junta, Oliveirenses, Comunicação Social, Senhoras e Senhores aqui presentes. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, começo por lhe dar os parabéns. Primeiro pelo aniversário. Segundo pelo grande Orçamento que aqui hoje nos trás, é um grande orçamento. Grande por ser maior que o de 2011, mas especialmente grande por ser um Orçamento de grande qualidade. É de realçar que a autarquia consegue com este orçamento de 2012, transferir 4.2 milhões de euros da despesa corrente para a despesa de capital, ou seja, consegue este Executivo alocar recursos que facilmente se esgotariam em gastos do próprio ano 2012, transferindo-os para despesas de investimentos que irão perdurar ao serviço da população durante muitos e muitos anos. É de realçar o esforço para conter a despesa corrente reduzindo-a em 8,9%, mais facilmente perceptível em 2,2 milhões de euros, face à execução previsional de 2011. Mesmo com o aumento inevitável das rubricas do IVA da eletricidade de 200.000,00€ (duzentos milhões de euros) consegue este município reduzir a despesa corrente. Mas este município não fica de braços cruzados e naturalmente avançou com uma candidatura ao ON.2 Norte, para a redução desse aumento da despesa elétrica e bem-haja pela proatividade. Naturalmente que este esforço de contenção de despesa corrente, igualmente se inclui a contenção com despesas com pessoal que se tem vindo a observar nos últimos anos a esta parte. Contudo, não obstante a esta redução de*

quase 2,2 milhões de euros na despesa corrente o executivo continua a apostar nas juntas de freguesia como parceiros privilegiados na execução das políticas de proximidade e na gestão dos recursos públicos. É de realçar a manutenção dos valores em Orçamento de 2011 para 2012, com as Juntas no valor de 1.000.000,00€ (um milhão de euros). Mas na ótica de despesa de investimento assiste-se a um aumento de 122%, mais, repito, 5,5 milhões de euros de acréscimo que irá permitir acomodar o aumento de amortização prevista no Plano de Saneamento Financeiro bem como alavancar e potenciar projetos que muito qualificam o nosso município de Oliveira de Azeméis, ao contrário do que muitos alertavam que o Executivo jamais teria condições de sobreviver a tal plano de ajustamento financeiro e de amortizações previstas, temos aqui presentes que este Orçamento é uma clara demonstração dessa mesma capacidade. O ano de 2012 representa o início do esforço do reembolso do empréstimo de saneamento financeiro. Como a autarquia é uma entidade de bem, pretende e certamente vai honrar os seus compromissos até ao fim. Neste Orçamento fica clara a estratégia acertada do Município em reduzir atempadamente a sua estrutura de despesa desenvolvendo projetos para investimentos estruturantes do município que uma vez candidatados a fundos comunitários e aprovados como já o foram, terão neste mesmo ano o seu arranque real e definitivo assegurando o município a sua indispensável participação financeira. É por isto que disse no início que isto é um grande Orçamento. Caro Presidente, pessoalmente considero que outrora o êxito autárquico era medido em quilómetros de asfalto e metros cúbicos de betão. Mas hoje, numa europa financeiramente perto do abismo, com a falência de bancos e países como se de um jogo de dominó se tratasse e com um cenário macroeconómico somente equiparado à grande depressão de 29, novos desafios se levantam. O equilíbrio financeiro e a sustentabilidade orçamental são novos critérios da avaliação da gestão autárquica, o que no nosso concelho já é um sucesso. Temos diante de nós um Orçamento que cumpre com o Plano de Saneamento Financeiro, com a redução da dívida, mantêm as finanças equilibradas e consegue ser um importante agente mobilizador do crescimento e do desenvolvimento local. Investimentos como o Centro Escolar de Ul, o Parque do Cercal; a Requalificação da La-Salette; Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro são exemplos claros de excelente investimento público e não de um gasto público. São investimentos sérios que irão captar investimento privado, a criação de postos de trabalho, de riqueza, de desenvolvimento e de bem-estar social. Considero que temos um Orçamento que não absorve dinheiros privados para alimentar a máquina do estado, mas antes disponibiliza dinheiros públicos para potenciar os investimentos privados. É que mesmo neste cenário tão austero que vivemos, é louvável e sentirmos que este nosso Município, que tanto todos nós aqui presentes amamos, para o próximo ano de 2012 a autarquia vai amortizar cerca de 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) só de empréstimos. E faço votos novamente pelo aniversário, pelo Orçamento e uma boa execução Orçamental em 2012. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais, do PS. =====

=====  
*Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Vereação, ilustres Colegas, demais pessoas aqui presentes e comunicação social. Senhor Presidente, eu depois de ouvir a intervenção, confesso que ouvi com muita atenção, acho que o Senhor Presidente se algum dia quiser massajar o seu ego deve-a ler com algum cuidado, de facto aqui parece que tudo está bem, não se preocupe que segundo a intervenção que me antecedeu parece que o Plano de saneamento Financeiro vai ser integralmente cumprido e está tudo bem, está tudo aumentado. E de facto eu renovo ou dou-lhe os meus sinceros parabéns quanto à data do aniversário, já não o posso fazer quanto a este Orçamento. Se calhar preferia que fosse pela inversa. Eu vou ser muito rápido, muito rápido, muito conciso para que eu possa transmitir aqui aos presentes qual a posição do Partido Socialista relativamente a esta questão. Quanto á arrecadação dos impostos indiretos a previsão para 2012 é igual a 2010, portanto é uma previsão de cerca de 8,5 milhões de euros até por essa perspectiva na arrecadação da receita a Câmara não poderá queixar-se de alguma dificuldade na arrecadação da receita para cumprimento da dívida que tem. Do lado das receitas há de facto uma diminuição pontual das receitas em cerca de 1,4%, também não nos parece grandemente afetada do ponto de vista da gestão. O primeiro ponto que quero aqui deixar claro, que também foi abordado pelo colega da Assembleia Municipal que me antecedeu, é de facto a descida ou a redução das despesas correntes. Meu caro colega, Senhor Presidente a diminuição nessa redução das despesas correntes diz respeito de forma integral à diminuição dos encargos salariais decorrentes dos cortes de Subsídios de Férias e de Natal e não da adoção de políticas rigorosas que possam conduzir a uma eficácia de gestão autárquica. Ou seja, este corte de gestão é um corte que todos os funcionários da Câmara sentiram por via das medidas impostas pela Troika, ou impostas pelo nosso Governo do país. É pois lamentável que o corte dos salários dos funcionários camarários, inclusivamente do próprio executivo, seja utilizado como bandeira, como medida de um desempenho de gestão efetiva quando na realidade não é mais do que uma imposição do seu próprio governo do PSD. Quanto às despesas de capital, eu pus até aqui uma nota, daquelas notas de balanço dourado que o meu ilustre colega faz do orçamento que entende que as despesas de capital cresceram mais de 120% se compararmos com o que foi previsto na estimativa de execução orçamental em 2011, portanto há um aumento de facto de 120% relativamente às despesas de capital, só que, isto pode parecer, pode significar e creio que a intervenção do colega que me antecedeu foi nesse sentido, pode querer significar um aumento substancial de investimento e aí estaríamos todos tranquilos. Na realidade o que se verifica, depois de uma análise detalhada deste Orçamento e do Orçamento passado, é que o estava orçamentado para a aquisição de bens de capital no orçamento de 2011 era de 8,2 milhões e só foram executados 3,7 milhões, ou seja: temos uma taxa de execução de apenas 45% o que desde logo altera a tonalidade de cor da perspectiva como se olha este orçamento. Ou seja, dito de outra forma, os 8,2 (oito virgula dois) correspondem efetivamente a uma transferência de um investimento que não foi feito o ano passado e que transita para este ano, portanto é tudo um pouco ilusório e deturpante em relação a uma análise concreta que se pode efetuar. Se*

*juntarmos a isto a despesa de capital, o tal crescimento de encargos com amortizações de empréstimos, ou se quisermos em linguagem que todos entendam - o pagamento da dívida relativa ao PSF (Plano Saneamento Financeiro), o que verificamos aqui, estes encargos passam de 2 milhões para 5,5 milhões de euros, ou seja, temos um aumento de quase 170%, para percebermos a dimensão deste último número, este representa um terço do total das despesas de capital prevista para 2012, num ano particularmente importante como referiu o Senhor Presidente, o que eu noto “o alarme da trombeta” como Vossa Excelência refere no introito do relatório, ou seja, temos um terço do investimento público total que vai ser feito em 2012 em todas as obras referidas em Orçamento, a ser consumida pelo pagamento do passivo financeiro ou seja, é investimento virtual para o Município e real para os cofres da Caixa Geral Depósitos. Ou seja, nós não podemos alarmar, não podemos deixar aqui um sinal de alarme e dizer nós não tínhamos feito este plano de saneamento, não tínhamos feito este pedido porque agora a realidade é diferente, a realidade em muito pouco diferente é porque ao nível das receitas, à parte aquela questão das diminuições das dotações orçamentais do próprio estado, não é muito diferente ao nível da arrecadação das receitas. Outra evidência, eu vou terminar, outra evidência importante resulta da comparação entre a receita de capital prevista de 11,8 milhões e a executada de 5,8 milhões, ou seja metade do que nos havíamos comprometido executar. Isto significa que face à atual ausência de investimento em 2011 facilmente se conseguem os tais aumentos substanciais traduzidos pelas novas estimativas para 2012, o problema é que na realidade essas diferenças não existiriam se tivéssemos cumprido com o que nos havíamos comprometido em sede Orçamento Previsional. Ou seja, em suma o que aqui se passa é que o Município não consegue executar o previsto no Orçamento ou consegue só de uma forma de 2010 para 2011 em termos de 45%. Mais uma evidência resulta da análise da despesa de capital, tínhamos orçamentado 13,3 milhões de euros e executamos 7,6 milhões, ou seja 57%, este número é que traduz a realidade da capacidade da realização do executivo, por isso facilmente se deduzirá que o aumento da capacidade percentual para 2012, não é mais do que o saldo não executado em 2011. Ou seja o Executivo “vangloria-se” de aumentar a previsão do investimento para 2012, sem referir que tal se deveu á sua incapacidade de executar projetos em 2011. Mais não digo. Desejo a todos, um Bom Ano de 2012 e que ao contrário do que o Senhor Presidente possa pensar a bancada do PS revê-se em todas as obras importantes para o Município e revê-se em todas as iniciativas que são tomadas, que se traduzem efetivamente no aumento da qualidade e bem-estar de todos os Oliveirenses. Bem hajam. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Eu claramente e a bancada do PSD considera que este é um Orçamento que aposta em três vetores essenciais: no empreendedorismo, na educação e na requalificação urbana. No empreendedorismo desde logo*

*a Área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro, na educação, o Parque Cercal e na requalificação urbana também, inclusive também o Parque da La-Salette. O que eu aqui venho dizer é que, muito bem, os deputados da oposição fazem muito bem o seu papel de fazer crítica. Mas de vez em quando acho que também seria interessante conseguirem de uma forma concreta não deixando uma frase no fim a dizer que se congratulam com aquilo de positivo é feito para o concelho. Mas no concreto dizermos assim: - nós congratulamo-nos com o Parque do Cercal; - nós congratulamo-nos com a área de Acolhimento Empresarial UI/Loureiro. Faz-me alguma confusão quando vejo o Senhor deputado Miguel Portela falar que acha que o Orçamento para o próximo ano vai provocar mais um ano de adiamento da competitividade do nosso concelho. Se esta aposta no empreendedorismo e na educação e na requalificação urbana não são procurar aumentar a competitividade no nosso concelho, então sinceramente também não sei o que mais se pode fazer para aumentar essa competitividade. Relativamente á intervenção também do Deputado Francisco Valente, queria também só deixar aqui uma nota, é muito interessante que tenha começado a sua intervenção e legítima, por considerar que a base de argumentação, ou uma das bases da argumentação do Executivo para este Orçamento, tinha a ver com a conjuntura macroeconómica do país e do mundo. É óbvio que sim. Mas também é muito engraçado que logo a seguir, pelo menos não o ouvimos fazer o enfase também que fez desta vez aos cortes do Orçamento do Estado que havia nos outros anos. Ou seja, este ano se calhar interessa falar nos cortes do Orçamento do Estado, nos outros anos não eram essas as causas não havia problema nenhum com os cortes do Orçamento do Estado, não eram significativos. Eram significativos antes como também são significativos agora e de facto a situação do país é de uma enorme crise como disse o Senhor Deputado, de facto é de uma enorme crise. Se calhar não seria tão enorme se não tivéssemos tido e tenho que obviamente falar nisto, se não tivéssemos tido seis anos de governação do Eng.º José Sócrates. Para o Eng.º José Sócrates, de facto, é que parecia que tudo estava bem, tudo estava bem, tudo estava bem. Ouvindo a intervenção do Senhor Deputado Fernando Pais, tudo está mal, tudo está mal, tudo está mal, de vez em quando não custa dizer assim – olhe, não está tudo mal, isto está mal, isto está mal, mas há isto que está bom, há o Parque do Cercal que é positivo, há o investimento que é positivo. Relativamente à execução Orçamental para 2012. Pois muito bem, eu acho que se calhar daqui a um ano estaremos cá para verificar então se esse investimento ou não, se de facto foi alvo de execução orçamental ou se não passou de facto do papel, neste caso do instrumento orçamental. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Pedia novamente aos serviços que pudessem projetar o outro documento. E enquanto dizer que a questão não é: se o Orçamento é bom, se o Orçamento é mau, se as pessoas estão de parabéns ou não. Este Orçamento é o seu. É o vosso.*

*O nosso não é com certeza e isso parece que o primeiro ponto importante a dizer. De resto é importante a análise que fizemos até agora do Orçamento, mas devemos considerar que o Orçamento é mais do que um documento anual que baliza a ação do Município. É quase sempre um documento estruturalmente comprometido com opções do passado, com políticas anteriores e com outro tipo de argumentos. As consequências dessas opções são quase sempre empurradas para a frente e quando surgem parecem já não ser da responsabilidade de ninguém. Mas são. E condicionam fortemente as opções que temos disponíveis e com elas a qualidade de vida que gostaríamos de oferecer às pessoas, às famílias e às empresas. Investir é por isso fundamental, disso ninguém duvida. Investir de forma reprodutiva pensando que todas as despesas, por mais insignificantes pareçam, podem fazer a diferença quando pensadas num todo. Aliás, talvez seja neste ponto que mais se percebe a diferença entre uma visão global e abrangente que se pretende para um concelho, do que um conjunto de medidas que vistas isoladamente até podem parecer interessantes mas surgem desgarradas e avulsamente ficam limitadas na sua própria capacidade de gerar riqueza. O Plano de Saneamento Financeiro, que agora começamos efetivamente a pagar, que não resulta de um investimento sério e reprodutivo no concelho, cujo pagamento protelamos, enfim, no seu grosso, até agora, que não alterou a realidade porque nunca conseguimos cumprir os objetivos, é agora uma verdade castradora e palpável. Como podem ver, um terço da despesa de capital para o próximo ano é absorvida pela amortização da dívida do Município, uma dívida que não gerou riqueza e que agora nos consome a pouca que dispomos. Um terço de investimento que, numa altura exigente, poderíamos aplicar de uma outra maneira. Esta é a realidade que temos, que sempre contestamos, mas com a qual temos de trabalhar, mesmo assim continuamos a entender que é possível fazer diferente e fazer melhor. Que o que nos apresenta como inevitável, não o é, nem se esgota nessa primeira Troika que chegou a Oliveira de Azeméis na altura do Plano de saneamento Financeiro. Temos sim possibilidades de fazer melhor e devemos dizer-lo frontalmente, temos capacidade e podemos fazer diferente e até num quadro difícil é possível cortar nos desperdícios e investir mais. Vejamos de forma concreta alguma das despesas onde poderíamos cortar, à semelhança do que o Senhor Presidente sugeriu que disséssemos – Onde é que vocês cortam, não é? Cortamos aqui? Cortamos aqui? Disse, disse. Posso-lhe dizer depois. Não, disse a propósito de outro ponto. Mas também não é relevante. Vejamos onde é possível cortar e com esse corte investir ainda mais. Três anos de Volta a Portugal custarão cerca de 175.000,00€ (cento e setenta e cinco mil euros) de despesa ao Município. First Five Consulting cerca de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros) de despesa. Centro de Línguas mais de 370.000,00€ (trezentos e setenta mil euros) de despesa. Uma sede de advogados, de Lisboa, recentemente contratada mais de 40.000,00€ (quarenta mil euros) de despesa. A revogação da concessão da Praça da Cidade mais de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) de despesa. Rendas dos edifícios camarários, como neste caso o Antigo Colégio, mais de 200.000,00€ (duzentos mil euros) de despesa. A renda da loja para o arquivo, quando já temos o Arquivo Municipal, 30.000,00€ (trinta mil euros) de despesa. As rendas dos Estaleiros, enfim um assunto muito discutido aqui que já apresentamos,*

mais de 200.000,00€ (duzentos mil euros) de despesa. O arrendamento do Centro de Línguas 100.000,00€ (cem mil euros). O Leasing de uma fotocopiadora, que também entendemos na altura e dissemos que não fazia muito sentido, 60.000,00€ (sessenta mil euros). Juros de mora, entendam-se juros de incumprimento, 600.000,00€ (seiscentos mil euros), no Orçamento de 2012 estão cabimentados mais de 300.000 (trezentos mil). Isenção de taxas a empreiteiro 70.000,00€ (setenta mil euros) de despesa. Um Diretor Técnico da GEDAZ, que entretanto foi revogado quanto ao vencimento em part-time, cerca de 80.000,00€ de despesa. São apenas alguns exemplos e não resultam sequer de um esforço exaustivo e de uma análise mais profunda, são despesas que entenderam fazer, não interessa se são boas ou se são más, nós não as faríamos. Mais onde cortar sem prejuízo rigorosamente nenhum e com vantagens claras no nosso nível de investimento, senão vejamos: Todos estes exemplos somados totalizam mais de 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) só neste mandato, nem estou a fazer as contas ao mandato anterior por exemplo no caso das rendas. Isto significa naturalmente uma parte substancial, do valor que nós temos para investir, se compararmos com as despesas de capital, cerca de 12%. Mas como disse um Orçamento resulta muitas vezes de opções que na altura nos fizera crer serem as melhores, mesmo que muitos o tivessem contrariado, enfim com a bênção de muitos padrinhos presentes. Se recuarmos a um passado não muito recente temos os terrenos para o PIC de Macinhata (podem ver o terreno) avaliado em cinquenta mil euros e adquirido por duzentos mil euros. Temos os terrenos da Quinta da Cachana avaliados em quinhentos mil adquiridos por um milhão e meio. Temos os terrenos para um Shopping, do qual pouco sabemos, adquiridos por quatrocentos e setenta mil. Se recuarmos e somarmos temos mais de quatro milhões de euros de despesa que poderíamos investir de outra forma. É um peso enorme na despesa de capital como podem ver aqui os primeiros e agora estes que eu apresentei. É possível fazer melhor e é possível fazer diferente. Pegando nas suas palavras Senhor Presidente “temos de ser seletivos no investimento” mas também temos que ser seletivos na despesa. Senhor Presidente, Senhores Membros desta Assembleia, é possível fazer melhor e fazer diferente, é possível dar uma outra qualidade de vida a Oliveira de Azeméis e a realidade que nos apresentam não é a única possível e de todo, não é a melhor. Ainda assim espero um Bom Ano 2012 para todos e sobretudo para Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Muito interessante esta discussão. Em primeiro lugar podemos concluir que todos sem exceção concordam com o investimento que apresentado para o Orçamento 2012, fico naturalmente satisfeito e portanto vamos ter se calhar algo histórico nos últimos anos relativamente ao sentido de voto quando o Senhor Presidente colocar à votação, porque eu não vi ninguém contrariar o investimento que é apresentado. E todos também reconheceram que é um Orçamento difícil. Mas é importante também situarmo-

*nos no tempo, nós estamos a discutir e a aprovar o Orçamento para 2012 e o Plano Plurianual de Investimentos. Tivemos agora aqui uma sessão relativamente ao passado. Oh Senhor Presidente, eu não queria estar aqui a maçar muito tempo mas relativamente à sessão do passado, também poderíamos ter aqui fotografias da biblioteca, das piscinas, do arquivo, das escolas e muitas outras coisas, estamos a discutir 2012, não é? E portanto, isto é demagogia pura, evidentemente, mas ouça eu compreendo perfeitamente e sabem porquê? É muito fácil. É que é muito difícil criticar este Orçamento, aliás viu-se nas intervenções que foram feitas pelo Partido Socialista, todas elas sem exceção, pelo Senhor Deputado Francisco Valente, pelo Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira e pelo Senhor Deputado Bruno Aragão tiveram alguma dificuldade este ano na argumentação e em encontrar pontos negativos no Orçamento, porque há sempre pontos negativos, não vamos aqui também dourar a pílula, mas reconheçam e fica-vos bem reconhecer que este ano tiveram de ir ao fundo da mala para tentar atrapalhar no Orçamento, até foram ao passado. Estamos a discutir para o futuro e foram buscar o passado. A estratégia e as opções políticas são de cada força partidária e é claramente legítima. Oh Senhor Deputado Miguel Portela deixe-me dizer-lhe que, nas propostas que apresentou ao Executivo camarário nós não tínhamos no Orçamento a questão da videovigilância, não estava e tenho que lhe dar essa, tenho que lhe dizer que foi por sua barra CDS-PP a responsabilidade de estar no Plano Plurianual de Investimentos a videovigilância. Como também sabe Senhor Deputado não é uma matéria que possamos agora estalar os dedos e instalar câmaras. Quando se coloca no PPI, em 2012 vamos trabalhar nisso e a despesa sobre essa matéria, repare até se discute neste preciso momento a própria legislação o papel da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou não, a despesa recai sobre 2013 e portanto está confortado em termos de Orçamento e tenho aqui que reconhecer, podia dizer: - Não, já estava previsto, não, não estava e foi sugestão do CDS/PP a inscrição da videovigilância. Também relativamente á questão dos combustíveis e aos aumentos, deixe-me só dar-lhe duas notas, porque às vezes pode parecer que se gasta mais é um bocadinho como o pessoal, mas o pessoal é a seguir. As pessoas têm a ideia que a Câmara Municipal tem mais pessoal, não tem, tem menos pessoal mas ouça, se perguntar aí na rua, as pessoas acham que tem mais, mas não tem, não tem mesmo. Mas a questão dos combustíveis, com a questão do aumento, o Senhor Deputado pode ser levado a pensar que se aumentou o consumo de combustível, não. O que aconteceu foi: primeiro o aumento do combustível, depois nesta verba, deixe-me dizer-lhe que há um protocolo com os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis que 60 mil litros dos Bombeiros nas ambulâncias e nos carros de incêndios, portanto nesta verba do combustível também está esse protocolo de apoio aos Bombeiros, em vez de estarmos a dar outro tipo de subsídios, eles, na altura, até foi no passado não foi nada connosco, mas é um protocolo que se mantém em vigor. Relativamente a um evento que o Senhor deputado falou e sei que o Senhor é um profundo estudioso sobre essas matérias do comércio tradicional, pergunte aos comerciantes qual foi o evento que eles mais gostaram e que mais receita direta lhes deu nos últimos anos. Deixo isso para si, seguramente que, como é uma pessoa séria vai perceber a resposta que lhe vão dar e depois vai perceber também porque é que*

*lhe estou a dizer esta questão e agradeço os seus contributos, os contributos que deu e a compreensão para perceber as dificuldades deste exercício orçamental. Quanto ao Senhor deputado Francisco Valente, se o introito fosse igual ao do ano passado, diria o Senhor deputado – É sempre a mesma coisa, o Senhor não tem criatividade, não tem imaginação, eu este ano quis estimulá-lo a ler, vi que leu com atenção e que até reparou na diferença para o do ano passado, vamos esperar pelo do próximo ano, vamos esperar pelo do próximo ano. Sabe que eu não gosto nada da monotonia na política, está a perceber, ouça oh Senhor Deputado e digo-lhe que estas coisas dão algum trabalho a escrever, porque naturalmente isto são documentos não se faz isto “copy past”. Não é chegar ao do ano passado, tanto que os Senhores até disseram que o Orçamento era muito parecido ao do ano passado, era pegar na coisa fotocopiar “track track” no computador isto agora é fácil e está feito. Não, isto foi trabalhado, foi ponderado e vi que o estimulou. Fico satisfeito por ver que se sentiu estimulado pelo nosso texto. E depois também deixe-me dizer-lhe que sobre a diminuição da despesa corrente o Senhor Deputado não disse nada, passou em passant, não há nenhum problema. Deixe-me só dizer-lhe para que não subsistam dúvidas, para que não subsistam dúvidas aquilo que diz respeito ao endividamento, valores do endividamento, depois vamos à dívida total. Primeiro vamos ao endividamento: 2009 – 39.833.000 (trinta e nove milhões oitocentos e trinta e três); 2010 – 38.334.000 (trinta e oito milhões trezentos e trinta e quatro), estimativa para 2011 – 35.000.000 (trinta e cinco milhões), sempre a baixar. O endividamento baixou. Vamos à dívida (podemos ir mais para trás, mas depois demora muito tempo): 2008 – 52.300.000 (cinquenta e dois milhões e trezentos mil) de dívida; 2009 – 52.000.000 (cinquenta e dois milhões); 2010 – 49.500.000 (quarenta e nove milhões e quinhentos mil); 2011 – expectativa 46.000.000 (quarenta e seis milhões); 2012 – se este Orçamento for aprovado como eu espero, expectativa 41.000.000 €(quarenta e um milhões de euros), então a dívida baixa ou não baixa? Isto são números, baixa. Portanto é só para que não subsistam dúvidas que a gente ouve aqui as intervenções e portanto parece que as coisas não baixam, é que estes números não enganam é como o algodão, não é? Isto não engana, eu peço desculpa, eu peço desculpa mas acho que posso dizer estes números, não estou a chocar ninguém em dizê-los porque eles estão publicados, são públicos. Os Senhores deputados dizem o que bem lhes apetece e falam do que bem lhes apetece de há 10 anos e portanto também têm que ter a humildade democrática de ouvir outras coisas, não é? Isto faz parte da vida política, não é? E portanto, se não também deixo de falar Senhor Presidente, não digo mais nada. Quanto à questão do Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira, concordo consigo porque diz seriedade e com sinceridade que há uma redução de facto, como é evidente e depois também que há um aumento de despesas de capital de facto, pois há. E naturalmente que há porque eu disse - porque aproveitamos os fundos comunitários, isso não tem segredos, o Orçamento é uma coisa sem segredos, por isso é que às vezes não percebo as intervenções rebuscadas que se fazem sobre esta matéria. Isto não tem segredos, estamos a falar de um Orçamento de um exercício previsional para o ano, agora vem cá com 10 anos para trás. É de uma falta de imaginação tremenda e depois repare Senhor Deputado Fernando Pais Ferreira,*

era expectável e por isso na questão da percentagem de execução que o senhor falou e bem, também são números, eu não lhe vou dizer que o que o Senhor disse não é verdade, é verdade, mas repare há questões de obras que não avançaram e o Senhor diz: má gestão, pronto eu aceito que o Senhor diga isso, mas não foi, não foi Senhor Deputado, repare no Parque do Cercal ainda não há obra, não há tijolo na obra, porque houve atrasos que não dependeram da Camara. A Área de Acolhimento Empresarial, ainda hoje vamos aprovar, aqui, espero eu, a DUP e neste momento estão a decorrer a grande ritmo as vistorias por parte do tribunal, ouça eu não posso mandar no tribunal, nós cumprimos com as nossas metas. Agora há aqui atrasos que não são dependentes de nós, mas nós assumimos. Quando o Senhor diz – a capacidade de execução foi x, mau, eu não vou dizer que não é, é verdade, não atingimos os objetivos nessa matéria. Mas o Senhor reconhecerá que ao propormos os investimentos em termos de fundos comunitários para o próximo ano, é porque os vamos fazer e neste caso concreto não tenho dúvida nenhuma, o trabalho de preparação, o caminho das pedras já foi trilhado, já ultrapassamos todos os obstáculos, já não há cá mais nada. Ouça no caso do Parque do Cercal, foi providências cautelares, a questão do concurso foi alterado duas vezes, ouça uma série de coisas complicadas, você diz-me assim – epá, olhe azar, pois é azar, cá estamos para assumir a responsabilidade, não atingimos os objetivos em termos de execução como o Senhor bem diz e portanto não vou estar aqui a discutir essa matéria consigo. Quanto á questão do Orçamento, de quem é que é o Orçamento? O Orçamento é da Câmara, como é evidente e é apresentado pelo Executivo do PSD, é assumido, portanto aqui não há dúvidas, este é o nosso Orçamento. Se me perguntasse se este era o Orçamento que nós desejávamos? Não é, queríamos um Orçamento melhor, queríamos ter mais verba para podermos investir, mas também não vamos ao ponto de dizer que íamos cortar um tostão ali, ou um tostão acolá. Sabe porquê? Nunca me vão ver, nunca me vão ver a dizer publicamente ou aqui em termos de Assembleia Municipal que baixamos três resmas de fotocópias, ou três toners, não, eu acho que isso não é até decente para uma discussão, eu tenho colegas meus que até vão a isso, dizem neste ano gastei menos cinco caixas de fotocópias e tal, todos contentes, ouça eu se gastar menos cinco caixas de fotocópias fico todo satisfeito, e os serviços sabem quais são as exigências que lhes são pedidas, agora não vou andar a dizer isso, não sei quanto toner a menos, ouça isto também tem de ter alguma dignidade o exercício destas funções públicas e quando estamos a discutir estas matérias estamos a falar de muitos milhões, não é? Portanto estamos a falar de muitos milhões de euros e percebam que é sempre difícil e é quase impossível fazer um Orçamento que agrade a todos, acho que esse é um exercício quase impossível e portanto eu compreendo perfeitamente sem nenhum problema que haja opções diferentes e também como disse, fico naturalmente satisfeito por ter percebido que naquilo que são os nossos investimentos neste Orçamento e digo isto com toda sinceridade que os investimentos que aqui estão são reconhecidos, a importância é reconhecida por todos, por todos que aqui estão, reconhecem a importância destes investimentos. Chega-me isso para ficar satisfeito com a discussão deste Orçamento. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Naturalmente que teria que vir discordar de algumas afirmações que o Senhor Presidente disse. Em primeiro lugar parece-me que ficou confuso com o nosso sentido de votação, não percebo como? Acho que foi claríssimo. Depois Senhor Presidente, como eu lhe disse no PAOD, refute os argumentos não a questão. Dizer que é demagogia, não esclarece rigorosamente nada, porque se me diz que eu sou demagógico, eu tenho de lhe dizer que é para me insultar. Apresenta obras e apresenta dados como se fossem uma realidade extraordinária que não são. Continua a dizer, reduzimos a dívida. Reduzimos sim senhor, é obrigado legalmente, nem que não queira tem de o fazer. Não foi a sua gestão, não foi a sua forma de ponderar o investimento, de ponderar os cortes, de reduzir aquilo, que origina aquilo, não Senhor Presidente, vem da Lei das Finanças Locais. Depois fala num conjunto de obras extraordinariamente emblemáticas e vocês, - vocês não dizem que são boas e tal, - que não são reprodutivas. Senhor Presidente, Área de Acolhimento Ul/Loureiro é importante? É. Mas tem que me dizer como é que aquilo é reprodutivo, em 120 hectares 40 estão candidatados ao QREN, os outros 80 não, diga-me como é que vai concorrer com áreas de concelhos vizinhos que têm, que estão já preparadas, têm condições melhores, são maiores, como é faz isso? Isso é dizer como é que o investimento é reprodutivo, não é dizer que está lá. Depois pede soluções, onde é que vocês cortavam? Apresentamos um conjunto de coisas e as primeiras todas totalizam 2.000.000, foram dos seus anos de mandato e o Senhor diz-me cliques, fotocópias. Senhor Presidente por favor, não falei nada disso, falei verbas sérias, avultadas, apresentei valores sérios, elevados e totalizam aquele valor. O Senhor pode-me dizer assim: - olhe, não concordo consigo, acho que aqueles investimentos e aquelas despesas foram importantes. Isso sim é discussão política. Não é dizer, aí são valores importantes, uma coisinha aqui, uma coisinha ali, 2.000.000 (dois milhões) Senhor Presidente. E a propósito do passado e dos 10 anos, o Senhor Presidente não caiu aqui de paraquedas, desculpe que lhe diga. Muitos daqueles valores que eu falei, como o PIC em Macinhata por exemplo, como o Shopping foram amplamente discutidos nesta Assembleia, geraram muito ruído e levamos novamente com as mesmas críticas – Vocês estão sempre contra tudo, sempre contra tudo, não querem investimento, depois vão ver? Passados esses anos todos, vimos, quando vemos e chamamos à atenção, para fazer a avaliação, dizem-nos: - lá estão vocês com o passado e tal. Assim então é tudo fantástico, sempre, acho que isso não é correto sequer. E novamente a propósito dos valores que eu apresentei, como solicitou, são valores possíveis de cortar, esses valores, são, seriam desejáveis de aplicação enfim num conjunto de necessidades que o concelho tem. Não é dizer o que temos de bom que nos faz melhorar ou andar para a frente, não, é dizer como é que faríamos diferente e refutar esses argumentos. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dizer: =====

===== *Eu espero não proporcionar outra intervenção ao Senhor Deputado Bruno Aragão, porque vou ser factual. Em primeiro lugar dizer-lhe que se calhar o Senhor Deputado gostava que eu tivesse comentado os números que o Senhor apresentou, eu não fiz nenhum comentário aos números que o Senhor apresentou, é um trabalho seu, registo a sua capacidade e o seu trabalho, mas eu não fiz nenhum comentário. E diz ali o Senhor o seguinte: O Senhor reduz o endividamento, reduz a dívida, isso é uma obrigação, está na Lei. Foi assim que disse, não foi?- É uma obrigação está na Lei. Então olhe, eu vou-lhe ler os Municípios que mesmo estando na Lei, ouça, posso ler ou não? E acho que não vai provocar uma intervenção sua porque eu vou ser factual, tem de todas as cores partidárias, dá para todos os gostos. Oh Senhor Deputado repare, eu até estou a soletrar as palavras, eu só lhe vou ler, o Senhor disse: (e o Senhor afirmou-me assim com a cabeça, consentido que é verdade que disse) – “que é verdade que reduziu a dívida e é verdade reduziu o endividamento mas isso é uma obrigação da Lei, não faz mais do que a sua obrigação,” não disse - não faz mais do que a sua obrigação, mas disse: - “isso é uma imposição da Lei,” certo? Foi isso que disse? Não, mas foi isso que disse ou não? Foi isso que disse. Pronto então olhe, estou esclarecido, não preciso dizer mais nada. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado maioria, com vinte e três votos a favor do PSD, um voto a favor do Independente; doze votos contra do PS e com as abstenções duas do CDS/PP e três dos Presidentes de Junta de Freguesia do Pinheiro da Bemposta, Loureiro e S. Roque, aprovar o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012. =====*

===== **Ponto cinco:** *Mapa Anual de Pessoal para 2012 – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A publicação do: a) Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Nuclear, no DR, 2ª Série, N.º234, de 3 de Dezembro de 2010; b) Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – Estrutura Matricial e Flexível, no DR, 2ª Série, N.º 23, de 2 de Fevereiro de 2011 (alteração e republicação); c) Despacho n.º 19399/2010, no DR 2ª Série, N.º 253, de 31 de Dezembro de 2010; - As necessidades previsionais de pessoal para 2012, manifestada pelos serviços/Secções/Divisões/ Departamentos, em cumprimento do n.º1 do art. 4º da Lei 12-A/08, de 28 de Fevereiro (alterada pela Declaração de Retificação n.º 22- A/2008, de 24.04; Lei n.º64-A/2008, de 31.12; Lei n.º3-B/2010, de 28.04; Lei n.º34/2010, de 02.09 e Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro), adaptada à Administração Autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/09, de 3 de Setembro (alterada pela Lei n.º3-B/2010, de 28 de Abril); - Que a LVCR veio estabelecer, entre outros, novos princípios e orientações no domínio da gestão de pessoal e da disciplina relativa aos mapas de pessoal, entre os quais a anuidade do mapa de pessoal, que deve obrigatoriamente, acompanhar a proposta de orçamento (art.s 2º, 3º, 4º, 5º, 7º, 49º e 117º, n.ºs 7 e 8 da LVCR), conjugado com o art. 3º do citado Decreto-Lei n.º 209/09; - Que o mapa de*

*peçoal compreende a totalidade dos postos de trabalho necessários a desenvolver as atividades previstas no Plano de Atividades, que são caracterizadas em função das atribuições/competências ou atividades que o seu ocupante se destina a cumprir/executar, do cargo ou da carreira que lhe corresponda e ainda dentro de cada carreira/categoria a área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular (art. 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, Decreto-Lei n.º 121/08, de 11 de Julho e art. 79º da Lei n.º 59/09, de 11 de Setembro); - Que as verbas relativas a despesas de pessoal, a inscrever no orçamento, deverão cobrir os encargos com remunerações e de acordo com deliberação específica para o efeito, poderão eventualmente prever verbas para fazer face a novos recrutamentos de pessoal e que as restantes situações (alteração de posicionamento remuneratório e prémios de desempenho), estão vedadas pela LOE, dado consubstanciar-se em valorizações ou acréscimos remuneratórios, propõe-se: - A apresentação, para apreciação da Câmara Municipal, do mapa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, o qual representa e incorpora a previsão de pessoal que se estima ser necessário para 2012; - Que se submeta o mesmo à aprovação da Assembleia Municipal, na mesma sessão da apresentação do orçamento municipal para 2012, nos termos do art.s 4º e 5º da LVCR, conjugado com o art. 3º do Decreto-Lei n.º 209/09, e art. 53º n.º 2 alínea o) e art. 64º, nº 6 alínea a), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - Que posteriormente, se torne público, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º 3 do art. 5º da LVCR.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Esta também é uma obrigação que decorre da Lei, a aprovação do Mapa de Pessoal. Conforme puderam verificar nos documentos que foram apresentados e na proposta que foi apresentada, nós neste Mapa de Pessoal procuramos traduzir aquelas que são as necessidades previsionais dos postos de trabalho. Permita-me Senhor Presidente que comece este ponto por falar e por dar o exemplo para percebermos o que estamos a discutir nas necessidades previsionais e no valor atribuído no Orçamento que ainda está em vigor para 2011, que foram previstos 216.000,00€ (duzentos e dezasseis mil euros) em Orçamento que na altura até foi bastante falado esse valor, mas dar-vos nota que desse valor foi consumida a verba de 92.000,00€ (noventa e dois mil euros), não por entrada de nenhuma pessoa na Câmara Municipal mas sim por duas alterações de posição remuneratória, duas promoções, uma Chefia de Divisão no Centro Lúdico e uma Chefia de Departamento naquilo que são as Obras Municipais. Aquilo que nós trazemos aqui, para aprovar, não é a abertura de concursos para admissão de pessoal, é sim no Mapa Previsional a colocação de a tipificação daquilo que no caso de ser estritamente necessário e de ser aprovado noutras instâncias, porque*

*não depende só da vontade da Câmara Municipal, mas se não estiver inscrito no Mapa de Pessoal não há qualquer possibilidade de abrir o procedimento concursal e portanto, dizer que, aquilo que nós prevemos são: 6 postos de trabalho a nível operativo, ou seja, Assistentes Operacionais, - aquilo que são os operacionais dos diversos trabalhos que temos na Câmara Municipal; 2 Técnicos Superiores, um na área paisagista, ou seja, alguém ligado á área paisagista e em termos de geografia do ordenamento do território e depois também um Assistente de Mobilidade Externa, ou seja, estamos a falar de pessoal também ele operacional. Deixem-me dizer-vos que relativamente aos encargos com pessoal a verba que nós incluímos tendo em conta o deve e o haver, os que saem e a eventualidade de podermos admitir, a verba é 46.000,00€ (quarenta e seis mil euros), podem dizer: - então mas é tão pouco? Os 46.000,00€ (quarenta e seis mil euros) correspondem a cinco meses, porque sabemos perfeitamente que se houver admissão, se houver admissão que eu acho tremendamente difícil, mas se houver admissão os procedimentos concursais a serem abertos, os concursos a decorrer, nós só vamos efetivamente ter despesa para lá do mês sete e portanto, estamos a contabilizar apenas cinco meses e daí só a verba dos 46.000 (quarenta e seis mil). Naquilo que diz respeito à diminuição dos funcionários nós também estamos naturalmente e como não podia deixar de ser, a cumprir as reduções, há uma projeção de saídas para 2012 de 18 trabalhadores, não sabemos se saem ou não saem, é uma projeção, tem a ver com as juntas médicas, tem a ver com a questão da aposentação como sabem agora é pedida e depois pode vir indeferido como tem acontecido em algumas situações, portanto também nessa matéria nós estamos a cumprir com aqueles que são os nossos objetivos e que decorre também da legislação em vigor. Dar-vos nota também que continuamos conforme já tive oportunidade de dizer (não vou maçar-vos com os números), continuamos a reduzir o número de pessoal, o número de funcionários na Câmara Municipal e portanto, esse é um trabalho que vamos continuar a fazer e, o que estamos a fazer hoje, eu lembro-me que o ano passado até houve alguma confusão e depois até saiu nalguns sítios que “Câmara Municipal vai admitir não sei quantas pessoas”, não é isso, o que estamos a fazer é no Mapa de Pessoal a criar condições para no caso de ser estritamente necessário e de ser aprovado e para isso é preciso estar no Mapa de Pessoal ou então proceder depois a alterações mas isso tudo demora muito mais tempo, portanto este também é um exercício previsional mas que decorre da lei e aqui fica esta explicação. Muito obrigado.=====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Campos.=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos, se nos recordamos da discussão em sede de Assembleia Municipal ocorrida no ano transato lembramo-nos que foi um*

ponto que gerou amplo debate e levantou bastantes reticências por parte de alguns Deputados Municipais. Recordo que nessa altura estava inscrita no orçamento para 2011 uma verba de 216 mil euros para novos recrutamentos, estando salva a possibilidade de nesse mesmo ano recrutar 18 potenciais novos colaboradores. Um ano depois, o que podemos constatar é que a projeção que o executivo apresentou assim como a explicação e detalhe da mesma, evidenciados aquando da discussão do orçamento de 2011, veio de facto a concretizar-se. Conclui-se que não havia justificação para alguma desconfiança que à data da discussão foi visível. De facto, no ano passado, por esta altura, foi explicado que os valores que atrás mencionei estavam inscritos no orçamento como medida de precaução para eventuais necessidades de recrutamento que viessem a ocorrer. Estas necessidades, caso se efetivassem, seriam decorrentes de fatores externos e excepcionais, não previstos pelo executivo pois o objetivo da Câmara Municipal era evitar contratações de modo a controlar a rubrica de gastos com pessoal e por isso não estava prevista a abertura de novos recrutamentos. Assim aconteceu de facto e no ano de 2011, não houve uma única contratação, nem foi aberto nenhum concurso para admissão de novos colaboradores. Os números que são apresentados sobre a evolução do número de funcionários são de ano para ano demonstrativos do esforço que tem vindo a ser implementado na necessária redução do quadro de pessoal da Câmara Municipal. No final de 2009 os colaboradores do Município ascendiam a 583, reduzindo em 2010 para um total de 578 funcionários. Em 2011 a redução ainda foi mais significativa, apresentando uma diminuição de 25 pessoas nos quadros do Município, totalizando 554 no final do corrente ano. Resumindo, constatamos que desde 2009 ocorreu uma redução efetiva de 29 pessoas, ou seja, uma redução de aproximadamente 6% nos últimos 3 anos. É assim uma realidade que as despesas com pessoal têm vindo a diminuir, prevendo-se a manutenção da tendência de decréscimo também em 2012. Embora a consolidação desta tendência não seja alheia às alterações que estão definidas no orçamento de Estado e que afetam as remunerações e subsídios do sector público, é importante salientar que a redução das despesas com pessoal tem também a ver obviamente com a diminuição do número de colaboradores afeto ao quadro do Município. Para o ano de 2012 está previsto um montante de 46 mil euros para novos recrutamentos, que suporte a necessidade identificada pelos serviços de contratar nove funcionários. É importante no entanto referir que estas possíveis contratações não significarão, até por força das obrigações legais a que o município está sujeito, um aumento global do número de funcionários. Seguramente serão vários os casos de colaboradores que por força de aposentação, ou outros motivos, sairão do quadro em 2012 pelo que se espera que também o ano de 2012 apresente um saldo entre entradas e saídas de funcionários que consolide a tendência de decréscimo demonstrada nos últimos 3 anos. Em nome da bancada do PSD o que pedimos ao executivo camarário sobre esta matéria é que continue o esforço de emagrecimento do quadro de pessoal, sem no entanto descuidar as necessidades de pessoal que cada sector ou departamento camarário possam ter a cada momento, de modo a manter as condições para prestar os competentes e atempados serviços às populações, que já se verificam atualmente. ==

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar o Mapa Anual de Pessoal para 2012, com seguinte votação: votos a favor - vinte e três do PSD, dois do CDS/PP e um do Independente; abstenções - treze do PS.* =====

===== **Ponto seis:** *Empréstimo de curto prazo para o ano económico 2012 – Autorização.*

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pela única Instituição de Crédito que respondeu à carta/convite para contratação de empréstimo de curto prazo para o ano de 2012, no montante até € 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil euros) destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, a qual se transcreve: “Considerando: - Que da consulta efetuada às entidades bancárias, no âmbito da consulta n.º 01/2011 proposta para empréstimo a curto prazo para o ano económico 2012, não resultou qualquer proposta; - A informação interna n.º I/109223/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, efetuada pelos serviços, e meu despacho exarada na mesma; - Consulta n.º 1/2011 – 2ª Fase – empréstimo a curto prazo para o ano económico 2012, nos termos e condições da informação interna n.º I/109223/2011; - O relatório da Comissão de análise, documento este que fica igualmente arquivado em pasta anexa ao livro de atas, propõe-se: Retificação do meu despacho à informação interna n.º I/109223/2011; - A adjudicação à Caixa Geral Depósitos, nos termos e condições por eles apresentados; - A dispensa de audiência prévia, nos termos do artigo 103º, n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, dado não haver matéria que suscite dúvidas na vantagem da proposta e que tal diligência poderá comprometer a execução ou utilidade da decisão. Remeta-se à Assembleia Municipal para as devidas autorizações nos termos da Lei das Autarquias Locais.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de uma proposta de um empréstimo de 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros), feito à Caixa Geral Depósitos, com um spread de 5,25% não é o melhor spread do mundo, mas entre ter este ou não ter nenhum foi preferível ter este. Sendo certo que também atendendo até à conjuntura, a utilização desta verba só em caso de estrita necessidade e portanto é a proposta que temos e não foi fácil deixem-me dizer-vos isto, porque o emprestar dinheiro às câmaras é uma coisa que os bancos não estão a gostar de fazer.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2012.* =====

===== **Ponto sete:** *Tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais e taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1) Que os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidos nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação (art. 9.º n.º 1 da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro); 2) Que as taxas e outras receitas municipais, previstas na tabela, serão atualizadas ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação continental publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses contados de Novembro a Outubro inclusive (art. 8.º n.º 1 do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais - RTTLORM); 3) O Regulamento Municipal de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas publicado pelo Regulamento n.º 297/2010 na 2ª Série do Diário da República de 25 de Março de 2010; 4) O art. 59º do Regulamento, de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas prevê que “As taxas previstas nos quadros integrantes do presente Regulamento serão atualizadas ordinariamente e anualmente, em função dos índices de inflação continental, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, acumulados durante 12 meses contados de Novembro a Outubro inclusive.”; 5) Que, no que não esteja previsto, são aplicáveis subsidiariamente e de forma sucessiva as normas previstas no art.º 2.º do RGTAL e, ainda, o regime geral das contra-ordenações, com as necessárias adaptações, e, na falta delas, os princípios gerais de direito fiscal e administrativo (art.º 33.º n.º 2 do RTTLORM); 6) O art.º 57º do Regulamento de taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas, estabelece que as dívidas resultantes da aplicação do regulamento serão resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação de lacunas submetido a decisão pelos Órgãos competentes; 7) O apuramento do custo das taxas constantes do Ponto II -2.3 do Relatório de Fundamentação Económica-Financeiro, no número 2.3.4 anexo e parte integrante do RTTLORM, em que se considerou a relevância da variação necessária para cobertura dos custos diretos, o valor proposto promoveu o aumento da taxa em 25% da variação necessária, permitindo a cobertura de custos a 4 anos; 8) A situação de crise e recessão profunda global, que desencadeia situações concretas de asfixia financeira quer nas famílias quer nas empresas; 9) As atribuições do Município no domínio da promoção do desenvolvimento local (art.º 13.º n.º 1 alínea n) e art.º 28.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro), nomeadamente através do amortecimento dos efeitos da crise nas famílias e do estímulo à economia local, às empresas e ao comércio; 10) O papel preponderante do Município na garantia da legalidade e no cumprimento, por parte dos munícipes das normas e regulamentos aplicáveis às diversas situações, propõe-se: 1) A não atualização ordinária da*

*tabela de taxas, nos termos e para os efeitos dos art.º 9.º n.º 1 da Lei n.º 53- E/2006, de 29 de Dezembro, 8.º n.º 1 e 33.º n.º 2 do Regulamento e da Tabela de Taxas, Licenças e outras Receitas Municipais – RTTLORM e art.º 59.º do Regulamento de Taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas; 2) A não atualização das taxas de acordo com o Ponto II – 2.3 do Relatório de Fundamentação Económica-Financeiro, ao abrigo do art.º 13.º n.º 1 alínea n) e art.º 28.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; Remeta-se à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea e) do n.º 2 do artigo n.º 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei n.º 5-A/202 de 11 de Janeiro.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto tem a ver com o contexto que estamos a viver e atendendo à crise, decidimos, a Câmara Municipal decidiu não fazer a atualização destas taxas e portanto suspende-las, mantêm-se as que estão em vigor no ano de 2011. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado unanimidade aprovar a não atualização da tabela de taxas, licenças e outras receitas municipais e taxas relacionadas com a atividade urbanística e operações conexas. =====*

*===== **Ponto oito:** Contrato-Programa Desenvolvimento Desportivo com Associações/Clubes – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “No seguimento do deliberado em reunião do executivo de 06/12/2011, e tendo-se verificado que o objeto constante das minutas referentes às entidades, Grupo Desportivo de S. Roque, Atlético Clube de Cucujães e Futebol Clube Cesarense, não correspondiam ao pretendido, propõe-se: 1- A revogação das minutas de atribuição no Âmbito da Formação Desportiva 2010/2011, aprovada em reunião de Câmara de 06/12/2011, com as entidades acima referidas; 2-Aprovação das minutas de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar com as referidas entidades, documentos estes que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas; 3– Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Muito obrigado. A proposta que aqui trazemos à Assembleia Municipal para discutir e aprovar neste ponto tem a ver com os apoios por via de contrato-programa de desenvolvimento desportivo que vamos fazer com o Grupo Desportivo de S. Roque, com o Atlético Clube de Cucujães e com o Futebol Clube Cesarense. E deixe-me já agora aproveitar esta intervenção para dividir e explicar porque é que estão as verbas desdobradas, no caso do Grupo Desportivo de S. Roque são 15.000,00€ (quinze mil euros) e 2.100,00 € (dois mil e cem euros) para o apoio à formação desportiva, como sabem é 30,00€ (trinta euros) por atleta federado, na questão do Atlético Clube de Cucujães estamos a falar da aprovação de um contrato de 39.470,00€ (trinta e nove mil quatrocentos e setenta euros), são 35.000 (trinta e cinco mil) para obras que foram executadas e que estão a ser executadas e 4.470 (quatro mil quatrocentos e setenta) para apoio à formação desportiva ao número de atletas inscritos em termos de formação, o que dá 39.470 (trinta e nove mil quatrocentos e setenta) e com o Futebol Clube Cesarense são 10.000 (dez mil) para obras e 5.910 (cinco mil novecentos e dez) de subsídio à formação. Portanto resumindo: 17.100,00€ (dezassete mil e cem euros) para o Grupo Desportivo de S. Roque; 39.470,00€ (trinta e nove mil e quatrocentos e setenta euros) para o Atlético Clube de Cucujães e 15.910,00€ (quinze mil novecentos e dez euros) para o Futebol Clube Cesarense. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa Desenvolvimento Desportivo com o Grupo Desportivo de S. Roque, o Atlético Clube de Cucujães e o Futebol Clube Cesarense. =====*

===== **Ponto nove:** *Contrato-Programa Formação Desportiva 2010/2011 (Clube Desportivo Loureiro, Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta e Grupo Desportivo “Os Leões do Monte”) – Autorização. =====*

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.*

46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: "3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;" - O regime dos contratos programas de desenvolvimento desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de Outubro; propõe-se: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com as Associações/Clubes constantes da listagem identificada como ANEXO I; 2- Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto vem á parte porque, estas três instituições, estes três clubes os contratos referem-se, única e exclusivamente para formação desportiva: Clube Desportivo de Loureiro são 2640,00€ (dois mil seiscentos e quarenta euros); Grupo Juvenil Pinheiro da Bemposta são 780,00€ (setecentos e oitenta euros) e para o Grupo Desportivo "Os Leões do Monte" são 30,00€(trinta euros), é só de formação desportiva. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa Formação Desportiva 2010/2011 com o Clube Desportivo de Loureiro, o Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta, e o Grupo Desportivo "Os Leões do Monte". =====

===== **Ponto dez:** Contrato-Programa Desenvolvimento Desportivo com o Sporting Clube Bustelo – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres

dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art. 46.º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: "3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;" - Da conjugação do citado art. 46º com os art. 1º e 3º do Decreto - Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, resulta a obrigatoriedade da realização de Contrato Programa para a atribuição de participação financeira, limitando-se o âmbito desta, a "plano" ou "proposta", que não constitua encargo ordinário; Os fins prosseguidos pelo Sporting Clube de Bustelo, designadamente a promoção desportiva, cultural, recreativa e formação dos seus associados e da população local, em geral, bem como desenvolver as modalidades desportiva de futebol, propõe-se: - A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Sporting Clube de Bustelo - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Aqui é um contrato-programa de desenvolvimento desportivo com o Sporting Clube de Bustelo de apoio à bancada que foi feito no Estádio do Sporting Clube de Bustelo, bancada e parte social, sala de reuniões da Direção e garagem da carrinha e é no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), portanto é para esse fim, para a questão da bancada.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa Desenvolvimento Desportivo com o Sporting Clube de Bustelo. =====

===== **Ponto onze:** Contrato-Programa com a Banda Musical de S. Martinho de Fajões – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando - O quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais, instituído pela Lei n.º159/99 de 14 de Setembro, designadamente na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sócio-cultural e de tempos livres; - O teor do ofício da Banda de Música S. Martinho de Fajões, de 30 de Novembro de 2011, com o assunto "Pedido de apoio; PRODER

– Programa de Desenvolvimento Rural – PA n.º020000901005, respeitante a “um investimento de 77.305,64 euros, ao abrigo do PRODER e supervisionado pela ADRITEM, destinado a obras de adaptação e beneficiação da nossa sede”, propõe-se: - A aprovação da minuta de Contrato-Programa, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Banda Musical S. Martinho de Fajões; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) do n.º 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, estamos a falar de uma Associação, neste caso de uma Banda de Musical, a exemplo de muitas outras que aproveitaram as verbas disponíveis no PRODER através da ADRITEM, que apresentaram essas candidaturas e que foram aprovadas e portanto esta obra está concluída, teve o valor elegível de 77.675,70€ (setenta e sete mil seiscentos e setenta e cinco euros e setenta cêntimos) e portanto a nossa comparticipação é no valor de 20% do valor elegível, o que significa 15.535.14€ (quinze mil quinhentos e trinta e cinco euros e catorze cêntimos) que aqui aprovamos para a Banda Musical de S. Martinho de Fajões.=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Lourenço. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Lourenço, do PS. =====

===== Excelentíssima Mesa, digníssimos Colegas, Público, Comunicação Social. Permitam-me que faça uma pequena referência à importância das coletividades locais. As mesmas, como devem saber, surgiram como resposta às necessidades das populações substituindo na sua atividade funções sociais que seriam originalmente atribuídas ao estado. Desde a sua génese têm contribuído significativamente para o desenvolvimento do espaço geográfico e social em que estão inseridas, funcionam como espaço de partilha de construção que procura não reproduzir as desigualdades sociais arrefeidas na nossa sociedade e pugnam por uma sociedade inclusiva. A sua utilidade enquanto promotoras da verdadeira cidadania ativa é amplamente reconhecida pela sociedade portuguesa. Nos nossos dias quem se encontrar desprovido de autonomia económica, encontra-se igualmente em situação de manifesta exclusão social. As coletividades têm nesse sentido uma função decisiva, são o garante do respeito nomeadamente pelos deveres e direitos culturais, recreativos e desportivos constitucionalmente consagrados de todas as cidadãs e cidadãos. Não obstante todos estes factos, as mesmas subsistem com enormes dificuldades e carências para poderem desenvolver o seu trabalho

*apesar de muitas coletividades e instituições apresentarem saldos positivos ou pelo menos conseguirem cobrir as suas despesas inerentes às suas atividades em particular as coletividades de cultura, recreio e desporto as mesmas veem-se forçadas a restringir o seu campo de ação. No caso em apreço e que originou esta minha intervenção, não faço em causa própria mas sim conhecimento de causa e principalmente como membro desta Assembleia, é por isso que me apraz verificar a celebração deste protocolos e, dos anteriores, não estando o Município a isso obrigado, o que é certo e motivo de justo reconhecimento, é que o mesmo se coloca ao lado das instituições neste momento de enorme dificuldades tornando-se desta forma um bom parceiro. Não obstante verificarmos a celebração deste ou destes protocolos, outras instituições e autarquias têm candidaturas aprovadas e com obras em curso com conclusão prevista para o ano que agora vai começar sem que tenham também sido chamadas a celebrar protocolo. Não queremos pensar que o Município não confia nas suas Associações pois todos devemos e temos obrigação de trabalhar em parceria. O resultado destas candidaturas será inegavelmente um a mais-valia para o nosso concelho. Sendo que deve ser do interesse do Município que todos os projetos sejam concluídos e conseqüentemente colocados à disposição das populações. Como já foi afirmado, em que as associações e entidades alvo de candidaturas aprovados, serão igualmente ajudadas, o que é certo, é que no desenvolvimento dos seus projetos e no momento em que estas têm que se financiar junto de outros parceiros, um protocolo seria e será sempre uma mais-valia e uma garantia para o cumprimento parcial de compromissos entretanto assumidos. Acrescentaria também um outro facto, que é o do justo receio: “o que hoje é possível, no próximo ano pode não ser”. Senhor Presidente, Caros Colegas, a todos desejo um excelente Ano de 2012. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Dar só uma brevíssima explicação ao Senhor Deputado José Lourenço, agradecer-lhe a sua intervenção e dizer-lhe que no caso da Banda de Musica de S. Martinho de Fajões, o protocolo vem cá agora, está a obra concluída e portanto estamos a assumir factualmente o compromisso que foi feito verbalmente e portanto dizer que, enquanto a Câmara Municipal puder, cá estaremos para cumprir com a participação, ou seja, acho que não fazemos mais do que a nossa obrigação. Mas também é importante percebermos que, quando às vezes se diz porque não está numa rubrica direta apoio ao movimento associativo X, estes apoios são apoios ao movimento associativo, estamos a falar de candidaturas ao PRODER via ADRITEM, só para perceberem no Município de Oliveira de Azeméis neste momento estão 20 candidaturas aprovadas, entre particulares, instituições, associações e naquilo que diz respeito às participações previstas pela Câmara Municipal nessas candidaturas ao PRODER não é tão pouco como isso, estamos a falar de 375.000.00€ (trezentos e setenta e cinco mil euros) e portanto, percebam que isto, naturalmente quando*

*falamos do rigor e do critério no apoio ao investimento também temos de contar com estes apoios e com estas participações, que eu nem as discuto, nem faço política com elas, portanto eu acho que são importantes em manter, porque quanto mais forte for o movimento associativo mais forte é o concelho, enquanto nos for possível fazer e espero que sempre nos seja possível fazer, nós cá continuaremos a dar o nosso contributo. Só com uma nota, também deixem-me dizer-vos isto, não é o caso de nenhuma Junta de Freguesia que aqui está presente, mas importa também que quando nos abalançamos a estes projetos ter uma palavra prévia, para perceber e dizer olhe eu estou a pensar fazer isto, é expectável que a Câmara Municipal apoie X, como é, apoia ou não apoia? Que é para depois nós também não sermos surpreendidos com os projetos aprovados e dizerem: - mas no passado foi assim, estão ver, não é? Até para podermos prever, para podermos ter esse cuidado. Mas, em resposta ao Senhor Deputado Lourenço, a nossa intenção é claramente continuar a apoiar em 20% estes projetos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa com a Banda Musical de S. Martinho de Fajões. =====*

*===== **Ponto doze:** Protocolo de colaboração financeira com a Fundação La-Salette – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Fundação La-Salette tem contribuído para implementar o desenvolvimento do Município, numa vertente social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando as suas potencialidades, nomeadamente do Parque de La-Salette; - O Município, desde a constituição da Fundação, assumiu a vontade explícita de constituir um garante financeiro, ainda que inicial, da mesma; - Que são atribuições do município os princípios e objetivos que se propõe desenvolver a Fundação, nomeadamente ao nível do património, cultura e ciência, tempos livres, desporto, ambiente e promoção do desenvolvimento (als. e), f), l) e n), nº 1 do art. 13º e artigos 20º, 21º, 26º e 28º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro; Propõe-se - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Fundação La-Salette, que tem por objeto o financiamento das atividades e apoio a investimentos no Parque da La-Salette e respetivos equipamentos ou infraestruturas acopladas aos projetos materiais ou imateriais de dinamização do mesmo, a desenvolver pela Fundação La-Salette (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do mesmo diploma.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Senhor Presidente, conforme também já foi, aliás temos depois a ratificação no ponto seguinte de um outro despacho relativamente à Fundação La-Salette a questão deste dois pontos tem muito a ver, conforme também já foi dito, com o decorrer das obras e como sabem há sempre uma percentagem de fundos comunitários e há sempre a nossa contrapartida e portanto, nós no ponto de vista de uma gestão eficaz dos recursos também temos que muitas vezes de acelerar os pagamentos das obras que são financiadas pelo QREN porque quanto mais depressa pagarmos mais depressa recebemos a comparticipação QREN e PRODER e portanto aqui também é para permitir ter alguma agilidade financeira para procurar maximizar ao máximo a receita. Só para perceberem hoje, dia 30, conseguimos ainda felizmente arrecadar 270.000,00€ de candidaturas, no último dia estão a ver, porquê? Porque pagamos àqueles fornecedores no tempo certo, no início desta semana, em contra relógio e dá-nos muito jeito e foram 270.000,00€ que chegaram hoje de manhã. E portanto é um bocadinho para termos alguma agilidade, para podermos pagar e não estar à espera da Assembleia Municipal seguinte para poder depois aprovar estas coisas. Muito obrigado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor José Ramos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS.* =====

===== *Sobre estes dois pontos, que tem a ver com a Fundação La-Salette, já era minha ideia também junta-los. E venho aqui trazer a declaração de voto da nossa bancada, vou transmitir qual é a nossa intenção de voto sobre estes dois pontos, que é a mesma declaração de voto e o voto é no mesmo sentido, que é da abstenção. Visto que desde de abril que foi a última vez que votamos um protocolo para a Fundação La-Salette não houve nenhuma alteração jurídica que nos obrigasse ou que nos fizesse pensar em alterar o nosso sentido de voto, é esta a razão principal porque continuamos a abster-nos sobre assuntos relacionados com a Fundação.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidente deixe-me só dar uma brevíssima explicação a esta intervenção e julgo que também servirá de esclarecimento a todos. Nós já tivemos uma reunião com o Senhor Secretário do Estado da Presidência do Conselho de Ministros, que é quem superentende a questão das Fundações, vai haver nova legislação relativamente às Fundações, os processos ficaram todos suspensos, nós indicamos, levamos as nossas argumentações e portanto aguardamos e isto ficou combinado que até ao primeiro trimestre de 2012, estas situações teriam todas elas no país de serem resolvidas e portanto, nós estamos também em fila*

*para resolver e de uma vez por todas esclarecermos ou para o mar ou para a serra, desde que se não coloque em causa os investimentos que os Senhores todos apreciam no Parque e que esperemos que eles estejam prontos o mais depressa possível. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do protocolo de colaboração com a Fundação La-Salette com a seguinte votação: a favor – quinze do PSD e do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – dois do CDS/PP e treze abstenções do PS, o Presidente da Junta de S. Roque e o Presidente da Junta de S. Martinho da Gândara não participaram na votação deste ponto por se considerarem impedidos. A bancada do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “ Nos termos do artigo 158, nº 2 do código civil, as fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de Ministros. Visto ainda não ter sido comprovado a esta Assembleia Municipal que esta fundação obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente não possuindo assim personalidade jurídica, não podendo, por isso, ser titular de relações jurídicas. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Assembleia Municipal no que se refere ao ponto 12 e 13 da ordem de trabalhos. =====*

*===== **Ponto treze:** Ratificação de despacho e adenda ao protocolo com a Fundação La-Salette – Ratificação / Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que: - Em 4 de Maio de 2011, foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Fundação La-Salette, que tem por objeto o financiamento das atividades desta, incluindo a realização das Festas de La-Salette, bem como a contratualização de bens e serviços necessários para o efeito; - Que se verificou que o montante da comparticipação, ficou aquém das efetivas atividades desenvolvidas e ainda em curso, até ao final do ano; - Nessa sequência, foi em 19 de Setembro corrente, celebrada Adenda ao referido Protocolo (que se anexa), alterando-se o teor do número um da cláusula Segunda e acrescentado um número quatro à cláusula Terceira, do Protocolo; - Face à urgência imperiosa no reforço de verba no valor total de € 65.000,00 (Sessenta e cinco mil euros), para fazer face aos compromissos assumidos e despesas de atividades ocorridas e em curso (Conforme ofício da Fundação La-Salette de 8 de Setembro do ano corrente), em 19 de Setembro de 2011, foi proferi Despacho a autorizar o pagamento de 15.000,00 € (Quinze mil euros), propõe-se: - A ratificação do Despacho e Adenda ao Protocolo de Colaboração com a Fundação La-Salette, (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), bem como de todos os atos entretanto praticados, com efeitos reportados às datas em que os mesmos respeitem ou foram praticados, em cumprimento do estabelecido no nº 3 do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na*

*redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que se remeta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º, do mesmo diploma.” =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a ratificação da adenda ao protocolo de colaboração celebrado com a Fundação La-Salette com a seguinte votação: a favor – quinze do PSD e do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; contra – dois do CDS/PP e treze abstenções do PS, o Presidente da Junta de S. Roque e o Presidente da Junta de S. Martinho da Gândara não participaram na votação deste ponto por se considerarem impedidos. A bancada do CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto: “ Nos termos do artigo 158, nº 2 do código civil, as fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de Ministros. Visto ainda não ter sido comprovado a esta Assembleia Municipal que esta fundação obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente não possuindo assim personalidade jurídica, não podendo, por isso, ser titular de relações jurídicas. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do princípio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Assembleia Municipal no que se refere ao ponto 12 e 13 da ordem de trabalhos.=====*

*===== **Ponto catorze:** Protocolo de Colaboração com a Associação de Pais da EB 2,3 Comendador Ângelo Azevedo – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Os princípios consagrados no Regime Jurídico da Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril; - Que as atividades de animação e de apoio à família, no âmbito da educação pré-escolar devem ser objeto de planificação pelos órgãos competentes dos agrupamentos de escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com o Município a sua realização de acordo com o Protocolo de Cooperação, de 28 de Julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar; - Que quando as necessidades das famílias o justifica, pode ser oferecida uma Componente de Apoio à Família no 1º ciclo do Ensino Básico, a assegurar por entidades, como associações de pais, autarquias ou instituições particulares de solidariedade social que promovam este tipo de resposta social, mediante acordo com os agrupamentos de escolas, devendo esta componente assegurar o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois das atividades curriculares e de enriquecimento, e/ou durante os períodos de interrupção das atividades lectivas, conforme disposto no Despacho nº 8683/2011, da Senhora Ministra da Educação, publicado no Diário da República nº 122 (2ª*

Série) de 28 de Junho; - O interesse em regular a oferta de atividades de animação socioeducativa, a serem desenvolvidas no OTL do Centro Escolar Comendador Ângelo Azevedo; - Ao abrigo da alínea a) e b) nº 4 do artigo 64º e autorização concedida nos termos da alínea m) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com o Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo e Associação de Pais da EB2,3 Comendador Ângelo Azevedo, ao abrigo das alíneas b) e d), nº 4 do art.º 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto é para resolver aqui uma questão que tem a ver com os períodos do OTL e da Componente de Apoio á Família e as Atividades de Animação Socioeducativas e nós encontramos esta solução, pode não ser a melhor solução mas que é uma solução prática para ultrapassar o problema e para o resolver. Que tem a intervenção prestimosa da Associação de Pais, do Agrupamento de Escolas e da Camara Municipal e portanto, nós estamos a procurar encontrar sempre outras soluções para estas questões e neste caso não foi possível e portanto aqui vem para ser aprovada esta solução.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quinze:** Protocolo com a DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – Ratificação. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando – Que o art.º 27º da Lei n.º 159/99 de 14 de Dezembro, estabelece como competências dos órgãos municipais, no domínio da defesa do consumidor, a promoção de ações de informação e defesa dos direitos do consumidor e apoio às associações dos consumidores; - Que a DECO pela sua expressão nacional e pela sua experiência, decorrente do seu Gabinete de Apoio ao Sobreendividado, poderá dar ao Município de Oliveira de Azeméis uma importante colaboração na organização de um serviço informativo e de apoio ao cidadão sobreendividado do Concelho de Oliveira de

*Azeméis; - O parecer prévio favorável ao desenvolvimento da prestação de serviços, por preenchimento dos requisitos, em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal de 13 de Setembro de 2011, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que tem por objeto a cooperação e desenvolvimento de projetos que podem ser potenciados em conjunto com o Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor do Concelho de Oliveira de Azeméis, a fim de promover, a informação, educação financeira e o aconselhamento aos cidadãos; a sensibilização dos cidadãos para esta temática; a realização de ações de formação e de educação para a prevenção do endividamento excessivo e do sobreendividamento; - Se remeta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” ==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Já hoje falamos muito em endividamento e sobreendividamento e portanto este protocolo com a DECO também vem de alguma forma criar condições para que os oliveirenses possam recorrer ao nosso SIAC (Serviço de Informação e Apoio ao Consumidor) e também, neste caso ao Gabinete de sobreendividamento. Que a DECO tem um currículo invejável e uma prestação de serviços nesta matéria que é reconhecido por todos e portanto é mais um serviço que prestamos mas para isso precisamos de aprovar este protocolo. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a ratificação ao protocolo de colaboração celebrado com DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor. =====*

*===== **Ponto dezasseis:** Protocolo de Colaboração entre o Município de Oliveira de Azeméis e a mentora do Projeto Clube de Inteligência Emocional na Escola - “Aprender a Ser Feliz” – Drª Maria Manuela Queirós – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O interesse mútuo em promover o Projeto Clube de Inteligência Emocional na Escola – ”Aprender a Ser Feliz” junto das Instituições Particulares de Solidariedade Social e congéneres do Concelho de Oliveira de Azeméis; A importância de desenvolver ações de educação e desenvolvimento de*

*competências emocionais que proporcionem um maior bem-estar pessoal e social de forma a contribuir para o sucesso escolar e para a diminuição de comportamentos e atitudes de indisciplina, agressividade e de desmotivação dos nossos alunos e para a diminuição dos comportamentos de risco nos jovens; ·O interesse e necessidade sentida pelo Município de Oliveira de Azeméis, através da área da Rede Social, da Divisão Municipal de Ação Social, em criar parcerias que permitam a melhoria da sua ação em prol do desenvolvimento e coesão sociais, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º conjugado com a alínea m) do n.º2 do art.º 53º e 67º da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta do Protocolo, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.”=====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito útil nos tempos que correm “Aprender a Ser Feliz”, mas isto é só para as escolas. Estamos a falar de um protocolo de 300,00€ (trezentos euros) que o nosso Vereador da Educação acha importante e a nossa comunidade educativa também e portanto, aqui trazemos este protocolo para ser aprovado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezassete:** Protocolo de colaboração financeira com o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo – Autorização. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições estabelecidas às Autarquias Locais pela Lei n.º159/99 de 14 de Setembro; - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica no âmbito da ação social, de apoio às crianças e jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias em geral; - Que a construção, ampliação ou beneficiações de equipamentos de âmbito social são cada vez mais determinantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, e por tal de interesse público coletivo e municipal; - O critério que tem vindo a ser adotado pelo Executivo em participar no custo de obras e equipamentos que sejam considerados de reconhecido interesse municipal; - O programa criado pela Portaria nº 426/2006 de 2 de Maio (PARES), com finalidade de apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais; - O protocolo de colaboração n.º 116/2007, tendo por objeto apoio à construção de Creche e Serviço de Apoio Domiciliário, no âmbito específico da Candidatura ao PARES*

*Propõe-se - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do mesmo diploma;”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Tem a ver com a obra social, do Centro Social de Pindelo e tem a ver com um compromisso também antigo que havia para os arranjos exteriores do edifício, portanto estamos a falar de uma excelente obra, de uma imponente obra, que vai ser brevemente inaugurada e havia este compromisso de fazer estes trabalhos e portanto aqui vem este protocolo é no valor de 30.000,00€ (trinta mil euros) para fazer face à despesa dos arranjos exteriores do Centro Social Cultura e Recreativo de Pindelo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Centro Social Cultural e Recreativo de Pindelo.* =====

===== **Ponto dezoito:** *Protocolo de colaboração financeira com o Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições estabelecidas às Autarquias Locais pela Lei n.º159/99 de 14 de Setembro; - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica no âmbito da ação social, de apoio às crianças e jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias em geral; - Que a construção, ampliação ou beneficiações de equipamentos de âmbito social são cada vez mais determinantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, e por tal de interesse público coletivo e municipal; - O critério que tem vindo a ser adotado pelo Executivo em participar no custo de obras e equipamentos que sejam considerados de reconhecido interesse municipal; - O programa criado pela Portaria nº 426/2006 de 2 de Maio (PARES), com finalidade de apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais; - O protocolo de colaboração nº 025/2007, tendo por objeto apoio à construção do Lar de Idosos, no âmbito específico da Candidatura ao PARES; Propõe-se - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de*

*Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Centro Social e Paroquial de Pinheiro da Bemposta, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do mesmo diploma.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Muito similar ao anterior, de valor inferior 15.000,00€ (quinze mil euros), o espaço de intervenção também não é tão grande há aqui até grande parte na via pública mas com muita insistência e colaboração também ali do nosso (numa dupla função) Presidente da Junta e Tesoureiro (não é presidente), Tesoureiro do Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta, lá conseguimos fazer e portanto estamos cá para agora aprovar este protocolo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração com o Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta.* =====

===== **Ponto dezanove:** *Protocolo de cedência de instalações com o Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a prática desportiva é um meio de ocupação de tempos livres que se traduz positivamente na formação pessoal e social dos jovens, contribuindo para a construção de estilos de vida saudáveis; - Que o aproveitamento das instalações desportivas existentes no Município, nomeadamente no parque escolar, se enquadra na política integrada e de rentabilização de recursos que subjaz à ação da autarquia e que é concordante com as orientações do Governo, propõe-se - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com o Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo da alínea b) do n.º4 do artigo 64º e 67º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, que tem por objeto a cedência do pavilhão gimnodesportivo e campos exteriores, visando a prática desportiva; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do referido diploma legal.”* =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Estamos a falar de um protocolo de cedência de instalações no valor de 500,00€ (quinhentos euros) mensais, com o Agrupamento Escolas Comendador Ângelo Azevedo. E a razão deste protocolo, isto tem uma explicação e é uma bonita explicação porque é um projeto muito acarinhado na freguesia e muito em particular ali pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, tem a ver com o ENESSE Basquetebol, é um projeto jovem, é um projeto novo, é um novo clube de basquetebol no concelho, está sediado na freguesia de S. Roque, vai ter mais prendas durante o próximo ano esperemos nós e portanto é mais do que justo permitir-lhes que eles possam treinar quando não chove num espaço melhor do que quando está o tempo seco. E portanto, já temos isto também com outras escolas, é uma questão de justiça e é também uma questão pertinente e de necessidade para este projeto novo que queremos que tenha naturalmente futuro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de cedência de instalações com o Agrupamento de Escolas Comendador Ângelo Azevedo. =====

===== **Ponto vinte:** Protocolo de colaboração com a UAC – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local; - Que a realização de projetos de âmbito promocional das atividades económicas do município, não são passíveis de alcançar os resultados desejáveis sem a participação de parceiros públicos e privados; - A imprescindível e reconhecida intervenção da UAC no desenvolvimento e dinamização de ações de animação e de promoção de centro urbano de Oliveira de Azeméis, desde a sua criação; - As competências dos órgãos municipais no domínio de apoio ao desenvolvimento local consignadas designadamente, no artigo 28.º da lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, propõe-se: 1 - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, que tenha como objeto estabelecer os termos da colaboração institucional entre o MUNICÍPIO e a UAC, na organização do projeto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano ”FUN ZONE – 2011”, de 16 de Junho a 31 de Julho de 2011 e se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de um protocolo com a UAC, neste caso concreto com o projeto de dinamização, animação e promoção do Centro Urbano “FUN ZONE 2011”, ou seja, que se realizou de junho a julho e, é aprovar esta participação no valor de 21.830,67€ (vinte e um mil oitocentos e trinta euros e sessenta e sete cêntimos), portanto é um protocolo com a UAC para esta iniciativa.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado unanimidade autorizar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo de delegação de competências com a freguesia de Oliveira de Azeméis – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Que o Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, permite que as Câmaras Municipais deleguem competências suas nas Juntas de Freguesia. Que os Autarcas eleitos nas Freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a prestação dos serviços autárquicos; - Que a celebração do presente Protocolo entre o Município e a Freguesia de Oliveira de Azeméis é uma medida descentralizadora que contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações; - Que a celebração do presente Protocolo entre o Município e a Freguesia de Oliveira de Azeméis aumenta a capacidade de intervenção do Município nas matérias objeto do protocolo, conseguindo-se por esta via uma maior otimização de custos e aumento da eficácia, eficiência e qualidade na prestação de serviços à população com um nível maior proximidade, propõe-se: - A aprovação da minuta de Protocolo de Delegação de competências a celebrar com a Freguesia de Oliveira de Azeméis, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. - A revogação do protocolo de colaboração financeira n.º2/2010, com efeitos retroagidos a Maio de 2011. Remeta-se à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s) do n.º 2 do artigo n.º 53.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*Muito obrigado Senhor Presidente. Este protocolo, nós procedemos com a aprovação deste protocolo à revogação do protocolo de colaboração financeira e queremos aprovar este. E tem a ver com o trabalho, isto também tem muito a ver com a reforma administrativa que também já aqui foi falada diversas vezes, com o trabalho que é feito nas freguesias e nas freguesias que são também Sede de Município. E portanto há uma dificuldade tremenda do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, em justificar o protocolo de colaboração financeira, porque os nossos serviços financeiros são naturalmente exigentes, eu sei que os Senhores Presidentes de Junta muitas vezes se queixam dessa exigência, mas há aqui também imposições de ordem legal que não podemos ultrapassar e portanto é transformar este protocolo, não é um novo protocolo é só transformar o seu objeto, para que a Junta de Freguesia Oliveira de Azeméis possa receber estas verbas para que possa continuar a executar o seu trabalho, porque muitos dos justificativos que apresenta não eram aceites ou ilegíveis e portanto é só isso, não é um novo protocolo é só essa alteração.*=====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de delegação de competências com a freguesia de Oliveira de Azeméis.*=====

=====***Ponto vinte e dois:** Adenda ao protocolo de delegação de competências com a freguesia de S. Roque – Autorização.*=====

=====*Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 04 de Janeiro do ano corrente foi celebrado Protocolo de Delegação de Competências entre o Município de Oliveira de Azeméis e a Freguesia de S. Roque, para execução de obras de pavimentação da Rua do Formal, da Rua da Ribeira Verde e obras de beneficiação da Ponte de Silvar, da freguesia de S. Roque; - Para concretização do seu objetivo há necessidade de proceder à alteração da cláusula segunda do referido protocolo; - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e da cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objetivo da melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações, propõe-se: - A aprovação da minuta de adenda ao referido Protocolo de Delegação de Competências (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), a celebrar com Freguesia de S. Roque; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para efeitos do estabelecido na alínea s) nº 2 do artigo nº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Muito bem, Senhor Presidente, isto tem a ver com o seguinte: vem da sequência da reunião que tivemos com a Junta de Freguesia na preparação do Orçamento. E tem a ver com um conjunto de obras que estavam protocoladas em protocolo de delegação de competências anterior, mas que o valor que lá estava não era suficiente para a realização das obras e portanto não há aqui nem trabalhos a mais nem obras a mais, aqui só houve necessidade de fazer ajustes às obras que estavam e neste caso concreto à rua do Formal, à rua da Ribeira Verde e o protocolo também diz respeito à Ponte do Silvar, mas chegou-se aqui em pleno terreno, o valor previsto dava para alcatroar até um determinado sítio e era uma injustiça enorme ficar o restante por fazer e, portanto a necessidade deste protocolo no valor de 16.000,00€ (dezasseis mil euros) na Freguesia de S. Roque, é por causa disso, não há aqui nenhuma derrapagem, para aquilo que inicialmente estava previsto chegava mas fez-se mais do que aquilo que estava previsto e portanto, se se fez mais, tem de se pagar. =====*

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Amaro Simões. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

===== *Obrigado Senhor Presidente pela sua compreensão, foi realmente trabalho a mais, mas muito mais trabalho, muito mais trabalho, tínhamos feito um protocolo de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros) e fizemos 50.000,00€ (cinquenta mil euros) portanto foi muito mais trabalho. Entretanto e aproveitando a deixa que me sugere a intervenção anterior, é o seguinte: nós tínhamos uma previsão, de umas obras que fizemos, de 13.200,00€ (treze mil e duzentos euros). E, já agora gostava de esclarecer, eu até agora não fui insistente porque muito sinceramente não precisava, fomos prescindindo dessa verba. Mas nós temos uma verba aprovada de 13.200,00€ (treze mil e duzentos euros), que foram as obras que fizemos de adaptação ao Ensino Pré-Escolar e que a Câmara se propôs em nos pagar em rendas e chegou à conclusão que não era possível pagar-nos em rendas por questões burocráticas ou questões de controlo dos serviços financeiros, acho muito bem, agora gostava que me dissessem, que concretizassem, como é que nos vão resolver isso? Porque já terá sido, foi, revogado a forma de pagamento em rendas. Nós vamos mesmo precisar desse dinheiro para obras que temos previsto para este ano, já agora agradecia. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Câmara, usou da palavra para dizer que: =====*

===== *Está publicamente incumbido de encontrar solução para este assunto que foi falado na reunião de 12 dezembro, o Senhor Vereador Isidro Figueiredo. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração da adenda ao protocolo de delegação de competências com a freguesia de S. Roque. =====

===== **Ponto vinte e três:** *Protocolos de delegação de competências com as várias freguesias do Município – Autorização.* =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios gerais de descentralização de poderes, e de cooperação instituída com as Juntas de Freguesia, com o objetivo de melhor e mais rápida satisfação dos interesses das populações;- Que a delegação de competências deve ser acompanhada dos meios necessários ao seu adequado exercício, num quadro de exigente utilização de recursos financeiros, para um maior rigor e eficácia na sua gestão de forma a ser dado cumprimento integral aos princípios gerais de boa conservação e manutenção de Pavimentação/Saneamento ou outro; - A autorização genérica de realização de investimentos pelas Freguesias do Município nos arruamentos das suas áreas de jurisdição, aprovada em Reunião de Câmara de 27/07/2010 e Sessão de Assembleia de 30/09/2010, propõe-se: - A aprovação das delegações de competências de acordo com os dados e valores constantes em listagem anexa ao protocolo, bem como da minuta de protocolo de delegação de competências a celebrar com as Freguesias (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas). Remeta-se à Assembleia Municipal para efeitos do estabelecido na alínea s), n.º 2 do art.º 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. A exemplo daquilo que aconteceu na última Assembleia Municipal do ano de 2010, estamos aqui também a aprovar um conjunto de protocolos, com diversas freguesias, que totalizam 632.540,00€ (seiscentos e trinta e dois mil, quinhentos e quarenta euros), é em diversas freguesias: S. Martinho da Gândara, Pinheiro da Bemposta, Macieira de Sarnes, Cucujães, S. Roque, Madail, Oliveira de Azeméis, Ossela, Santiago de Riba-Ul e Nogueira do Cravo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedido de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Protocolo de delegação de competências com as várias freguesias do Município. =====

===== **Ponto vinte e quatro:** Contrato-Programa formação desportiva 2010/2011 a celebrar com Associações / Clubes Desportivos – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;” Propõe-se: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com as Associações/Clubes constantes da listagem identificada como Anexo I, que se junta; 2- Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Este ponto devia estar em primeiro do que o outro, porque estes foram os que mandaram primeiro os justificativos, é a mesma coisa, ou seja, é a formação desportiva e só para dar nota dos valores que estão em questão: a Villa Cesari 900,00€ (novecentos euros); o Centro Desportivo C.S. Martinho da Gândara 480,00€ (quatrocentos e oitenta euros); o Núcleo Atletismo de Cucujães (NAC) 2.760,00€ (dois mil setecentos e sessenta euros); o Clube Desportivo de Cucujães (CDC) 660,00€ (seiscentos e sessenta euros); ACREFA Loureiro 150,00€ (cento e cinquenta euros); PARC Pindelo 1.950,00€ (mil novecentos e cinquenta euros); Clube Ténis de Azeméis 5.580,00€ (cinco mil quinhentos e oitenta euros); Juventude Desportiva Carregosense 420,00€ (quatrocentos e vinte euros); Real Clube Nogueirense 1.710,00€ (mil setecentos e dez euros), portanto a estes valores juntamos o Futebol Clube Cesareense com 5.910,00€ (cinco mil novecentos e dez euros), o Atlético Clube de Cucujães com 4.470,00€ (quatro mil quatrocentos e setenta euros) e o Grupo Desportivo de S. Roque com 2.100,00€ (dois mil e cem euros), isto tudo totaliza 27.090,00€ (vinte e sete mil e

noventa euros), mas neste ponto da ordem de trabalhos só aprovamos 14.610,00€ (catorze mil seiscientos e dez euros) porque os restantes já foram aprovados no ponto anterior. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa formação desportiva 2010/2011 com Associações / Clubes Desportivos. =====

===== **Ponto vinte e cinco:** Contrato-Programa desenvolvimento desportivo 2010/2012 a celebrar com a Escola Livre – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei”, propõe-se: 1 - A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar com Escola Livre de Azeméis para a execução de obras de beneficiação do Pavilhão (documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); 2 – Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Tem a ver com o Clube Escola Livre que está também a fazer obras de manutenção e de requalificação do seu pavilhão desportivo, obras dentro do pavilhão e obras fora do pavilhão e tendo em conta o volume de investimento e aquilo

que era previsível para a pintura exterior de todo o pavilhão, nós propomos aprovar a verba de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) para o Clube Escola Livre de Azeméis. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do Contrato-Programa de desenvolvimento desportivo 2010/2012 com a Escola Livre de Azeméis. =====

===== **Ponto vinte e seis:** Contrato-Programa com a associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais, instituído pela Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, e especificamente o definido na alínea j) do artigo 13.º e artigo 25.º daquele diploma; - Igualmente o estatuído e ao abrigo do artigo 64, n.º 4 a) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - O determino pela Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho (Lei de Bases da Proteção Civil), propõe-se: - Ao abrigo da alínea a) n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a aprovação da minuta do Contrato-Programa em anexo, a celebrar com Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tem por objeto a cooperação financeira de apoio à construção dos muros e arranjos exteriores do novo Quartel dos Bombeiros; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal para os mesmos efeitos, em cumprimento do determinado na alínea m) n.º 2 do art.º 53º do diploma atrás referido.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. A candidatura do Quartel dos Bombeiros, agora não é novo quartel, é o Quartel dos Bombeiros, não é? Portanto, nós tínhamos a mania de dizer Novo Quartel, tinha uma tipologia muito própria, tendo em conta o espaço e as regras da candidatura, como todas as candidaturas são candidaturas tipo e portanto não contemplava, nem a acessibilidade pela Rua do Marco, nem a pavimentação, os arranjos exteriores e os muros isso não era elegível na candidatura. Daí que nós em reunião com os Bombeiros decidimos atribuir esta verba de 60.000,00€ (sessenta mil euros) e esperamos dar uma boa prenda aos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para a construção dos muros e dos arranjos exteriores do Quartel dos Bombeiros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração de Contrato-Programa de cooperação financeira com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis. =====

===== **Ponto vinte e sete:** Programa de Financiamento a Projetos Promotores de Voluntariado no âmbito do Programa Municipal do AEV/2011 – Protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia que apresentaram candidaturas de acordo com as respetivas normas do programa. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que compete aos órgãos administrativos prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos; - Que a descentralização administrativa assegura e prossegue com maior racionalidade, eficácia e eficiência os interesses dos cidadãos; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - As candidaturas apresentadas e aprovadas no âmbito do programa de financiamento a projetos promotores de voluntariado nas Freguesias, integrado no programa Municipal do Ano Europeu do Voluntariado 2011; - A importância em apoiar a ação voluntária, através de projetos a executar em parceria, que promovam a coesão e o desenvolvimento social local, em consonância com os objetivos do Ano Europeu do Voluntariado 2011, propõe-se: Ao abrigo da alínea b), n.º 4 do Artigo 64º conjugado com a alínea m) do n.º 2 do Artigo 53º e 67º da Lei n.º 169, de 18 de Setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação dos seguintes documentos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas: - Normas de Funcionamento do Programa de Financiamento a Projetos Promotores de Voluntariado; - Minuta de protocolo a celebrar com as Juntas de Freguesia que apresentaram candidaturas de acordo com as respetivas normas do Programa; - A atribuição da participação de 1.000,00€ (mil euros) a cada uma das candidaturas aprovadas, de acordo com as respetivas atas, no total de 7 (sete), respeitante às seguintes entidades: Junta de Freguesia de Carregosa; Junta de Freguesia de Cesar; Junta de Freguesia de Cucujães; Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul; Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara; Junta de Freguesia de S. Roque; Junta de Freguesia de Ul.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito bem. Tem a ver com o Ano Europeu do Voluntariado e com este programa vamos aprovar, a proposta é de sete projetos, sete candidaturas de 1.000,00€ (mil euros) cada

uma, passo a dizer as juntas de freguesia que se candidataram e viram os seus projetos aprovadas: Junta de Freguesia de Carregosa, Cesar, Cucujães, Santiago de Riba-Ul, S. Martinho da Gândara, S. Roque e Ul, foram as juntas que apresentaram, portanto estamos a falar de sete, sete vezes mil euros, dá sete mil euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração de protocolo com as seguintes Juntas de Freguesia: Carregosa, Cesar, Cucujães, Santiago de Riba-Ul, S. Martinho da Gândara, S. Roque e Ul. =====

===== **Ponto vinte e oito:** Proposta de Isenção de taxas – “Casa do Monte” – Freguesia de Cesar – Aprovação. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) O art. 12º n.º 2 da Lei das Finanças Locais – LFL estabelece o regime de exceção, dando a possibilidade das Autarquias locais concederem isenções totais ou parciais relativamente a outros tributos próprios, no caso em apreço, tarifas, mediante deliberação fundamentada da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal; 2) Os benefícios fiscais concedidos no ponto 1, não podem ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal (art. 12º n.º 3 da LFL); 3) Compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra (art. 64º n.º 4 alínea b) da Lei n.º 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações); 4) Os atos administrativos podem ter eficácia retroativa, quando a retroatividade seja favorável para os interessados e não lese direitos ou interesses legalmente protegidos de terceiros, desde que à data que se pretenda fazer remontar a eficácia do ato, já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade (art. 128º n.º 2 alínea a) do CPA); Pelo exposto propõe-se: 1) A aprovação da isenção total do valor das tarifas de lixo devidas ao Município, pela Freguesia de Cesar, relativa à denominada “Casa do Monte”, para os próximos 5 anos com possibilidade de renovação mediante deliberação do Órgão - Câmara Municipal, nos termos e para os efeitos dos art. 64º n.º 4 alínea b) da Lei nº 169/99, de 18 de Dezembro e posteriores alterações e art. 12º n.º 3 da LFL; 2) Que se remeta a presente proposta para aprovação na próxima Assembleia Municipal, dando cumprimento ao estabelecido no art. 12º n.º 2 da LFL; 3) Que seja aplicado retroativamente esta deliberação aos passivos existentes desta entidade e deste imóvel nos termos do art. 128º n.º 2 alínea a) do CPA;” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é uma aquisição da Junta de Freguesia de Cesar que vem solicitar depois à Câmara Municipal esta proposta de isenção de taxas e é isso que trazemos à Reunião, valor total das tarifas do lixo devidas ao Município da “Casa do Monte”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a isenções de taxas relativas à “Casa do Monte” para os próximos cinco anos. =====

===== **Ponto vinte e nove:** Deliberação de redistribuição do capital estatutário da ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto – Ratificação. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que na reunião de Câmara Municipal de 7 de Dezembro de 2010 e sessão de Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2010, foi aprovada a adesão do Município de Oliveira de Azeméis à Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, sendo o valor da participação associativa iniciativa global de 150.000,00 €, correspondendo a 150.000 Unidades de Participação, a realizar pelos associados; - Que na Assembleia Geral da Energaia, de 29 de Março de 2011, foi deliberado proceder à redistribuição do capital estatutário (devido à não adesão do Município de Arouca), com a inclusão de 1% adicional a cada um dos Municípios associados (com exceção do Município de Santa Maria da Feira, ficando o Município de Oliveira de Azeméis com 13 200 Unidades de Participação, correspondente a 8,80% do capital estatutário; - O estabelecido nos Estatutos da Energaia - Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto (art.º8º), propõe-se - A ratificação da deliberação de redistribuição do capital estatutário da Energaia – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, ao abrigo do disposto no artº 137º do Código do Procedimento Administrativo, ficando o Município de Oliveira de Azeméis com 13 200 Unidades de Participação, correspondente a 8,80% do capital estatutário, bem como a convalidação dos atos praticados, com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitem ou foram praticados; - Que se remeta à Assembleia Municipal, para efeitos do n.º 2, alínea m), do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====  
 Como sabem, Senhor Presidente nós já aqui discutimos e já decidimos aderir a esta nova agência de energia ENERGAIA (Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto). Estamos na fase final do encerramento do EDVENERGIA, portanto esperemos também poder brevemente fazer um balanço da nossa participação nesse projeto/aventura e agora estamos em conjunto com os outros Municípios do Sul do Douro neste novo projeto. Houve também uma deliberação um pouco atribulada, percebia-se o que se estava a fazer mas o que estava escrito não era correto, que nos dava quase a grande maioria do capital quase a totalidade do capital e portanto o que vimos aqui hoje fazer é ratificar essa mesma decisão. E portanto nós ficamos com 13.200 (treze mil e duzentas) Unidades de Participação, o que corresponde a 8,80% do capital estatutário da ENERGAIA. Já agora dizer-vos que há também no plano de atividades da Energaia uma vontade enorme e estamos a fazer esse levantamento para depois poder conversar com os Senhores Presidentes de Junta, para eles conversarem com os Presidentes de Junta também para as soluções de racionalização em termos energéticos. E portanto, é um pouco, como sabem, esta agência nasceu muito da base da DEGAIA, da Energaia, que era uma agência considerada de sucesso e com excelentes resultados e portanto esperemos também que seja feliz esta participação de Oliveira de Azeméis e que fiquemos todos a ganhar com esta participação. =====

=====  
 Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

=====  
 O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar a proposta apresentada. =====

=====  
**Ponto trinta:** Aditamentos ao Contrato de Concessão de Exploração do Estacionamento de Superfície, celebrado com a Costa Parques – Estacionamentos, SA – Aprovação. =====

=====  
 Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Compete à Câmara Municipal no âmbito de organização, funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente deliberar sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos (art. 64.º n.º 1 alínea u) da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 2) Compete à Câmara Municipal, em matéria de licenciamento e fiscalização realizar vistorias e executar, de forma exclusiva ou participada, a atividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos e por esta definidos (art. 64.º n.º 4 alínea b) da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações); 3) O Regulamento municipal sobre estacionamento e paragem de veículos no concelho de Oliveira de Azeméis, publicado no BMdigital n.º 15, estabelece que a fiscalização do cumprimento das disposições do regulamento será exercida pelas autoridades policiais e por agentes de fiscalização devidamente identificados, nos termos do Código de Estrada e demais legislação aplicável, ou pela polícia municipal quando exista (art. 24.º); 4)

*Este regulamento abrange não só o estacionamento em zonas de estacionamento de duração limitada e utilização onerosa (Capítulo III), como também os estacionamentos e paragens (Capítulo II); 5) As autoridades policiais e fiscalizadoras deverão tomar conta de todos os eventos e circunstâncias susceptíveis de implicar responsabilidade por contra-ordenação e tomar as medidas necessárias para impedir o desaparecimento de provas (art. 48.º n.º 1 do RGCO); 6) A partir de Janeiro de 2012 o Município ira assumir a fiscalização efetiva dos estacionamentos de duração limitada, continuando, no entanto a ser concedido um prazo de 48 horas para pagamento voluntário do período máximo de estacionamento; 7) Para que seja concedido esse prazo de pagamento voluntário da tarifa máxima, o município necessita de usar os PDA's, propriedade da empresa concessionária; Pelo exposto, propõe-se o aditamento do contrato de concessão de exploração do estacionamento de superfície, celebrado por escritura pública de 27 de Março de 2006, com a Costa Parques- estacionamentos, SA, nos seguintes termos: "1. O segundo outorgante compromete-se a manter o sistema informático de apoio à fiscalização e a ceder gratuitamente dois PDA's bem como os respetivos consumíveis ao primeiro outorgante, desde que os mesmos sejam afetos à fiscalização efetiva dos estacionamentos indevidos, nomeadamente nos estacionamentos de duração limitada; 2. O segundo outorgante tem direito às receitas provenientes do pagamento voluntário da tarifa máxima diária na percentagem estabelecida no contrato de concessão." =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====*

*===== Muito boa noite a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, estimado público, Senhores funcionários. Relativamente aqui ao ponto trinta, esta proposta de Aditamento ao Contrato de Concessão de Exploração do Estacionamento de Superfície ou as duas propostas visam: uma regularizar uma situação que se iniciou em junho de 2010, ou mais concretamente em outubro de 2010, que foi o acompanhamento por uma empresa ligada ao concessionário, ao grupo Costa Parques, que começou a acompanhar, a informar e a fazer o convite aos munícipes de Oliveira de Azeméis que não tinham o bilhete de estacionamento pago no Centro Urbano, portanto para regularizar essa situação entendeu-se que não seria por via de um contrato de prestação de serviços e então sim por via de um aditamento ao contrato de exploração e portanto no fundo é isso, este contrato com esta empresa vai cessar amanhã, a partir de 2012 a fiscalização do estacionamento de duração limitada vai ser feita por fiscais da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e portanto este aditamento só tem validade até amanhã e portanto importava regularizar isso. A outra proposta prende-se com todo o equipamento que fazia parte destes dois senhores que andavam a*

*acompanhar o estacionamento, passa para a Câmara Municipal, antes fazia parte dessa empresa e portanto há aqui um compromisso da Costa Parque nos ceder os PDA's e os respetivos consumíveis para essa fiscalização passar a ser feita pela Câmara Municipal. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto trinta e um:** Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação. =====*

*===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - O primeiro contrato foi celebrado no dia 03/09/2007 (Concurso Público n.º 35/07), tendo-se procedido à adjudicação da concessão de transportes urbanos do município, à empresa A. V. Reis, S.A., pelo período de 12 meses, com possibilidade de prorrogação pelo período estritamente necessário ao desenvolvimento de um novo concurso de concessão, conforme previsto no Caderno de Encargos; - A possibilidade de prorrogação está neste momento em curso, uma vez que os concursos limitados por prévia qualificação posteriormente desenvolvidos e aprovados quer pelo Órgão Executivo quer pela Assembleia Municipal, nomeadamente, o Concurso n.º 73/09 (PI/7190/2009) e o Concurso n.º 87/09 (PI/8760/2009), foram alvo de não adjudicação por todas as candidaturas terem sido objeto de exclusão devido à falta de entrega de documentos obrigatórios; - Há necessidade de se proceder à abertura de novo procedimento com vista à adjudicação da concessão do serviço de transportes urbanos do município de Oliveira de Azeméis; - Nos termos do n.º 1 e 2, do artigo 31º, do Código dos Contratos Públicos (CCP) é referido que “1- para a formação de contratos de concessão de obras públicas e de concessão de serviços públicos, qualquer que seja o valor do contrato a celebrar, deve ser adotado em alternativa, o concurso público, o concurso limitado por prévia qualificação ou o procedimento de negociação. 2- O disposto no número anterior é também aplicável quando os contratos nele referidos não impliquem o pagamento de um preço pela entidade adjudicante ou sejam contratos sem valor”, pelo que sugiro a abertura de um concurso público. Deste modo, proponho ao Órgão Executivo: - Que, no estrito respeito pelo estabelecido no artigo 36º, n.º 1 e artigo 38º, do CCP, delibere sobre a abertura do procedimento na modalidade de concurso público, nos termos estabelecidos nos artigos 130º a 154º, 407º a 425º e 429º a 430º, do CCP para a “Concessão do Serviço de Transportes Urbanos do Município de Oliveira de Azeméis”, com base no Programa de Concurso e Caderno de Encargos (em anexo) que fixam as condições gerais da concessão; - Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do artigo 67º, do CCP, sejam nomeados os elementos constitutivos do Júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente – Diretor do Departamento Municipal de Manutenção, Obras, Mobilidade e*

*Equipamentos Públicos, Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira; 1º Vogal – Técnico Superior, Eng.º Luís Filipe Simões Arêde; 2ª Vogal – Responsável da Divisão Municipal de Contratação Pública e Gestão de Encomendas, Dr.ª Elsa Susana da Costa Félix; 1º Suplente – Responsável da Divisão Municipal de Conservação e Manutenção de Infraestruturas e Edifícios Municipais, Eng.º Abílio Manuel Ribeiro Silva Estrela; 2ª Suplente – Assistente Técnica, Sandra Raquel Gonçalves Fernandes; 3ª Suplente – Chefe da Divisão Municipal Económica-financeira, Dr.ª Maria de Fátima Loureiro Ferreira Silva - Que, seja delegada a competência para a realização de todas as formalidades procedimentos, no Júri do concurso, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no número 2, do artigo 69º, do C.C.P, da competência para adjudicação. - Que, para os efeitos previstos na alínea q), do n.º 2, do artigo 53º e da alínea a) do n.º 6 do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submeta à Assembleia Municipal a presente proposta bem como o Programa de Concurso e Caderno de Encargos, para autorização das condições gerais da concessão.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Muito obrigado. Aquilo que aqui trazemos é a proposta para aprovar a Concessão do Serviço de Transportes Urbanos, aquilo que vulgarmente se chama – TUAZ. Permitam-me só que faça duas ou três considerações, que eu julgo eu são importantes para perceber o enquadramento e o funcionamento dos transportes urbanos. Está definida a tipologia, aquilo que é um transporte urbano e há conforme sabem também um conjunto significativo de alvarás distribuídos pelo IMTT para a exploração das chamadas carreiras e essas empresas detentoras dos alvarás elas é que podem operar nessas zonas. Há depois um conjunto de regras que importa ter em conta naquilo que são os transportes urbanos, ou seja, o trajeto tem de ser inferior a 15 Km e o tempo de duração inferior a 45 minutos por volta. Isto prende-se com o seguinte: a nossa primeira intenção e eu acho que natural intenção era alargar ao máximo o TUAZ às freguesias mais próximas do centro da cidade, aquilo que basicamente se chama hoje o perímetro urbano da cidade e que naturalmente fruto da reestruturação que vai ser feita também na questão das freguesias há depois um conjunto de legislação conexas que é imediatamente alterada, não é? Em primeiro lugar, definindo logo o que é o perímetro urbano e o centro urbano. E portanto esta proposta que aqui trazemos foi fruto de muito trabalho de audição dos utilizadores do TUAZ, porque eles é que andam no TUAZ e felizmente, felizmente que a utilização do TUAZ nas atuais circunstâncias e o objetivo é naturalmente melhorar, tem sido considerável. Ou seja, até novembro, nós não temos dados de dezembro até porque o mês não terminou, mas até novembro, final do mês de novembro, tinham sido vendidos, em 2011, 60 mil bilhetes, não são 60 mil pessoas, ou seja, são 60 mil bilhetes, quer dizer que a mesma pessoa pode ter comprado muitos bilhetes, é um número que já dá que pensar e percebermos*

*claramente a utilidade e basta ver a utilidade deste serviço. Portanto, o que é que acontece? A lógica e a perspectiva de qualquer um de nós é, vamos alargar, vamos conquistar mercado, vamos a outro sítio e, vamos proporcionar condições às pessoas que moram nas proximidades do Centro Urbano que apanhem também o TUAZ. Só que, isso, tecnicamente aquilo que nos foi explicado, esbarra na legislação, esbarra na legislação porque indo a freguesias que têm alvarás emitidos pelo IMTT essas empresas são as primeiras a denunciar e as multas são pesadíssimas e são situações bastante complicadas e pôr em causa o próprio processo e portanto este concurso, não é este, mas o concurso para concessão destes serviços, já foi algum tempo (julgo que até no mandato anterior) apresentado, ficou deserto e portanto não houve concorrentes. Este concurso serve a população oliveirense dentro das contingências que a lei nos obriga, portanto todos nós tínhamos vontade de estender a Travanca, a Madail, a Santiago, a Ul a tudo que é freguesia próxima do centro da cidade mas esbarra no impedimento de ordem legal e portanto estamos aqui nos limites que a lei nos permite. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido do Senhor José Ramos da Silva, do PS.=====*

*===== Mais uma vez boa tarde, já é boa noite. Senhor Presidente este concurso esteve suspenso, creio eu, há volta de dois anos precisamente para alargar o projeto ou a área de influência penso eu que era aquilo que esteve agora a fazer a explicação. Nós entendemos, sim, aquilo que deveria ser feito, até porque isso havia, com certeza havia, ia acrescentar uma área de influência maior. E para além disso também acho que há que pensar, agora não, vai a concurso e vai andar assim durante o tempo do concurso com certeza o tempo do contrato, alterar o percurso, isto é: ele parte de um sítio, chega a determinado sítio e volta ao mesmo sítio pelo mesmo percurso, quando creio que deveria ser ao contrário, quero dizer: vem de determinado sítio, termina em determinada área do percurso e depois deveria fazer ao contrário, isto é: para o circuito não ser sempre o mesmo vai por um lado e depois regressava por outro, chamemos assim. Essa é a razão por que nós nos vamos abster, acho que este trajeto é curto, é diminuto e serve mais um determinado tipo de população mas não serve a maioria do percurso por onde ele passa, isto é por esta razão última principalmente que eu estou aqui a focar. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente deixe-me só dar mais uma explicação. Eu compreendo, aliás na minha intervenção percebe-se, eu compreendo um bocadinho aqui a frustração mas não podemos fazer mais, não é? Mas são regras e sabemos, até a exemplos do que aconteceu noutros municípios, sabemos que quem é detentor dos alvarás paga as licenças e são*

*implacáveis e portanto é imediata a ação do IMTT. Nós vamos ter dois circuitos, ou seja: há aqui uma melhoria, vai haver dois circuitos, há um circuito expresso e há depois um reforço em termos de horas de ponta e há alterações, não são é as alterações que todos nós desejávamos e portanto vamos aguardar, oh Senhor Ramos vamos aguardar que este concurso chegue a bom porto, atenção, porque já houve vários interessados a vir perceber como é que ia ser, mas esta coisa dos transportes como os senhores sabem também está uma crise dos diabos e portanto esta situação tal como está é que não se pode prolongar no tempo como funciona hoje, ou seja, isto é um bocadinho o deixa andar. Portanto agora vamos procurar que haja concorrência no concurso e que se possa encontrar boas soluções para fazer face às expectativas de quem utiliza sabendo que são cada vez mais. Deixe-me dizer-lhe também que eu acho que nós voltaremos a falar sobre esta matéria após a reorganização administrativa, porque depois como se sabe há uma serie de legislação que muda automaticamente e portanto aí já podemos se calhar até fazer ou uma adenda ou uma alteração ao contrato, agora não queríamos era correr riscos, é só isso.*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por maioria, com os votos a favor do PSD e do CDS; e com 13 abstenções do PS, aprovar as condições gerais.* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Retificação da Declaração de utilidade pública para a Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro – Retificação / Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “No desenvolvimento das diligências inerentes ao processo expropriativo para a implementação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/Loureiro, iniciadas com a resolução de requerer a Declaração de Utilidade Pública (DUP), I/40402/2011, aprovada em Reunião de Câmara a 26 de Abril de 2011, e em Assembleia Municipal a 29 de Abril do mesmo ano, constatou-se a necessidade de correção do conteúdo da DUP, no sentido de corrigir a configuração geométrica e respetivas áreas de algumas parcelas e, de se ter verificado a existência de mais proprietários envolvidos, agora num total de 140 parcelas, bem como explicitação inequívoca de que o município não pretende adquirir a madeira existente nas parcelas abrangidas. Neste sentido efetuou-se uma correção da planta cadastral (a qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas) e foram atualizados os relatórios de avaliação efetuados por perito da lista oficial, nos termos da lei, que agora se apresentam. Nos termos e enquadramento enunciado no I/40402/2011, propõe-se a aprovação da retificação da Declaração de Utilidade Pública para a implementação da Área de Acolhimento Empresarial e o seu envio para a Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Foi distribuída uma nova planta aos Senhores Deputados. Basicamente aquilo que temos aqui que aprovar, hoje, tem muito a ver com, já foi feita aqui a aprovação. Foi depois feita uma, uma não, várias reuniões em Loureiro com os nossos serviços técnicos, os senhores Presidentes de Ul e Loureiro foram impecáveis no apoio que deram aos nossos técnicos e à mobilização da população para perceber o que aqui estava em causa. E naturalmente num cadastro como o que o país tem houve situações que não estavam corretas: áreas, novas parcelas, novos proprietários, tem muito a ver com as heranças e com a falta de registo das heranças e com pessoas que emigram e depois não querem saber e depois quando recebem a carta, não, mas o terreno já não é dessa pessoa, foi feito isto e foi feito aquilo. E portanto agora sim o cadastro está corretíssimo, corrigidíssimo, mas temos necessidade de proceder a alteração. Porque como sabem, vai ter de haver, nós vamos tomar “conta” dos terrenos, tomar posse administrativa dos terrenos, esperemos que o possamos fazer já no início do mês de janeiro, mas para isso também precisamos de aprovação em sede de Assembleia Municipal desta Declaração de Utilidade Pública.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a retificação da declaração de utilidade pública para a Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro.* =====

===== **Ponto trinta e três:** *Aquisição de combustíveis (Gasóleo e Gasolina) – para 2011 e 2012 – Alteração de repartição de encargos - Ratificação de despacho e Autorização.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “ Na sequência da Proposta de Deliberação (I/59972/2011) aprovada em reunião de Executivo de 21 de Junho de 2011 e respetiva autorização da Assembleia Municipal a 30 de Junho de 2011, houve necessidade de reforço das verbas cabimentadas para o ano económico em curso pelo valor de 30.683,90 € (trinta mil, seiscentos e oitenta e três euros e noventa centésimos), devido à rutura de stock de gasóleo para abastecimento da frota municipal. Deste modo, a verba prevista para o ano 2012 é de 282.462,10 € (duzentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e dez centésimos) e não de 313.146,00€ (trezentos e treze mil, cento e quarenta e seis euros), conforme o previsto inicialmente. A todos os valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor. Assim envia-se para conhecimento do órgão deliberativo a referida alteração de repartição de encargos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Senhor Presidentes, isto tem a ver com um imperativo de ordem legal para se repartir os encargos por dois anos tem de ser aprovado na Assembleia Municipal e é, basicamente, o que vimos cá fazer.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado unanimidade ratificar a autorização da alteração de repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *Protocolo de colaboração financeira com a Fundação Manuel Brandão – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições estabelecidas às Autarquias Locais pela Lei n.º159/99 de 14 de Setembro; - Os princípios instituídos como base de atuação da administração autárquica no âmbito da ação social, de apoio às crianças e jovens, aos idosos, às pessoas com deficiência e às famílias em geral; - Que a construção, ampliação ou beneficiações de equipamentos de âmbito social são cada vez mais determinantes para a melhoria das condições de vida dos cidadãos e das famílias, e por tal de interesse público coletivo e municipal; - O critério que tem vindo a ser adotado pelo Executivo em compartilhar no custo de obras e equipamentos que sejam considerados de reconhecido interesse municipal, propõe-se - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Fundação Manuel Brandão, o qual fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - Se submete a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do mesmo diploma;”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Este é um protocolo com a Fundação Manuel Brandão, tem um pouco a ver na sequência daquilo que aprovamos com a obra social de Pindelo e a obra social do Pinheiro da Bemposta também na Fundação Manuel Brandão. Ou seja, dentro da própria Fundação as ruas estavam num estado lastimável, estavam sem alcatrão e tout-venant e com o intenso inverno degradaram-se completamente e os idosos que chegam e entram e saem e os familiares tinham imensas dificuldades em circular e portanto como eles estão também a fazer outros investimentos e nós estamos a apoiar, decidimos apoiar em 15.000,00€ (quinze mil euros) toda a pavimentação dentro da Fundação Manuel Brandão. Não é a Fundação Manuel Brandão toda, é só os caminhos de utilização entre os diversos edifícios e o acesso.* =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração financeira com a Fundação Manuel Brandão. =====

===== **Ponto trinta e cinco:** Transportes escolares – Passes – Autorização de repartição de encargos em mais do que um ano económico – Autorização. =====

===== Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) Os municípios dispõem de atribuições nos domínios dos transportes e comunicações, bem como na Educação (art. 13.º n.º 1 alíneas c) e d) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro); 2) Compete aos órgãos municipais no que se refere à rede pública assegurar os transportes escolares (art. 19.º n.º 3 alínea a) da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro); 3) Compete à câmara municipal no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e no da gestão corrente, organizar e gerir os transportes escolares (art. 64.º n.º 1 alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações e DL n.º 299/84 de 5 de Setembro e posteriores alterações); 4) Em cada município deverá ser organizado um plano de transporte escolar, conjugando e complementando a rede de transportes públicos e os planos de transportes aprovados para a região, de acordo com a procura efetivamente verificada em cada ano letivo (art. 4.º do DL n.º 299/84 de 5 de Setembro e posteriores alterações); 5) O IMTT fornece a relação das empresas concessionárias de serviço de transporte público que operam na área do município, a saber: Transdev, Auto Viação de Souto, AV Reis, Charline; 6) O plano de transporte escolar já se encontra organizado e devidamente aprovado, de acordo com os documentos em anexo; 7) Os cartões para os passes escolares serão requisitados anualmente às empresas transportadoras pelas câmaras municipais (art. 13.º do DL n.º 299/84 de 5 de Setembro e posteriores alterações); 8) A requisição não está nem é suscetível, face à legislação em vigor, de estar submetida à concorrência de mercado (art. 5.º n.º 1 do CCP); 9) Não obstante é necessário proceder-se ao ajuste direto, com fundamento no art. 5.º n.º 7 e na alínea e) do n.º 1 do art. 24 do CCP; 10) As leis do Orçamento fixam, para vigorar em cada ano orçamental, o valor contratual, com exclusão do montante do imposto sobre o valor acrescentado que for devido, abaixo do qual os contratos referidos nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 46º ficam dispensados de fiscalização prévia (Art. 48.º LTC); 11) O artigo 152.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, consagrou que, para o ano de 2011, ficam isentos de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas os atos e contratos, considerado isolada ou conjuntamente com outros que aparentem estar relacionados entre si, cujo montante não exceda o valor de (euros) 350 000; 12) O autor do ato administrativo pode atribuir eficácia retroativa quando a retroatividade seja favorável para os interessados e não lese direitos ou interesses protegidos de terceiros, desde que à data a que se pretende fazer remontar a eficácia do ato já existissem os pressupostos justificativos da retroatividade (art.128.º n.º 2 alínea a) do

CPA); 13) Que o valor total estimado deste fornecimento é de EUR 749.702,29 (euros), para o período letivo de (2011/2012), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2011 (Setembro a Dezembro) prevê-se uma verba de EUR 277.754,95 (euros) e para o ano de 2012 (Janeiro a Julho) prevê-se uma verba de EUR 471.947,34 (euros); 14) Se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contração. 15) Propõe-se: 1) O ajuste direto do serviço de transportes escolares, nos termos e para os efeitos dos art. 5.º n.º 7 e na alínea e) do n.º 1 do art. 24 do CCP, às empresas: a) Transdev, no valor de 725.939,88€ b) Auto Viação de Souto, no valor de 4.364,30€ c) AV Reis, no valor de 8.464,16€ d) Charline, no valor de 10.933,95€ Com efeitos retroagidos à data inicial dos pedidos dos passes (art. 128.º n.º 2 alínea a) do CPA), não obstante a inexistência de quaisquer pagamentos. 2) Que seja celebrado contrato escrito nos termos e para os efeitos do art. 94.º e ss do CCP; 3) Que se submeta à autorização do órgão deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 13, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho. Seja o mesmo remetido para fiscalização prévia do Tribunal de Contas nos termos e para os efeitos do art. 48.º LTC, 152.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e art. 95.º n.º 1 alínea c) do CCP;” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A Assembleia Municipal tem de autorizar, como eu disse no ponto trinta e três, a repartição de encargos por mais do que um ano. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a repartição de encargos em mais do que um ano económico. Este assunto porque não constava da ordem de trabalhos foi analisado e votado ao abrigo da parte final do artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Prof. Leonel Martins =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins. =====

===== Muito boa noite a todos os presentes. Obrigado pela Assembleia Municipal voltar novamente a Oliveira de Azeméis que é para eu poder vir cá. São só apenas dois temazinhos, muito ligeiros. Um tem a ver com a questão da pedonal, o outro tem a ver com a questão do património. Relativamente à questão pedonal, pois, registo com agrado o facto de finalmente estarem a pintar as passadeiras, demorou um bocadinho, mas mais vale tarde do que nunca. E depois a outra questão é a zona do Calvário, eu sei que é um bocado difícil neste momento talvez fazer a construção de passeios, acho que continua lá aquele diferendo com os proprietários do terreno e também acredito no facto de eventualmente virem a fazer a instalação do esgoto também mexa com a construção dos passeios. Eu não vou reivindicar aqui a construção de passeios, eu sei perfeitamente, tenho a noção que não será possível a curto prazo fazê-lo, mas vou continuar a insistir pelo menos numa solução alternativa temporária. Eu já apresentei aqui uma proposta anteriormente que era, pelo menos: - pintar uma linha contínua de um dos lados da estrada para garantir aos peões o mínimo de segurança. As pessoas passam ali, provavelmente as pessoas aqui presentes não passam lá a pé. Mas há pessoas que passam lá a alta velocidade. Nomeadamente agora o GEDAZ tem uma nova atividade tem aqueles percursos pedonais e tem um desses que passa por cima da zona do Calvário, eu acho que podemos salvaguardar no mínimo a integridade física das pessoas, se tiverem outra alternativa, pelo menos temporária, para pelo menos as pessoas se morrerem estarem do lado de cá da linha. A outra questão tem a ver com o património. Eu este ano, aqui, na escola estou a dar aulas, tenho uma turma do 10º ano e uma das matérias que nós damos no 10º ano, (desculpe lá estar a falar assim, é também para acabar isto), damos a civilização romana, os Romanos. Os Romanos, que como vocês sabem construíram uma cidade, que durante 500 anos conseguiram construir e manter um vasto império que abrangeu todas as zonas em volta do mar mediterrâneo, o norte de africa, a europa esteve tudo sobre o domínio dos Romanos e, os Romanos, tiveram o bom senso que foi transmitir a sua civilização aos povos dominados não os trataram mal a 100%, também transmitiram de bom alguma coisa que os Romanos tinham e alguns elementos da presença dos Romanos ainda hoje são visíveis a chamada romanização. E nós cá em Azeméis, no nosso concelho, temos alguns vestígios precisamente da presença dos Romanos e nós estávamos a falar no caso de por exemplo de algumas freguesias onde existem pontes romanas e alguns miúdos (que eram dessas freguesias) dizem realmente tem lá uma ponte romana e eu aliás eu fazia um apêndice nesse sentido, e pedia aos Presidentes de Junta onde tem esses vestígios que tentassem preserva-los até evitando incúrias do género meterem lá materiais que não são da época e adulteram a originalidade, a verdade das pontes. E portanto

*nós temos cá em Azeméis, eu falei-lhes de uma coisa que nós temos cá em Azeméis, embora não tem sido encontrada cá em Azeméis vem de Ul, mas está cá colocado em Azeméis, que é o Marco Miliar, eu expliquei o que era o Marco Miliar e disse que nós tínhamos cá um em Oliveira de Azeméis e disse onde tinha. E os alunos ficaram de boca aberta e porquê? Porque passavam naquele local, que é na zona pedonal próxima da Igreja e não faziam a mínima ideia, viam realmente aquela pedra ao alto mas não faziam a mínima ideia, que aquilo era um Marco Miliar do tempo dos romanos portanto uma peça com centenas de anos, inclusivamente tive a oportunidade de encontrar um casal daqueles caminhantes de Santiago e estavam ali ao lado e também não sabiam o que era aquilo. Eu já em tempos aqui numa Assembleia falei na necessidade de fazer alguma coisa ao marco, eu novamente voltava a apelar ao Executivo Camarário que deitasse pelo menos ali uma placa, que elucidasse as pessoas do que é aquilo, do valor que aquilo representa e até para as pessoas terem por vezes outro tipo atitude em relação aquilo que é o sentarem-se lá, encostarem-se lá e mais não sei quantos. Eu só pedia uma pequena lápide que indicasse, que aquilo é um marco Miliar, qual a utilidade de um marco Miliar, inclusive algumas letras que se conseguem ver com um bocado de dificuldade na própria pedra se fosse possível tentar decifrar o que estava lá e portanto acho que valorizava e evitava-se a perda de algo que nos deveria orgulhara que é: a presença dos Romanos. E finalizava convidando, as pessoas, para fazerem uma visita ao jardim do Arquivo Municipal. Como sabem estava lá colocado anteriormente o símbolo da República, creio que veio da antiga agência da caixa geral depósitos, estava no exterior, acho que foi oferecido não sei bem o esquema de como foi isso, mas foi colocado lá no arquivo, na relva, estava pousado no chão numa posição em que com a água da chuva estava-se a deteriorar, eu na altura chamei à atenção que convinha por a pedra numa outra posição, o executivo e muito bem fez o favor de lhe colocar um suporte, um apoio, a pedra agora está na vertical, um dia os senhores passem por lá e vejam a beleza escultórica que está lá e estava na eminência de se estragar e de se perder se não fosse tomada esta atitude por parte do Executivo Camarário. E terminava desejando a todos os presentes um Bom Ano, com muita sinceridade, para todos vós. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Fazendo os votos também sinceros de um Bom Ano de 2012, para todos, com Saúde e Paz. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram vinte horas, da qual para constar se lavrou a*

*presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*